

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA IBÉRICA**

ELAINE CRISTINA MUNIZ

**A FABRICAÇÃO DA CIDADE:
A Lisboa Quinhentista segundo Damião de Góis e Francisco de Holanda**

**ALFENAS/MG
2016**

ELAINE CRISTINA MUNIZ

A FABRICAÇÃO DA CIDADE:

A Lisboa Quinhentista segundo Damião de Góis e Francisco de Holanda

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas.
Orientador: Prof. Dr. Paulo César de Oliveira

**ALFENAS/MG
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Muniz, Elaine Cristina

A fabricação da cidade: a Lisboa Quinhentista segundo Damião de Góis e Francisco de Holanda / Elaine Cristina Muniz. -- Alfenas/MG, 2016.
125 f.

Orientador: Paulo César de Oliveira
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade
Federal de Alfenas, 2016.
Bibliografia.

1. Cidades. 2. Lisboa (Portugal). 3. Portugal - Expansão territorial.
4. Góis, Damião de, - 1502-1574. 5. Holanda, Francisco de, -1517-1584.
I. Oliveira, Paulo César de. II. Título.

CDD-946.9

ELAINE CRISTINA MUNIZ

“A FABRICAÇÃO DA CIDADE: A Lisboa Quinhentista segundo Damião de Góis e Francisco de Holanda”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 25, 08, 2016

Prof. Dr. Paulo César de Oliveira
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: Paulo César de Oliveira

Prof. Dr. Isaías Pascoal
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFMG-MG

Assinatura: Isaías Pascoal

Prof. Dr. Luiz Antonio Sabeh
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: Luiz Antonio Sabeh

AGRADECIMENTOS

Como escreveu Mário Quintana,

“Na convivência, o tempo não importa.
Se for um minuto, uma hora, uma vida.
O que importa é o que ficou deste minuto,
desta hora, desta vida...
Lembra que o que importa
... é tudo que semeares colherás.
Por isso, marca a tua passagem,
deixa algo de ti,...
do teu minuto,
da tua hora,
do teu dia,
da tua vida.”

Agradeço a todos os que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho,
em especial aos amigos do Mestrado
pelas horas de convivência e partilhamento de ideias,
à amiga Cidinha
pela oportunidade do convívio,
ao prof. Luiz Antonio Sabeh
pelos ensinamentos, gentileza e atenção,
ao prof. Carlos Tadeu Siepierski
pelas observações,
ao prof. Paulo César de Oliveira,
pela orientação,
ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica e à Unifal-MG
pela concessão da bolsa PIB-PÓS que contribuiu para a realização deste trabalho.

Georg Braunius. Vista de Lisboa, Colónia, 1572.

Fonte: SERRÃO, Vitor. Os precursores da Orlisipografia: Cristóvão Rodrigues de Oliveira, João Brandão, Damião de Góis, Francisco de Holanda. **Rossio – Estudos de Lisboa**, n.1, p.10-17, 2016. ACERVO: Museu da Cidade de Lisboa.



É em nós que as paisagens têm paisagem. Por isso, se as imagino, as crio; se as crio, são; se são, vejo-as como às outras [...]. As viagens são os viajantes. O que vemos, não é o que vemos, senão o que somos.

(SOARES, 1982)



RESUMO

Este estudo tem como tema a “fábrica” da cidade de Lisboa em dois aspectos complementares, representados pela cidade material e pela cidade narrada em duas obras quinhentistas: *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554), de Damião de Góis, e *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571), de Francisco de Holanda. Baseado nas referidas obras e considerando as transformações ocorridas na cidade neste período, o trabalho demonstra a importância da Expansão Marítima Portuguesa na configuração do espaço urbano, bem como a influência dos acontecimentos dos séculos XV e XVI, como as reformas religiosas e o Renascimento, na forma como a cidade nos é apresentada pelos autores. Assim, por sua posição como “cabeça” do Império, Lisboa constitui um rico exemplo de como os diversos agentes podem interferir e moldar o espaço urbano, de modo a atender a interesses diversos. Da mesma forma, a análise das referidas obras permite perceber a cidade enquanto intenção, como discurso panegírico e ideário renascentista, a refletir os principais aspectos que regiam a sociedade quinhentista. Assim, é importante que a cidade seja entendida como uma valiosa fonte documental, cujo estudo nos permite o reconhecimento das características de uma sociedade em diversos momentos históricos.

Palavras-chave: Cidade. Lisboa. Expansão. Damião de Góis. Francisco de Holanda.

ABSTRACT

This study has as theme the “factory” from Lisboa city in two complementary aspects. One is the physical city and another is the represented city in two sixteenth-century literary works: *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554), from Damião de Góis, and *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571), from Francisco de Holanda. The present study show the influence from Portuguese maritime expansion, as described in the above-mentioned literary works as well as the changes occurred at that time, which established the urban space and the shape how these authors disclosed the city for us. Other events occurred in the Europe during 15th and 16th centuries, such as Renaissance and Catholic Reformation, also has had an influence on the city description. Lisboa, while head of this empire, represented a very rich example of how a number of actors can affect and mold the urban space to take account different interests. Likewise, the analysis from these literary works enables to notice the city like an intention, a panegyric speech and a Renaissance demand, while component that reflects the key aspects, which conducted the sixteenth-century society. It is thus important that city must be understood as a valuable documental source, whose study enable us the recognition of the characteristics from society at different historical moments.

Keywords: City. Lisboa. Expansion. Damião de Góis. Francisco de Holanda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Muralha de D. Dinis	27
Figura 2 –	Cerca Fernandina	28
Figura 3 –	Georgio Braunio. <i>Olissippo Quae Nunc Lisboa, Ciuitas Amplissima Lisitaniae, ad Tagum...</i> , Portugal, 1593. Gravura, 36,30x46,80 cm em folha de 44,10x63,60 cm (Excerto)	31
Figura 4 –	Anônimo. <i>Vista da Rua Nova dos Mercadores</i> , Lisboa, c.1570-1620. Óleo sobre tela	41
Figura 5 –	Georgio Braunio. <i>Olissippo Quae Nunc Lisboa, Ciuitas Amplissima Lisitaniae, ad Tagum...</i> , Portugal, 1593. Gravura, 36,30x46,80 cm em folha de 44,10x63,60 cm (Excerto)	57
Figura 6 –	Georgio Braunio. <i>Olissippo Quae Nunc Lisboa, Ciuitas Amplissima Lisitaniae, ad Tagum...</i> , Portugal, 1593. Gravura, 36,30x46,80 cm em folha de 44,10x63,60 cm (Excerto)	59
Figura 7 –	Francisco de Holanda. <i>Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa/por Francisco d’Holanda/Ano de 1571</i> , Lisboa, 1571. Desenho	69
Figura 8 –	Francisco de Holanda. <i>Figura de Lisboa</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 17,6x12,1cm	70
Figura 9 –	Representação esquemática do cruzamento de fogo entre baluartes em um Forte de planta quadrangular e outro de planta pentagonal	78
Figura 10 –	Francisco de Holanda. <i>La Rocca de Civita Castellana</i> , Lisboa, 1540. Desenho	80
Figura 11 –	Benedetto da Ravena. <i>Planta de Mazagão</i> , Lisboa, 1611	81
Figura 12 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança dos muros e bastiões que falecem à cidade de Lisboa, da parte da terra – Vista panorâmica de Lisboa – Doutras baluarte e bastiões, da parte do mar</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x31cm	82
Figura 13 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança da montea do castelo – Lembrança da planta do castelo</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	83
Figura 14 –	Francisco de Holanda. <i>Lembranças de uns Paços fortes dentro do castelo, que falecem a Lisboa</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30,5cm	84
Figura 15 –	Esquemas baseados nas propostas de Francisco de Holanda	85

Figura 16 –	Francisco de Holanda. <i>Porta para o castelo exterior – Porta para a fortaleza interior</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm	85
Figura 17 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança das portas que falecem a Lisboa</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30,5cm	86
Figura 18 –	Francisco de Holanda. <i>Perspectivas das margens e estuário do Tejo até S. Julião: Santa Caterina, São José, a Torre, Belém; Almada, Bastião (Porto Brandão), Bastião (Trafaria); Bastião (a meio da Barra)</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30,5cm	87
Figura 19 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança de um bastião forte onde foi o baluarte sobre o mar</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm	88
Figura 20 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança do bastião nos cachopos</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm	89
Figura 21 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança dos Paços de Enxobregas e Parque</i> , Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm	91
Figura 22 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança da Fonte para as Naus na Ribeira</i> , Lisboa, 1571. Desenho	93
Figura 23 –	Francisco de Holanda. <i>Da Fonte e lago de Água Livre – Lembrança da fonte de água trazida ao Rossio</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm..	94
Figura 24 –	Francisco de Holanda. <i>Vista da ponte com o arco e o templo (Ponte de Alcântara)</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	95
Figura 25 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança para reedificar a Ponte de Sacavém – Lembrança para reedificar a Ponte do Tejo acima d’Abrantes</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	96
Figura 26 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança das cruces ao redor de Lisboa, que não tem</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	97
Figura 27 –	Francisco de Holanda. <i>Cipos. Na costa do mar Oceano na foz do rio de Colares</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	98
Figura 28 –	Francisco de Holanda. <i>Lembrança da grade que deve ter a nova igreja de São Sebastião</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	100
Figura 29 –	Francisco de Holanda. <i>Dos balaustres para a grade e cabeças de metal ou capitéis</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	101

Figura 30 – Francisco de Holanda. <i>Lembrança para a capela do S. Sacramento em forma de Hóstia. Pela parte de fora</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	102
Figura 31 – Francisco de Holanda. <i>Lembrança da charola pela parte de dentro, onde há-de estar o Sacrário</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	103
Figura 32 – Francisco de Holanda. <i>Lembrança do Sacrário onde há-de estar a Custódia</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	104
Figura 33 – Francisco de Holanda. <i>Da Custódia do S. Sacramento em forma de um coração de toda a santa e católica Igreja</i> , Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO 1 - LISBOA E A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA	15
2.1	A Expansão Portuguesa no século XV	16
2.2	Lisboa e a Expansão Ultramarina	24
2.2.1	Mais perto do Tejo – o reinado manuelino	29
2.2.2	A cidade de muitas gentes – Lisboa e D. João III	34
3	CAPÍTULO 2 – DAMIÃO DE GÓIS E A CIDADE-MÃE DOS DESCOBRIMENTOS	45
3.1	<i>Descrição da Cidade de Lisboa (Urbis Olisiponis Descriptio)</i>	48
4	CAPÍTULO 3 – FRANCISCO DE HOLANDA E A <i>FABRICA QUE FALECE</i>	66
4.1	<i>Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa</i>	68
5	CAPÍTULO 4 – LISBOA, A EXPANSÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA	107
5.1	Referencial Teórico	109
5.2	Guia de Utilização pelo professor	113
5.2.1	Estruturação do Objeto de Aprendizagem	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

As cidades fascinam. Realidade muito antiga, elas se encontram na origem daquilo que estabelecemos como os indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos. Nessa aurora do tempo, milênios atrás, elas lá estavam, demarcando um traçado, em formato quadrado ou circular; definindo um espaço construído e organizado, logo tornado icônico do urbano – torres, muralhas, edifícios públicos, praças, mercados, templos; a exibir sociabilidades complexas e inusitadas na aglomeração populacional que abrigavam; a ostentar a presença de um poder regulador da vida e de outro ordenador do além, na transcendência do divino (PESAVENTO, 2007).

Ao longo da presença do homem na Terra, as cidades se constituíram no principal local onde se desenvolve a vida humana, de tal forma que, atualmente, cerca de 54% da população mundial vive em áreas urbanas, um número que deve alcançar os 66% em 2050¹. A prevalência da vida urbana demonstra, portanto, o fascínio que as cidades sempre exerceram sobre os indivíduos, por constituírem símbolos de prosperidade e sociabilidade, além de concentrarem atividades e serviços essenciais. Desde a Antiguidade, “os termos relacionados à cidade denotam a educação, a cultura, os bons costumes, a elegância: urbanidade vem do latim *urbs*; polidez, da *polis* grega” (LE GOFF, 1998, p.124). A experiência urbana contemporânea apresenta diversas singularidades e diferenças em relação aos outros períodos históricos, mas as cidades que sobreviveram ao tempo podem apresentar diversos registros do passado nos edifícios e na estrutura das vias e lotes.

Estudar as cidades significa, portanto, compreender a própria atividade humana, reconhecendo as formas de desenvolvimento da sociedade, as influências dos diversos agentes na estruturação do espaço, a simbologia e as mensagens e códigos veiculados pelos elementos urbanos. É fundamental o reconhecimento da cidade como um objeto em constante transformação, fruto da passagem do tempo, das relações de poderes e da presença humana, de diversos agentes que a moldam e a definem ao longo de sua história.

Assim, entendemos que a cidade pode ser compreendida de várias formas: pode ser reconhecida enquanto artefato, dada a sua produção pelo homem; como campo de forças, pela possibilidade de reconhecimento das relações sociais que marcam o espaço urbano; como imagem/texto que pode ser compreendido a partir de seus elementos, por conservar vestígios do tempo, “pela possibilidade de enxergar nela o passado de outras cidades, contidas na cidade

¹ Para outros dados, ver WORLD URBANIZATION PROSPECTS - The 2014 Revision. United Nations, New York, 2015. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2016.

do presente” (PESAVENTO, 2007, p.16). A cidade é também objeto de discurso, de representação, em textos e imagens, que abrigam também sonhos, utopias, desejos e frustrações.

A partir dessas considerações se desenvolve o presente estudo, que tem como tema a “fabrica” da cidade de Lisboa. Entendemos o termo “fabrica”, aqui adotado, como “estrutura, construção, composição. Fabricar: construir. Edificar. Fabrica no sentido moral: ideias, desenhos” (BLUTEAU, 1713, p.3 *apud* SOUZA, 2011, p.36). Tendo esta definição como parâmetro para nosso estudo, procuramos entender a “fabrica” de Lisboa enquanto concretude e enquanto intenção, em dois aspectos complementares: a cidade material e a cidade narrada em duas obras quinhentistas – *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554), de Damião de Góis e *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571) de Francisco de Holanda.

A cidade de Lisboa, portanto, consiste em um espaço urbano que possibilita o reconhecimento de momentos diversos da história: seu território foi ocupado por fenícios, romanos, visigodos e muçulmanos até a conquista cristã em 1147. Todos estes povos deixaram registros no subsolo da atual cidade, que aos poucos vão sendo descobertos pelas pesquisas arqueológicas. A partir da constituição de Portugal enquanto nação, Lisboa foi se tornando a principal cidade administrativa do reino, ao mesmo tempo em que sediava a estrutura base do comércio e da navegação. A cidade se tornaria, assim, o centro do reino e do Império Marítimo Português e seria objeto de intensas transformações, de forma a abrigar a estrutura da Expansão e suportar o crescimento populacional dela resultante.

Temos conhecimento, portanto, de que as transformações decorrentes dos diversos usos dos espaços e dos modos de vida dos diferentes povos foram, aos poucos, moldando a cidade e definindo sua aparência. No entanto, em que medida as necessidades decorrentes da Expansão determinaram alterações no espaço da cidade nos séculos XV e XVI? Quais as principais alterações e os principais agentes definidores das mudanças? Como as obras escolhidas nos informam sobre os aspectos preponderantes desse período e qual a imagem de cidade que defendem?

Assim, nosso estudo tem como objetivo principal reconhecer as alterações no espaço urbano de Lisboa nos séculos XV e XVI e estabelecer as relações entre estas mudanças e os acontecimentos políticos e econômicos do período, além de reconhecer nas obras descritas as influências destes eventos. De forma a atender a esses objetivos, procuramos traçar um panorama da história de Lisboa, relacionando os principais elementos que estruturaram a cidade e o papel dos agentes urbanos ao longo dos séculos. É claro que tal desafio teve que obedecer a diversas limitações, entre eles a extensão do tema de estudo. Nos propusemos aqui, a contar de forma breve a história da cidade, tendo como foco as mudanças ocorridas a partir da

Expansão, relacionando também os principais aspectos dos reinados de D. Manuel e D. João III, que abarcam mais de 60 anos e nos quais foi moldada a Expansão e construído o Império Marítimo, aqui apresentado a partir de suas linhas gerais e sentidos espirituais.

A abordagem deste tema e dos aspectos gerais da formação da cidade constituem, portanto, a base do primeiro capítulo desta dissertação. Serão relacionados também dados que mostram o crescimento da cidade e o aumento populacional ocorrido no século XVI, bem como a valorização dos espaços próximos ao rio, ocorrida em particular durante os reinados de D. Dinis e D. Manuel, que determinaram diversas ações neste sentido. Assim, a cidade passava a apresentar, por iniciativa régia, uma centralidade ligada diretamente à estrutura de navegação e administrativa que se instalava na área ribeirinha. Estreitava-se, assim, a ligação entre Lisboa e o Tejo.

O segundo capítulo compreende o estudo em torno de Damião de Góis e sua *Descrição da cidade de Lisboa*. Apresentamos, inicialmente, aspectos de sua vida e procedemos à análise dos principais aspectos de sua obra, inclusive a adoção do gênero discursivo, procurando apontar os fatores que determinaram sua adoção. No terceiro capítulo apresentamos a trajetória de Francisco de Holanda e as principais características da obra estudada. Da mesma forma que no capítulo anterior, procuramos analisar a conjuntura do momento de sua escrita, bem como as intenções do autor. *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* é dedicada a D. Sebastião, o que torna necessário a compreensão dos acontecimentos políticos desse momento em Portugal. Também é necessário compreender o contexto religioso do momento de sua produção, visto que a obra de Holanda está inserida no período posterior ao Concílio de Trento, marcado pela rígida adoção, por parte da Coroa Portuguesa, dos princípios e determinações resultantes do referido Concílio. A escolha das duas obras para a realização da presente dissertação está vinculada, além de seus valores intrínsecos e do reconhecimento obtido por seus autores, tanto no século XVI quanto na atualidade, ao fato de constituírem importantes fontes que permitem a compreensão das transformações ocorridas na cidade. Assim, consideramos que a partir da cidade descrita pelos autores, podemos compreender o pensamento predominante naquele momento histórico e a sua possível influência sobre o espaço da cidade, bem como os valores que determinam a prevalência de alguns elementos urbanos.

A partir da consideração da cidade como uma importante fonte documental, que possibilita o reconhecimento dos fatos históricos em sua estrutura, produzimos o Objeto de Aprendizagem, cuja apresentação é realizada no Capítulo 4. O referido Objeto abrange a história de Lisboa e faz referência aos principais acontecimentos que marcaram o século XVI na Europa, como a Expansão Ultramarina, o Renascimento e a Reforma Católica. A história de

Lisboa é entremeada pelo olhar dos autores estudados, de forma a possibilitar duas leituras da cidade (entre as tantas possíveis): para atender aos interesses econômicos e políticos que definem Lisboa como a cidade-mãe dos descobrimentos, ou o uso do espaço e da arquitetura para a defesa dos valores cristãos. É interessante ressaltar que não se busca, aqui, a redução dessas riquíssimas obras à defesa desses aspectos, dada a complexidade de fatores e elementos que as definem. No entanto, como temos por objetivo produzir um material que tem como tema a cidade, procuramos destacar as características mais apropriadas ao desenvolvimento do assunto.

Além disso, podemos considerar que, como cidade-mãe dos Descobrimentos, o conhecimento da história de Lisboa nos fornece as bases para a compreensão das cidades construídas na América Portuguesa, visto que aqui foram aplicados os conhecimentos e princípios desenvolvidos nas principais cidades portuguesas. Esperamos, dessa forma, contribuir ao processo de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que buscamos reforçar a integração do estudo da história das cidades como ferramenta de conhecimento dos fatos históricos. Pretendemos também trazer aos estudantes a consciência de que o conhecimento é possível a partir de variadas fontes, e que interpretar o passado é uma forma de nos ajudar a compreender o presente.

2 CAPÍTULO 1 - LISBOA E A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

2.1 A Expansão Portuguesa no século XV

A Expansão Marítima empreendida por Portugal perpassou vários séculos e reinados e procurou atender às demandas resultantes dos diferentes momentos históricos, tendo sido marcada “por continuidades e descontinuidades e por quebras e transformações nos padrões das suas actividades, do Atlântico ao Índico, da Índia ao Atlântico Sul, do Brasil a África” (BETHENCOURT, 2010, p.8).

A conquista de Ceuta, ocorrida em 1415, é frequentemente apontada como o momento fundador da diáspora global portuguesa. No entanto, sob a ótica de Thomaz (1998, p.28-29), a conquista territorial no Marrocos corresponde mais a um “derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna” pela sua correspondência com um projeto de cruzada, no sentido adotado na Idade Média e que envolvia a ideia de expedição contra os inimigos do papado ou da cristandade. Além disso, os portugueses tinham por objetivo não apenas ocupar pontos de apoio para o comércio e navegação, mas todo o Reino de Fez (ou Benamerim). Esta ideia de conquista do Marrocos vinha, pelo menos, dos tempos de Afonso IV que obteve a primeira bula de cruzada em 1341, renovada em 1345, 1355, 1375 e 1377. Os moldes em que a Expansão aconteceu, do qual consiste em um bom exemplo a relação entre empresa privada e financiamento real que caracterizou muitas das ações do infante D. Henrique, contribuiu para realçar o aspecto medieval descrito por Luís Filipe Thomaz. Houve também um crescente interesse da nobreza militar pela conquista do Marrocos, para quem a guerra significava a possibilidade de ocupação de cargos públicos, enriquecimento pela pilhagem ou recebimento de benesses. Com o tempo, a realeza também percebeu as vantagens de se exportar a nobreza excedentária, como escape à tensão social derivada de alguns fatores, como o aumento na proporção da nobreza em relação às outras classes e ao decréscimo de mão de obra².

Com D. João II (1481-1495), o caráter medieval da Expansão no Marrocos foi substituído por uma política orientada para o Marrocos Atlântico e para uma presença pacífica e comercial. Thomaz (1998) defende a ideia de que as características assumidas a partir deste momento permitem estabelecer um nexos com a revolução comercial do século XI, entendida como a raiz comum de três fatores que, associados, explicam a gênese da expansão portuguesa: a necessidade de uma reconversão que assegurasse a sobrevivência a uma nobreza em crise, o

² Para mais informações ver THOMAZ, Luís F.R. **De Ceuta a Timor**. 2 ed. Lisboa: Difel, 1998, p.26-28 e THOMAZ, Luís F.R. D. Manuel, a Índia e o Brasil. **Revista de História**, n.161, p.13-57, 2009. O autor também esclarece que a conquista de Ceuta interessava à classe mercantil pela possibilidade de trocas e pela segurança na navegação no estreito de Gibraltar, mas não agradava a ideia da multiplicação no número de praças fortes devido à diminuição dos lucros devido à descontinuidade geográfica, que não permitia a economia de escala.

desejo de abertura de novas rotas de comércio e a política de afirmação de um Estado nacional, que passa a dirigir, orientar, planejar e executar a empresa³. Na revolução comercial do século XI também teve início o interesse dos reis europeus pelo comércio, como uma fonte de riqueza capaz de conferir uma maior independência em relação às dinâmicas de vassalagem, mas que apresentava também inconvenientes dado o risco de o Estado acabar por exercer uma concorrência desigual. Assim, o comércio ultramarino surgia como uma excelente oportunidade de obter ganhos sem se chocar com os direitos pré-estabelecidos (THOMAZ, 1998).

O plano de D. João II partia da reserva para Portugal de toda a área da América Portuguesa à Índia, inclusive o acesso pela rota do Cabo envolvendo a África; seguia com a cristianização da costa africana até sua união com o interior, onde estariam localizados os domínios do Preste João, poderoso rei-sacerdote cristão que seria o governante de um reino poderoso; e seria concluído com o enfraquecimento do bloco islamita devido ao desvio da rota das especiarias. Para tanto, o rei estabeleceu ações em diversas frentes, que envolveram questões diplomáticas, a busca de desenvolvimento técnico e a realização de expedições visando o reconhecimento de territórios, entre outras. Em 1488, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança e viajou para norte, voltando a Portugal com a notícia de que a rota marítima para as Índias estava aberta. Foram também enviadas embaixadas a Calecut, Ormuz e Sofala, com o objetivo de estender a rede portuguesa ao Índico, e também à Etiópia, para estabelecer uma aliança com o Preste João. Em relação ao Atlântico, em seu reinado foi estabelecido o monopólio do ouro, escravos e especiarias; organizado o comércio na região costeira da África, que apresentava ótimas condições para essa atividade; foi realizada a construção da fortaleza de São Jorge da Mina, com o objetivo de defender o comércio do ouro em particular dos espanhóis e intimidar as tribos negras da costa, por intermédio das quais era adquirido o ouro, além do povoamento de São Tomé e Príncipe e da instalação de feitorias permanentes na costa e no interior⁴.

No reinado de D. Manuel ocorreu a chegada às Índias, e a importância desse evento foi expressa no título que o rei passou a ostentar: “Senhor da Conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Neste título, como destaca Thomaz (1998, p.218), aparecem definidos o âmbito geográfico, “que corresponde a toda a redondeza do Índico”, e o conteúdo do domínio reivindicado, “que corresponde ao da rede de navegação e comércio”. O domínio da terra aparece como direito à conquista, portanto como um direito potencial, que era entendido

³ Thomaz (1998) destaca que, no entanto, a expansão não constitui o “produto necessário” dessas transformações, além de ainda não ter sido apurada a natureza dessa relação. Para verificar os demais fatores que influenciaram a expansão destacados por Luís Filipe Thomaz, consultar a referida obra.

⁴ Para mais informações, ver THOMAZ, Luís F.F.R. **De Ceuta a Timor**. 2 ed. Lisboa: Difel, 1998, p.160-166; e BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 48.

na Península Ibérica não só como o direito de expulsar o poder muçulmano, mas também como o de exercer um domínio sobre o território não efetivamente conquistado, a partir do pagamento de um tributo. Esse direito vinha da tradição medieval peninsular: aplicado à Reconquista foi transposto para a expansão em Marrocos, que pode ser entendida como sua continuação e prolongamento. O direito à conquista aparece no início da titulação não por ser o mais importante, mas por concordar com a concepção da função real e com os valores da ética cavaleiresca dominante. Além disso, Thomaz (1998) elenca três questões importantes: o direito de navegação em direção às Índias se estabelece em relação aos seus súditos; em relação aos outros príncipes da Cristandade – visto o mar além do Cabo Bojador não ter sido utilizado como via de comércio antes dos portugueses; e em relação às potências costeiras do Índico, sobre as quais D. Manuel se arrogava o direito do controle da navegação no Índico. No entanto, no momento de sua inclusão na titulação régia, este direito sobre o mar era virtual, tornando-se consideravelmente efetivo alguns anos mais tarde, sem nunca se tornar total (THOMAZ, 2008).

O comércio com as Índias correspondia, inicialmente, a uma linha entre Lisboa e Cochim, pela rota do Cabo, que permitia o escoamento das especiarias para a Europa e o envio de munições para as Índias. Durante o comando de Afonso de Albuquerque (1509-1515), o comércio regional, designado mais tarde como “comércio de Índia em Índia”, passou a preponderar em relação ao intercontinental, com o domínio de um grande número de linhas de navegação no Índico que permitiam lucros maiores que o comércio Ásia-Europa (THOMAZ, 1998). Como apontado por Thomaz (1998, p.214), a formação dessa rede comercial decorreu da própria necessidade econômica, de tal forma que “o sistema continha, assim, em si mesmo o germen da sua expansão, tendendo virtualmente para o domínio total da rede comercial do Índico”. A obtenção das especiarias era feita consoante o pagamento em metal, o que levou os portugueses a se interessarem pelo ouro do Monomotapa, que era escoado pelo porto de Sofala. Este ouro era obtido pelos árabes em troca de tecidos de algodão, oriundos sobretudo do Guzerate, o que determinaria a presença portuguesa também no golfo de Cambaia. Pelo Malabar era realizado o escoamento da pimenta, e Goa compunha a rota de transporte dos cavalos da Arábia e da Pérsia para os reinos de Daquéim e de Bisnaga, além de constituir a capital administrativa do Estado da Índia. Ormuz e Malaca, conquistadas em 1515 e 1511, constituíam pontos chave dos respectivos estreitos: por Ormuz era feita a ligação entre Índia e Pérsia, além de parte do comércio dos cavalos da Arábia, sendo que Malaca era o maior centro distribuidor de especiarias indonésias. A necessidade logística explica a importância de

Moçambique, que constituía uma escala na viagem ao reino, bem como Bardez e Salsete, que asseguravam o comércio de arroz a Goa⁵.

Assim, no início do século XVI o “Império marítimo português” se assentava em rotas marítimas apoiadas em fortalezas, feitorias e possessões nas orlas costeiras da África e da Ásia, desde Sofala e Ormuz, na margem ocidental da Ásia das Monções até às Molucas, na costa do Pacífico, além das ilhas atlânticas e da América Portuguesa. A denominação “Império Marítimo” consagrada por Charles Boxer, é aqui utilizada partindo do entendimento deste como um império em forma de rede, “um sistema de comunicação de vários espaços” como caracterizado por Thomaz (1998, p.208) para o Estado Português da Índia. Entre os produtos mais importantes comercializados estavam o ouro da Guiné, do sudeste africano (Monomotapa) e da Samatra (Campar); o açúcar da Madeira e de São Tomé; o maciz e a noz-moscada de Banda; o cravo-da-índia de Ternate, Tidore e de Amboíno; a canela do Ceilão; o ouro, as sedas e a porcelana da China; os cavalos da Pérsia e da Arábia; a prata do Japão; os têxteis de algodão de Cambaia (Guzarate) e do Coromandel e a pimenta, principal mercadoria importada do Oriente, que provinha fundamentalmente do Malabar (Cochim ou Cananor). É importante destacar o peso desses produtos nas receitas anuais do reino: em 1506 as especiarias asiáticas representaram mais de 25% desse total, sendo que em 1518-1519, atingiram quase 40%, sendo as especiarias da Índia o principal produto, mas importantes também as rendas e taxas cobradas em Portugal e as receitas geradas pela alfândega de Lisboa (BETHENCOURT, 2010).

Em termos de organização político-militar e na sua ideologia, a Expansão no Índico se aproximou do modelo marroquino, sendo a maior parte das posições em terra obtida em consequência da guerra, e destas, a maioria por meio de acordos e tratados. A militarização da conquista foi consequência da constatação de que o principal rival econômico era o conhecido inimigo muçulmano, o que conduziu a uma renovação da atmosfera das campanhas marroquinas do século XV, com a nacionalização da ideia de cruzada, porque colocada agora a serviço da política expansionista de um Estado nacional. Além disso, essa ideologia conferiu à Expansão no Oriente “uma força moral e uma coesão intrínseca que, em parte, explicam o seu sucesso”. Assim, a presença portuguesa no Índico foi diplomática e comercial no início,

⁵ Thomaz (1998, p.567-589) ressalta que, embora o controle desses pontos permitisse a Portugal regular de forma considerável o comércio marítimo no Índico durante a maior parte do século XVI, não se pode afirmar que os portugueses tenham conseguido o monopólio comercial. A Coroa reservava para si o comércio de certos produtos (ouro e especiarias, sobretudo) e de algumas regiões, como em Malaca até 1533 e até 1537 nas Molucas. Mesmo nesses casos, ocorria o monopólio apenas como princípio; visto que na prática eram concedidas autorizações para a compra e venda de certas quantidades dessas mercadorias, como recompensa a funcionários que tinham se distinguido ao serviço do Estado. Também os que faziam parte da equipagem dos navios tinham direito a uma participação nos negócios pelo direito de abastecer uma parte dos navios com mercadorias particulares ou alugar a terceiros.

tomando gradualmente um cunho militar e passando de intermitente a contínua, com uma força de patrulhamento marítimo constantemente presente (THOMAZ, 1998).

Outra importante característica da Expansão no Índico está relacionada aos ideais de D. Manuel, que se considerava responsável pela manutenção da justiça, da paz e da supremacia da fé cristã, sendo a destruição do bloco islâmico o foco principal de seus planos, principalmente entre os anos de 1505 e 1513. Seu projeto de conquista visava a obstrução do comércio muçulmano de especiarias, o ataque contra o Egito pelo Mar Vermelho, a destruição de Meca e a recuperação de Jerusalém. As expedições no Marrocos também foram retomadas, de tal forma que a presença portuguesa nesta região atingiu o auge neste reinado. Apesar de privilegiarem o sul do Marrocos, diferentemente das campanhas do quatrocentos, voltou a predominar o aspecto militar, em substituição às campanhas pacíficas de D. João II. No início do século XVI foram construídas fortificações em Santa Cruz do Cabo de Gué e castelos em Mogador e Safim, Aguz, Mazagão, Arzila, Alcácer Ceguer, Tânger e Ceuta (THOMAZ, 1998).

Estas aspirações devem ser entendidas no contexto de um discurso messiânico que floresceu em Portugal nos séculos XV e XVI, e que, para os cristãos, envolvia o retorno do Messias, que seria precedido por um líder que prepararia a humanidade para a sua vinda. Estas interpretações baseavam-se, particularmente, no Apocalipse de São João, que teve forte influência sobre as teorias messiânicas com caráter milenarista, por afirmar que o Juízo Final seria precedido de um período de mil anos de felicidade. Uma corrente influente no círculo dos educadores franciscanos e conselheiros de D. Manuel foi o joaquimismo, linha de pensamento que se baseava nos escritos de Joaquim de Flora, abade do sul da Itália que viveu no século XII, que defendia três idades para a humanidade: antes da lei ou tempo do pai, que teria ido de Adão a Abraão; sob a lei ou tempo do filho, de Elias a Jesus Cristo, e sob a graça ou tempo do espírito, iniciado com São Bento e próximo de seu fim. Assim, a história não se esgotaria no tempo da Igreja institucional presente, mas continuaria aberta na expectativa de uma nova e definitiva idade marcada pela dispensação abundante do Espírito que liberta e santifica. Este tempo seria marcado pela igualdade, justiça e fartura, com a caridade e a concórdia entre os homens. A ideia de que este tempo seria conduzido por um salvador personificado na figura de um imperador foi incorporada ao pensamento joaquimista por volta do século XIII e, a partir de então, esse ideário adotou um tom imperial e antipapal e se misturou frequentemente com a ideia de cruzada e de recuperação de Jerusalém. Assim, os joaquimitas esperavam a vinda de um imperador messiânico, a destruição da igreja corrupta e prostituída, a derrota do império

muçulmano, a recuperação de Jerusalém, a conversão dos judeus e a submissão do universo a Cristo, numa grande utopia em que se fundiam todas as aspirações da cristandade medieval⁶.

É importante considerar o ambiente propício para a aceitação dessas ideias pelo próprio rei e seu círculo mais próximo, de forma a identificá-lo como aquele que unificaria e lideraria a cristandade em direção ao estabelecimento de um reino cristão universal. Além da já mencionada influência de seus mestres, a história de Portugal encontra-se entremeada de episódios que envolvem a interferência divina a favor dos portugueses como, por exemplo, na Batalha de Ourique, nas profecias sobre a ascensão de D. João I, ou no momento em que os anjos do céu devolvem aos mouros as flechas enviadas contra os portugueses em Ormuz. Assim, o povo português também atrairia a graça divina pela sua pequenez e humildade, aspecto ressaltado por Thomaz (2008, p.89) como sendo o elemento mais original da ideologia manuelina. A forma como D. Manuel chegou ao trono, após o desaparecimento de todos seus predecessores, e o paralelo com o rei Davi – o filho caçula escolhido por Deus para reinar sobre seu povo, também parece ter reforçado a crença de uma predestinação para grandes feitos como a abertura do caminho marítimo para as Índias. O significado de *Emmanuel* – em hebreu, “Deus conosco” – era também um bom presságio, da mesma forma que a esfera armilar com a divisa “espera” recebida de D. João I constituía um sinal profético, que, com sua ascensão ao trono, possibilitou a seguinte interpretação “espera, e tu terás a esfera, quer dizer, o domínio do mundo” (2008, p.99).

Contudo, o plano imperial manuelino não se realizou por fatores diversos. Em 1508, Afonso de Albuquerque obteve sucesso no envio de emissários à procura do Preste João, por esta época identificado com o Negus abissínio, elemento essencial para a articulação necessária ao ataque ao Império Mameluco. No entanto, devido às intrigas e à falta de empenho por parte dos opositores de Albuquerque e, posteriormente, por seu sucessor Lopo Soares, apenas em 1520 se estabeleceu o desejado contato, e foi obtida a confirmação da ajuda etíope na missão planejada. Também o fechamento da rota das especiarias do Mar Vermelho sofreria dois revezes importantes: o fracasso na tentativa de conquistar Adém e a desistência da ocupação da ilha de Socorotá – possível base naval na entrada desse mar, em 1510 devido à distância e pobreza do local. Existiram também planos sobre uma expedição marítima à Terra Santa a partir de 1505, que envolveram a participação do rei Fernando de Castela e de Henrique VII da Inglaterra, com a ajuda dos reis da França e da Hungria, mas o projeto também não vingou.

⁶ Para mais detalhes, ver MAGALHÃES, Leandro H. A tradição messiânica portuguesa e a constituição do Quinto Império. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n.41, p.209-220, 2009; THOMAZ, Luís F.F.R. D. Manuel, a Índia e o Brasil. **Revista de História**, n.161, p.13-57, 2009; e THOMAZ, Luís F.F.R. A ideia imperial manuelina. In: DORÉ, A.; LIMA, L.F.S.; SILVA, L.G. **Facetas do Império na História**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p.39-104.

Entre 1517-18 Portugal planejou participar de uma expedição a Constantinopla preparada pelo papa, que também não teve seguimento. A morte de D. Manuel em 1521 veio a interromper definitivamente os planos imperiais (THOMAZ, 2008).

Segundo Buescu (2008), o reinado de D. João III (1521-1557) teve início em uma conjuntura difícil, com o predomínio da peste, da seca e da esterilidade dos campos, situação que persistiu até por volta de 1525 e voltou a se repetir em muitas outras ocasiões nas décadas seguintes, constituindo uma preocupação constante para a Coroa. Na Europa, muitas mudanças se processavam: a depressão de várias economias europeias e o aumento da pressão turca sobre os Bálcãs, o Mediterrâneo Oriental e o avanço sobre a Ásia, em um processo de alargamento do império turco que, sob o comando do sultão Soleimão, acabou por exercer uma pressão crescente sobre a Europa, com as conquistas da Síria e do Egito, a tomada de Belgrado em 1521 e da fortaleza de Rodes. Martinho Lutero foi excomungado pela Igreja e a ruptura religiosa culminou nas Reformas Protestante e Católica, que definiram novos rumos para a Europa no aspecto religioso. Portugal também passava por dificuldades financeiras, devido às solicitações de uma rede administrativa e burocrática em crescimento, uma corte desmesurada para a escala do reino e o aumento dos custos relativo à manutenção do Império Ultramarino. Este período também foi marcado pela tensão política entre Portugal e França devido à contestação do rei francês sobre a repartição do mundo entre os reinos ibéricos pelo Tratado de Tordesilhas e pelas dissensões entre D. João III e Carlos V em relação à posse das ilhas Molucas. Cresceram também as dificuldades na proteção das rotas de navegação e no combate ao corso, efetuado sobretudo pelos franceses, como consequência das contestações realizadas por Francisco I da França acima referidas.

No que se refere à Expansão, houve uma significativa alteração nos objetivos e prioridades a partir do reinado de D. João III. Como afirma Buescu (2008, p.272), o “império português do Oriente deixava de ser concebido como um meio que permitiria o acesso ao Próximo Oriente e a Jerusalém, para passar a ser visto em si mesmo”. No entanto, a manutenção das praças no Índico ao longo do século XVI apresentou inúmeras dificuldades, como a distância e a escassez de recursos militares e humanos, as disputas de poder e a corrupção, além da desorganização administrativa e da concorrência na rota tradicional das especiarias. As dificuldades encontradas conduziram à adoção de diferentes medidas, como a permissão do comércio de alguns produtos por interessados, como o cravo-da-Índia e da noz-moscada a partir de 1539, mediante o pagamento de porcentagens ou a entrega à Coroa de parte da quantidade transportada, até a cessão dos direitos de exploração comercial no Índico para particulares ocorrida na segunda metade do século XVI (THOMAZ, 1998).

Em diversos momentos do reinado joanino, a conquista do Marrocos foi considerada como um projeto alternativo à expansão no Oriente. Apesar desses planos, a manutenção das praças marroquinas também apresentou dificuldades de natureza financeira e militar, até que o cerco a Safim em 1534 e a perda de Santa Cruz do Cabo de Gué em 1542 definiram a evacuação de Safim e Azamor em 1541 e Alcácer Ceguer e Arzila em 1550. Portugal reconhecia, assim, a incapacidade em deter a pressão muçulmana decorrente de um movimento de reunificação do território marroquino, que culminaria no estabelecimento da dinastia sádica. Por outro lado, Jacqueline Hermann sublinha que D. João III defendera o abandono dessas praças por entender que sua manutenção dava mais despesas que lucros e também porque pretendia concentrar esforços para a conquista de Fez. Assim, ao fim do reinado de D. João III as possessões no norte da África se resumiam a Ceuta, Tânger e Mazagão (BUESCU, 2008; HERMANN, 1998).

Na América Portuguesa teve início a exploração do litoral brasileiro com a chegada da armada de Martim Afonso de Sousa e a instalação dos primeiros engenhos de açúcar; em 1534 foram criadas as capitanias hereditárias e, a partir de 1548, foi estabelecida uma presença oficial, com a sede de governo em Salvador e a nomeação de um primeiro governador geral. Na Índia pode-se observar uma tendência à territorialização, iniciada no reinado de D. João III e continuada por D. Sebastião (1557-1578), que teve como alvos o reino de Cambaia, as Maldivas, a ilha de Ceilão, Achém, Pegu, Sião, Camboja e China, mas com resultados tímidos. Foi realizada a incorporação do território de Baçaim em 1534, seguida de Diu no ano seguinte, das conquistas definitivas de Bardez e Salsete nos arredores de Goa e em 1559, a posse de Damão e a fundação da última cidade no Hindustão pelos portugueses. A base portuguesa em Macau foi conseguida em 1557, mas reconhecida apenas 20 anos mais tarde. Devido à proibição Ming de comércio direto entre China e Japão, e apesar dessa proibição não ter sido rigorosamente mantida, a referida base assegurava aos portugueses a parte mais valiosa deste comércio, baseado essencialmente na troca das sedas em rama e manufaturadas e do ouro da China pelas barras de prata japonesas.

No curto reinado de D. Sebastião se verificou a retomada dos trabalhos de fortificação, inclusive com a organização e preparação militar do reino e a concentração dos investimentos da Coroa nas obras militares. Também houve a quebra do monopólio régio para o comércio e transporte de especiarias em 1570, como forma de amenizar as dificuldades financeiras do reino. No entanto, esse período permaneceu marcado pelo retorno do interesse português no norte da África, fato que pode ser entendido a partir de “um conjunto de valores, ressentimentos e projetos que habitaram as almas dos portugueses a partir da segunda metade do século XVI” (BUESCU, 2008, p.89). Pode-se entender, assim, que o abandono das praças africanas no

reinado de D. João III ainda não havia sido assimilado ou esquecido. Dessa forma, a chegada de D. Sebastião ao trono representou a possibilidade de retomada de uma postura bélica, tanto em relação às praças marroquinas já conquistadas como em relação à recuperação de uma política agressiva no ultramar (BUESCU, 2008, p.90).

2.2 Lisboa e a Expansão Ultramarina

À medida em que Portugal ampliava suas conquistas no ultramar e se apurava o processo de centralização do poder pela Coroa, a cidade de Lisboa se afirmava como o principal porto comercial e centro administrativo do reino, posição acentuada a partir da ocupação de Ceuta em 1415 e das conquistas subsequentes que transformaram o reino em um Império com possessões que iam do norte às partes ocidental e oriental de África, América Portuguesa, Golfo Pérsico e sudeste asiático, além do controle das rotas de navegação no Atlântico e Índico. Para abrigar a estrutura necessária a esse desenvolvimento, a cidade de Lisboa passou por significativas mudanças ao longo dos séculos.

Desde seus primórdios, o território que compõe a atual cidade foi ocupado em suas porções alta e baixa, existindo vestígios arqueológicos que comprovam a ocupação da colina do Castelo de São Jorge desde meados do século VII a.C. A zona ribeirinha da cidade recebeu, ao longo dos séculos, uma ocupação urbana de tipo funcional, relacionada com atividades portuárias e de exploração pesqueira. No período de dominação islâmica, a alcáçova (*qasaba*), símbolo do poder islâmico onde se concentravam os paços do alcaide ou do senhor e a elite dos funcionários e militares, ocupava a porção superior do terreno.

Na zona portuária se fixaram pescadores, artesãos e comerciantes, formando a “cidade baixa” em estreita relação com o rio e ao longo da encosta, desde o topo da colina, se desenvolvia a cidade, encerrada nos limites da chamada “cerca moura”, que corresponde, ao que indicam as pesquisas arqueológicas, à muralha construída pelos romanos entre os séculos III e V, aproveitada e reforçada entre os séculos VIII e XII. Dessa forma, foram definidos os dois polos agregadores da cidade, sendo o espaço entre eles utilizado como mercado e centro religioso. Essa configuração de Lisboa obedece a uma matriz comum a outras cidades do

Mediterrâneo e que caracterizaria inúmeras cidades portuguesas, tanto no território continental como no além-mar nos séculos seguintes⁷.

Após a tomada da cidade pelos cristãos em 25 de outubro de 1147, foi mantida a mesma estrutura do período islâmico, mas houve uma forte marcação do território como instrumento de legitimação da conquista, expressa principalmente pela instalação de igrejas e conventos, elementos primordiais para a construção de marcos identitários. Em 1150, foi criada a Freguesia da Sé e a Igreja de Santa Maria Maior foi construída, provavelmente a poente do local onde se situava a mesquita. Sobre a mesquita da alcáçova se instalou a Igreja de Santa Cruz. Também foi realizada a doação ao bispo de uma área na alcáçova para a edificação do Paço Episcopal. Muitas das devoções estabelecidas nas igrejas estavam ligadas aos cruzados, que auxiliaram na tomada da cidade, como S. Martinho, S. Cristóvão e S. Jorge. Os arrabaldes existentes se ampliaram, surgiram áreas específicas para a habitação dos mouros e judeus, mas no geral, as mudanças no tecido urbano foram lentas, direcionadas pelas marcações simbólicas do espaço a partir da definição das igrejas e dos demais edifícios religiosos.

Apesar da manutenção da “cidade alta” como local de exercício do poder, efetivamente esta área nunca ocupou um lugar de relevo na administração pelos reis cristãos, de forma que estas funções foram sendo, aos poucos, transferidas para o entorno da Igreja da Sé, localizada na porção intermediária da cidade, e para as proximidades do rio Tejo. Por volta de 1237, a área ribeirinha passou a ser ocupada por edifícios ligados à fabricação de navios, as tercenas reais, e pela alfândega. Essa área foi doada à Câmara por D. Afonso III em 1248, ainda no reinado de D. Sancho II (1223-1248), e neste local também passou a funcionar o Açougue do Peixe, o que permite caracterizar o local como um porto com funções comerciais. Esta zona dos açougues situava-se no sopé da encosta da cidade islâmica perto das Portas de Ferro, a mais importante entrada da cidade.

Em 1256, durante o reinado de D. Afonso III (1248-1279), Lisboa se tornou sede da chancelaria régia, numa estratégia de aproximação com os concelhos e com a classe mercantil que se fortalecia. À medida em que o peso das classes urbanas e das cidades marítimas passou a contrabalançar o poder da nobreza fundiária, o poder real buscou sua consolidação com uma presença maior em Lisboa. D. Afonso III também efetuou a compra de lojas em Lisboa, visando não só o aumento dos rendimentos da Coroa como o estímulo ao desenvolvimento econômico da cidade. Dessa forma, as mudanças passaram a se refletir de forma mais clara e contumaz na

⁷ Sobre a questão, ver PIMENTA, João. *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. 2004. 163f. Dissertação (Mestrado em Pré-História e Arqueologia) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.; e ROCHA, Artur. *A muralha de D. Dinis e a cidade de Lisboa: fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Lisboa: Banco de Portugal, 2015.

cidade, sendo o rei o principal agente de definição urbana na cidade de Lisboa a partir do século XIII.

Mas foi durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), que se ressaltou a tendência de centralização da área ribeirinha, inserida em um conjunto de importantes intervenções na cidade, como a implantação do “Estudo Geral” e o estímulo ao comércio interno a partir de uma política de fomento de feiras e do aumento do patrimônio régio, sobretudo tendas e casas em Lisboa. Assim, pode-se afirmar que o rei procurou dotar o Estado de instituições e infraestruturas econômicas e urbanas que permitissem estabilizar e acelerar o seu crescimento, numa proposta de afirmação do poder real. Entre as diversas ações efetivadas neste período, a que exerceu maior impacto sobre a cidade foi a organização da marinha, ao buscar a afirmação do porto de Lisboa na sua relação com o Mediterrâneo e a reestruturação da frota naval do reino, especialmente para o combate aos corsários que perturbavam as atividades de navegação e o transporte de mercadorias⁸.

Nesse sentido, Thomaz (1998) chama a atenção para duas questões importantes: Portugal, desde as suas origens, manteve relações privilegiadas com a Inglaterra e a Flandres, por ser o único pedaço do mundo meridional facilmente alcançável por mar antes da abertura do estreito de Gibraltar à navegação cristã; em segundo lugar, sua posição “a meio caminho” entre Itália e Flandres permitiu que os portos portugueses constituíssem uma escala da navegação regular entre os principais pontos do desenvolvimento mercantil do Ocidente. Assim, a contratação do genovês Micer Manuel Pessanha e sua nomeação como almirante, constituíram elementos essenciais nesse processo de reorganização, bem como a chegada, com ele, de um significativo grupo de genoveses que atraíram outros mercadores.

A necessidade de organização de uma nova área para as atividades relacionadas ao comércio e à navegação foi associada à uma reestruturação mais ampla da zona ribeirinha de Lisboa. A cidade se desenvolvia em direção ao Rossio⁹, no sentido sudoeste, o que se explica pela importância do comércio nesta região e pela implantação de importantes conventos na porção ocidental da cidade. Como o afastamento da região ribeirinha se devia aos perigos da

⁸ Segundo Amélia Andrade, o sucesso da constituição da marinha de guerra, naturalmente associada ao fomento da construção naval, estava entrosado com a eficácia de um conjunto de medidas estabelecidas especialmente por D. Afonso III e D. Dinis: o controle da foz dos rios mais importantes, a promoção da ocupação humana na linha costeira, o fomento, vigilância e usufruto sobre as atividades portuárias, pesqueiras e salineiras e o estabelecimento da rede alfandegaria. Ver ANDRADE, Amélia A. A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: o caso da fachada atlântica. In: ENCUNTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO – CIUDADES Y VILLAS PORTUARIAS DEL ATLÂNTICO EN LA EDAD MEDIA, 2005, Nájera. *Actas...* Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2005. p. 57-89.

⁹ Segundo Rossa (2002), os rossios eram espaços destinados às feiras de âmbito regional e de menor periodicidade entre a região, o termo e a cidade, que não dispunham de um local adequado para sua realização dentro das muralhas. Podiam ocupar o espaço livre junto à porta principal da muralha ou funcionar em áreas de ocupação anterior.

pirataria que ainda assolava o Tejo, D. Dinis definiu a construção de uma muralha paralela ao rio, com uma extensão aproximada de 400m para ocidente, em parceria com o concelho de Lisboa. A proteção da muralha definiu o reordenamento da Rua Nova dos Mercadores, paralela ao rio, que passa a ter uma largura de oito braças (15 metros) com o objetivo de abrigar atividades comerciais (FIGURA 1).

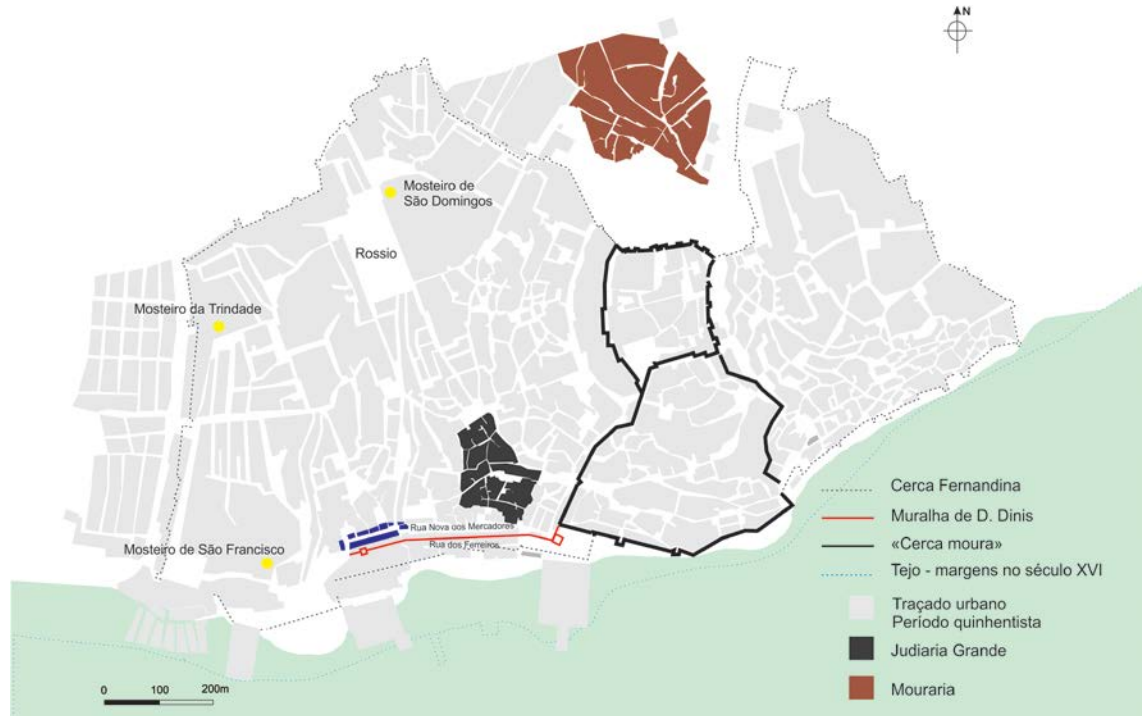


Figura 1 – Muralha de D. Dinis

Fonte: Baseado em CRUZ, João P.P. A Cidade e o Rio: Origem e evolução da frente ribeirinha de Lisboa até ao século XVIII. **Rossio – Estudos de Lisboa**, n.6, p.116-129, 2016, e TRINDADE, Luísa. **Urbanismo na composição de Portugal**. 2009. 882f. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

Na porção oriental da Rua Nova dos Mercadores, acompanhando o avanço de terrenos sobre as margens do Tejo, ocorreu o aumento e reformulação do antigo Largo dos Açougues, que passou a constituir o remate da Rua Nova e da Rua dos Ferreiros. Nesta área de aterro conformada a partir do prolongamento da rua Nova dos Mercadores até à encosta da colina de S. Francisco, foram edificadas as tercenas – estaleiros de construção e reparação naval, e a Judiaria Nova, ligada às atividades de fabrico de barcos. Nas proximidades também estavam instaladas a Casa das Madeiras, como apoio para a construção naval, os Armazéns, destinados à guarda dos produtos que seguiriam a bordo das galés e as Fangas da Farinha. Esses edifícios, associados à Alfândega Real e ao Açougue do Peixe, caracterizaram esta área como um porto com funções comerciais. Assim, o centro comercial se deslocou, em definitivo, das áreas circundantes à Sé, herança da ocupação muçulmana, para as proximidades do Tejo.

No entanto, passados apenas 80 anos da construção da muralha por D. Dinis, a conjuntura de conflito com Castela durante o reinado de D. Fernando (1367-1383), incluindo a entrada sem resistência das tropas de Henrique II em Lisboa em fevereiro de 1373, tornou necessário o reforço da estrutura defensiva da cidade. A “Cerca Fernandina” (FIGURA 2), construída entre 1373 e 1375, envolveu a malha urbana, incluiu os arrabaldes de origem islâmica, e integrou também os conventos e mosteiros de S. Vicente de Fora, N. Sra. das Graças, S. Domingos, S. Trindade e S. Francisco, construídos logo após a conquista.

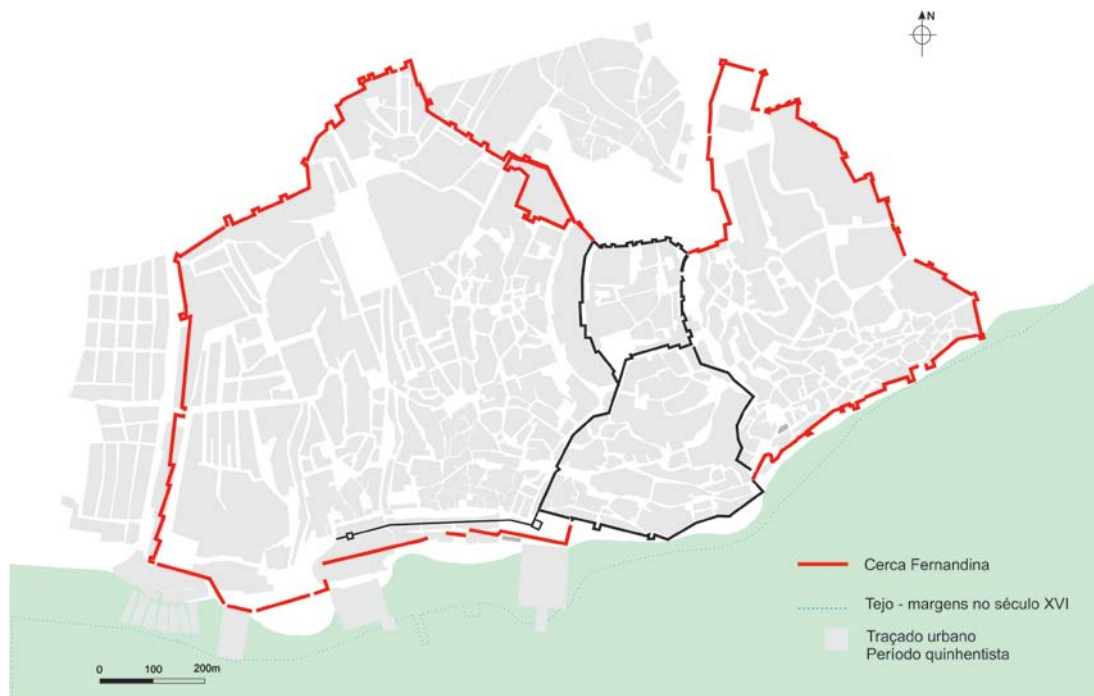


Figura 2 – Cerca Fernandina

Fonte: Baseado em CRUZ, João P.P. A Cidade e o Rio: Origem e evolução da frente ribeirinha de Lisboa até ao século XVIII. **Rossio – Estudos de Lisboa**, n.6, p.116-129, 2016.

A cerca tinha uma área de 103,6 hectares de superfície, 5400m de extensão e 77 torres, definida em duas partes, a nascente e a poente da cerca velha e envolvendo toda a área até então exterior à muralha de D. Dinis, como o aterro onde foram instaladas as tercenas e os demais edifícios portuários. Se por um lado, a “Cerca Fernandina” limitou a relação da cidade com o rio, por outro, ela permitiu a criação de aterros sucessivos, que definiram o avanço da cidade sobre o Tejo e a instalação de diversos edifícios de modo a comportar o movimento da Expansão, como é possível observar na figura acima. Para atender às novas solicitações, resultantes da afirmação de Lisboa como o centro econômico e administrativo do Império, houve a necessidade de reforçar estruturalmente a área ribeirinha, de modo a atender ao crescente fluxo comercial e às necessidades decorrentes da Expansão Ultramarina.

Neste contexto surgiu a Casa de Ceuta, localizada próxima às tercenas dinisianas, e que envolvia os negócios referentes a Ceuta e, posteriormente, às demais praças portuguesas no norte da África, como o abastecimento da cidade, a organização das viagens, a gestão dos assuntos relativos às guarnições militares, armamento e fortificações, bem como o acolhimento e inserção dos degredados e homiziados. Abrangia também a organização das tarefas de carga e descarga e armazenamento dos produtos, como o trigo e o centeio. Posteriormente, à medida em que outras praças marroquinas foram sendo conquistadas, houve a instalação, na área ribeirinha, da Feitoria do Trato de Arguim, inicialmente implantada em Lagos e transferida para Lisboa em 1463, após a morte do infante D. Henrique, quando passou a ser denominada Casa da Guiné, e posteriormente Casa da Guiné e Mina ou só Casa da Mina, ao receber o ouro da costa da Mina. Correspondia também ao local de depósito de mercadorias, como a malagueta e os escravos. Após a viagem de Vasco da Gama em 1498, foi anexado o termo “das Índias” e passou a receber as mercadorias dessa região. Devido ao peso comercial dos negócios com o Oriente, foi necessária a separação dos quadros administrativos da Casa da Índia no ano de 1503, quando esta se tornou o principal centro receptor e distribuidor dos produtos orientais, além de organizar as armadas e as feitorias comerciais no ultramar e em Flandres.

2.2.1 Mais perto do Tejo – o reinado manuelino

D. Manuel promoveu em fins do século XV e início do século XVI uma série de intervenções na Ribeira de Lisboa, a partir de uma reconfiguração possibilitada pela realização dos aterros já referidos, e para qual teve um papel preponderante o desaparecimento das judiarias devido à expulsão dos judeus, nascidos ou refugiados em Portugal, em 1497. Este fato proporcionou à paisagem lisboeta um caráter unitário, tornando desnecessários os muros e portas utilizados para seu isolamento.

Como aponta Thomaz (2008, p.91), mesmo considerando uma medida antieconômica e antipolítica, a exigência parece ter sido vista por D. Manuel como necessária à exaltação da Fé, talvez mesmo considerando-a como uma espécie de purificação do povo português, “ato que o tornaria mais digno de cumprir a grandiosa missão que Deus havia lhe delegado”. Como forma de evitar consequências econômicas e sociais maiores, o rei procurou dificultar a saída dos judeus, oferecendo vantagens e privilégios aos que permanecessem, além de recorrer à

conversão forçada em abril de 1497. D. Manuel também estabeleceu leis com o objetivo de proteger os cristãos-novos, como a proibição de se indagar a crença dos novos convertidos pelo período de vinte anos, prorrogada depois em 1512 por mais dezesseis anos, e a equiparação dos cristãos-novos aos outros súditos do rei, sem discriminação (ANDRADE, 2006).

Na área resultante, portanto, foram implantados diversos edifícios, com a substituição das tercenas medievais pelas Tercenas de Cata-Que-Farás, destinada à construção de navios para a Carreira da Índia, a reestruturação das Casas da Índia e de Ceuta, além da instalação da Casa da Pólvora, Casa da Moeda e do Arsenal de Guerra. Em 1514, também foram registradas obras nas tercenas da Porta da Cruz, com o objetivo de descongestionar as tercenas de Cata-Que-Farás. A Alfândega Nova, onde eram recolhidas as mercadorias importadas ou em trânsito e que abrangia também a Casa dos Contos e o Paço da Madeira, foi concluída apenas em 1534, bem como o Celeiro Público, posteriormente denominado Terreiro do Trigo, iniciado apenas no reinado de D. João III e concluído na década de 1530. Associados a esses edifícios estavam outros equipamentos como armazéns, cais, fundições, ferrarias e cordoarias (CARITA, 2012).

O principal edifício da Ribeira era o Paço Real, transferido da alcáçova, e que constituía um complexo de edifícios que incluíam a residência real e compreendiam diversos serviços, como a Secretaria de Estado, o Desembargo do Paço, o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, a Junta dos Três Estados, entre outros, todos órgãos ligados ao poder central. A edificação também integrava um conjunto de lojas e departamentos da Casa Real, genericamente referido como armazéns, onde eram elaboradas as cartas náuticas, armazenados armas e canhões, entre outras atividades. O paço foi erguido no espaço ocupado anteriormente pelas tercenas construídas por D. Dinis, sob a orientação de Diogo de Arruda. A primeira etapa da construção foi finalizada por volta de 1505, seguida da edificação do baluarte às margens do Tejo, marcado pelas armas reais em relevo e em grande escala, e da galeria avarandada perpendicular ao rio entre 1508 e 1510. A parte dos aposentos reais consistia em dois grandes pátios com varandas internas; entre estes e a galeria-varanda, estava localizada a “sala grande”, espaço multifuncional de recepções, festas e cerimônias. O torreão e a galeria funcionavam como percursos de aproximação à sala grande, conferindo às entradas régias e cerimônias de recepção um sentido cenográfico e festivo. Na porção intermediária da galeria erguia-se uma escada em caracol com a função de ligar os dois níveis da varanda. Para acentuar o efeito monumental e festivo, inúmeros pendões e bandeiras eram desfraldados no topo dos edifícios. A partir de 1513 foram realizadas modificações com o objetivo de aumentar o número de pavimentos no alçado virado ao Tejo e na galeria de varandas de ligação ao baluarte (CARITA, 2012).

A Ribeira de Lisboa aparece representada em diversas gravuras do período, como no exemplo abaixo (FIGURA 3).

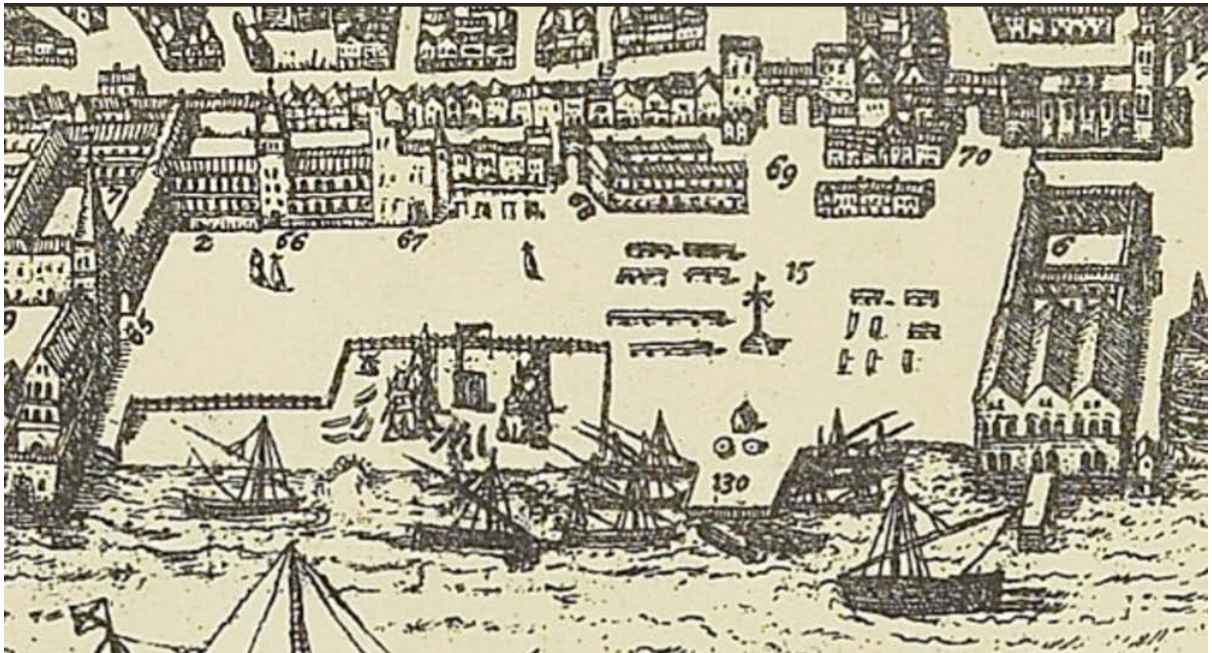


Figura 3 – Georgio Braunio. *Olissippo Quae Nunc Lisboa, Ciuitas Amplissima Lisitaniae, ad Tagum...*, Portugal, 1593. Gravura, 36,30x46,80 cm em folha de 44,10x63,60 cm. (Excerto)

Fonte: Biblioteca Digital Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/22208>>. Acesso em: 23 fev. 2015. Acervo: Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Nesta figura é possível perceber a referida conformação do Terreiro do Paço definida pelo Paço Real e pelos edifícios anteriormente citados, bem como as diversas portas de ligação da zona ribeirinha à cidade (com numerações de 65 a 70), além do Cais da Pedra (número 130). Os edifícios da Alfândega Nova e do Terreiro do Trigo formavam uma ala perpendicular ao Tejo, conferindo ao Terreiro do Paço uma estrutura de praça com três corpos em U.

Carita (2012) defende que a instalação da estrutura administrativa e de navegação neste local compunha um plano de reordenamento para a cidade, que incluía obras nas portas, ruas e chafarizes da área ribeirinha. Segundo o autor, a análise de uma carta enviada à Câmara de Lisboa e datada de abril de 1499 permite, pela sua linguagem moderna e racional, visualizar a cidade como um todo, através de uma imagem conceitual com um centro, definido no futuro Terreiro do Paço, e a partir do qual cada ponto se submete a uma ordem de composição de conjunto. As ações envolveram o alargamento e a mudança de posição de algumas das portas de ligação da cidade à região ribeirinha, de forma a dinamizar a circulação e estabelecer uma nova ordem urbana, bem como a remodelação, alargamento e o calçamento de ruas. Também foi promovida a ligação do Terreiro do Paço com o Rossio, com o prolongamento de um arruamento existente, possível devido ao aterramento do braço de rio do esteiro da Baixa ainda

existente. Esta rua passou a ser denominada Rua Nova d'El-Rei, o que deixa transparecer o conteúdo ideológico pela associação do poder e da imagem do rei com as transformações que se processavam na cidade. Foi construído também um novo chafariz no Paço de Santos, então arrendado por D. Manuel para constituir residência real, e procedeu-se à reforma e manutenção de outros situados na área ribeirinha, como o Chafariz da Rua Nova, o de Cata-Que-Farás e o Chafariz dos Cavalos. Foram também estabelecidas medidas de suporte financeiro para as respectivas obras, o que demonstra uma gestão centralizada e coerente promovida pelo poder central. Para além das preocupações funcionais, essa proposta de reordenamento de Lisboa em função das margens do Tejo teve profundas implicações na formulação de uma nova estrutura e imagem para a cidade, que foi mantida nos séculos seguintes até a reestruturação ocorrida após o terremoto de 1755.

Assim, a preocupação com a interação entre vários elementos urbanos representou uma significativa modernidade no que se refere ao planeamento da cidade. Portugal inseria-se, assim, na dinâmica de desenvolvimento de uma “cultura urbana” que envolvia toda a Europa desde fins do século XV, quando o espaço se tornou mais claramente um “objeto projetável”. Esta forma de pensar a cidade pode ser inserida também no contexto de uma mudança de mentalidade que caracterizou o período, resultante dos novos conhecimentos que se desvendavam aos homens, dos processos económicos decorrentes das atividades de comércio e exploração de recursos naturais em diversos continentes, das necessidades decorrentes das guerras que caracterizaram o período, principalmente a partir das inovações no setor de armamentos que exigiram novas técnicas de fortificação das cidades. O desenvolvimento do pensamento racional também resultou na valorização de cidades mais funcionais, na retificação e alargamento de vias, na ampliação e organização das áreas de moradia e no embelezamento da cidade (CALABI, 2008).

No entanto, essas alterações urbanas, verificáveis em diversas cidades europeias principalmente em fins do século XV e na primeira metade do século XVI, e que podem ser entendidas no contexto do Renascimento, foram limitadas pelas preexistências e pela inexecutabilidade de algumas propostas, que permaneceram apenas no campo das ideias. Na maior parte dos casos, o que se verificou foram mudanças pontuais, em áreas menos consolidadas ou que permitiam maiores alterações nos equipamentos urbanos, além da estruturação das praças e edifícios públicos. Também neste sentido, as alterações propostas para Lisboa no período manuelino se inserem nesta dinâmica por estarem restritas à zona ribeirinha, numa área de ocupação mais recente e que, devido à remoção das judiarias e à criação dos aterros possibilitou maiores alterações estruturais em relação ao tecido urbano já consolidado.

A relativa precocidade dessa proposta de reordenamento urbano para Lisboa, no contexto das mudanças ocorridas na Europa no período, pode ser associada ao papel desempenhado por Portugal no contexto dos Descobrimentos. Martins (1998, p.181) destaca a profunda associação entre estes e o Renascimento, de forma que “Descobrimentos e Renascimento associam-se, assim, na mesma concepção do homem e da cultura, interdependem-se, estão profundamente relacionados, não raro, até, numa conexão de causa e efeito”. Assim, levando em consideração esta relação entre Descobrimentos e Renascimento, podemos mesmo inferir que estas necessidades a que o plano manuelino visava atender seriam também fruto de uma mudança cultural possibilitada pela nova visão de mundo do homem ibérico permitida pela Expansão, bem como das relações comerciais estabelecidas entre Portugal e os demais países europeus, que definiram um significativo fluxo de mercadores e viajantes e uma intensa troca cultural, possibilitada pelo trânsito de informações e modelos.

Além disso, podemos entender estas obras no conjunto de estratégias estabelecidas pela Coroa relativas a um processo de centralização e fortalecimento do poder régio, iniciado ainda no século XV, indissociável da imagem do rei e dos atributos do poder da sua realeza. Da mesma forma que a política instituída por D. João II visava o desenvolvimento e a estruturação de mecanismos definidores do progressivo fortalecimento do poder régio, no reinado de D. Manuel também foi possível observar a implantação de instrumentos legais de forma a permitir a manifestação eficaz da autoridade real. Foram realizadas, por exemplo, a reforma dos forais, que resultou na padronização e diminuição dos direitos e privilégios das cidades e vilas, a uniformização dos pesos e medidas e a conversão das valias das moedas antigas num novo padrão de moeda corrente. Ocorreu também a promulgação de diversos regimentos, a reformulação das Ordenações do Reino (Ordenações Manuelinas) e a organização de um corpo normativo para a metrópole, com uma série de posturas e cartas caracterizadas pela insistência na standardização de processos, o que é patente na quantidade de vezes que se utiliza a expressão “*faça-se [ou ficam] de iguall*” (PEREIRA, 2006, p.4). Na prática, essa legislação procurou atender a questões gerais, como a necessidade de limpeza das ruas e recolhimento do lixo, ao afastamento das atividades mais poluentes dos espaços públicos, ao calcetamento de ruas (em tijolo e, para os casos excepcionais, em pedra) e canalização dos esgotos na Baixa (CARITA, 2012).

Em termos construtivos, diversas resoluções emitidas em fins do século XV estabeleceram novas regras para as edificações, como a proibição da construção ou reconstrução de balcões ou sacadas sobre as ruas e a obrigação à reconstrução das fachadas em

tijolo, de forma a diminuir a ocorrência de incêndios e a aumentar a durabilidade das construções. Também foi estabelecida uma relação métrica entre a largura do lote e sua profundidade e o pé-direito dos edifícios, bem como a articulação entre a largura dos lotes e as dimensões das ruas. Estes princípios acabaram por definir a imagem das cidades portuguesas pela integração das métricas dos elementos de construção, da arquitetura, do loteamento, do quarteirão e do traçado urbano, estabelecendo uma relação íntima entre os sistemas construtivos, as tipologias arquitetônicas e o plano urbano. Além disso, a exclusão de balcões, varandas, avançados e muxarabis determinou um tipo de alçado característico das cidades portuguesas: edifício em alvenaria de pedra e/ou tijolo, plano, alinhado com os confrontantes e sem saliências, com vãos fechados por caixilharia de madeira, guarnecidos com cantaria lisa ou ornamentada, com o piso superior marcado por sacadas com uma consola de palmo e meio, guarda-corpo em madeira e depois em ferro forjado (TEIXEIRA, 2012).

A transferência do Paço Real da Alcáçova para a Ribeira promovida por D. Manuel também apresentou um importante significado ideológico, ao promover o estreitamento da ligação entre a cidade e o Tejo e evocar a relação com o império ultramarino que se construía. Esta alteração na localização dos órgãos do poder refletia, de forma clara, a dependência do reino em relação ao comércio e à exploração das riquezas nos domínios ultramarinos, bem como a necessidade de uma organização eficaz de controle do funcionamento desta estrutura. Significava, assim, uma “subordinação ritual do poder régio aos interesses, objetivos e às infraestruturas do Estado” (PEREIRA, 2006b, p.45). Além disso, o Terreiro do Paço constituiu o local de exibição do poder real, pela realização de festas, entradas régias e outras comemorações. Estas obras representam, portanto, mais uma forma de propaganda das conquistas ultramarinas pela Coroa, que se encarregava da divulgação crescente das façanhas dos exploradores portugueses na Europa, como atestam as publicações de inúmeros textos com relatos das terras recém-descobertas no início do século XVI. Assim, a Expansão consistia em um importante meio veiculador da imagem real e do poderio português na Europa do período e elemento que servia sobremaneira ao fortalecimento do poder régio, tanto no reino quanto em relação às outras potências e à Santa Sé (ROSSA, 2004; MARTINS, 1998).

2.2.2 A cidade de muitas gentes - Lisboa e D. João III

Com a morte de D. Manuel em 1521, Lisboa deixou de constituir o lugar preferido do

rei, sendo substituída por Tomar e Évora, localidade onde D. João III passou longos períodos entre 1525 e 1529 e permaneceu de forma quase ininterrupta entre 1531 e 1537. A partir de 1537, as permanências do rei em Lisboa se tornaram mais frequentes, mas sempre descontínuas, tornando-se definitiva apenas a partir de 1552. Desde o início, D. João III preferiu simbolizar a descontinuidade em relação ao reinado de seu pai, como se pode depreender da escolha do local para seu levantamento e aclamação: o Convento de São Domingos, no Rossio, “local de memória” do seu nascimento, pelas orações que ali se procederam durante o trabalho de parto da rainha, e lugar de memória da história recente da monarquia (BUESCU, 2008). Da mesma forma, escolheu para morada nos primeiros anos o Paço de Santos-o-Velho, situado fora dos muros, no caminho para Belém¹⁰.

O reinado de D. João III foi marcado pela profunda associação entre poder político e poder religioso, de forma que, como afirma Xavier (2004, p.792), o que se observava na corte joanina era “um rei que governava os eclesiásticos”. A monarquia passava também por um processo de valorização sobre as outras formas de governo, pensamento baseado na concepção de São Tomás de Aquino de que as ações humanas deviam estar próximas da natureza, de forma que o melhor governo para uma multidão correspondia ao governo de um homem (BUESCU, 2008). Buescu (2008) explica que este pensamento teve como desdobramento uma compreensão corporativa da sociedade baseada no corpo humano, no qual a cabeça, que comandava e ordenava correspondia ao rei, ao passo em que os súditos constituíam o corpo da república. Esta concepção esteve presente, por exemplo, na oração de Francisco de Melo proferida na abertura das cortes gerais em Évora em 1535 e no tratado sobre o ofício régio e a república perfeita de Francisco de Monzón, dedicado a D. João III, no qual o autor associa o coração aos magistrados; olhos, orelhas e língua aos juízes e governadores; as mãos, aos oficiais da casa real e cortesãos, por exemplo. Este modelo se assentava sobre o protagonismo cada vez maior da figura do soberano e exerceu influência decisiva sobre a forma de administração do reino português por D. João III¹¹.

Segundo Xavier (2004), os dispositivos político-administrativos adotados durante o reinado de D. João III visavam a equalização política, social e cultural da comunidade. As reformas empreendidas tinham finalidades específicas, contribuindo para a efetiva

¹⁰ Segundo Buescu (2008, p.128), neste convento D. Miguel da Paz, filho primogênito de D. Manuel e D. Isabel foi jurado herdeiro do trono. Quando a rainha D. Maria entrou em trabalho de parto, uma procissão se encaminhou para o referido mosteiro, pedindo a Deus pelo seu parto. Era grande a ansiedade pelo rei que nascia e muito presente a lembrança da morte da rainha D. Isabel, ocorrida ao nascimento do príncipe D. Miguel.

¹¹ Para mais informações, ver BUESCU, Ana I. **D. João III**. Círculo de Leitores, 2008 e XAVIER, Ângela B. Aparejo e disposición para se reformar y criar otro nuevo mundo. A evangelização dos indianos e a política imperial joanina. In: D. JOÃO III E O IMPÉRIO. **Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2004, p.783-805.

concretização do governo, baseado na associação entre poder político e poder religioso, aliando dogmas ortodoxos e controle social: as escolas e universidades determinaram a formação e educação dos súditos, a Inquisição e os mecanismos de censura e confissão contribuíram para criar e manter a ortodoxia religiosa, ao passo que os mecanismos assistenciais e punitivos definiram as normas sociais. Assim,

a criação de novos tribunais, de entre os quais se destaca, em 1532, a Mesa da Consciência e Ordens, [...], e a Inquisição, cuja bula de instituição data de 1536, a reestruturação da rede diocesana e paroquial, o novo papel atribuído aos bispos e párocos, a incorporação *de iure* dos mestrados das ordens militares, a reforma das ordens religiosas, a proteção das ordens missionárias e, em particular, a protecção dos jesuítas (os quais rapidamente ambicionaram uma posição hegemônica na corte portuguesa ao mesmo tempo que a procuravam na corte pontifícia), o reforço do papel do capelão-mor, a recepção dos decretos tridentinos, foram nada mais do que sintomas desse esforço precoce de reforma (XAVIER, 2004, p.791).

O reinado de D. João III é geralmente dividido em dois períodos distintos: as duas primeiras décadas, caracterizadas por uma abertura às ideias humanistas, a que se seguiu a instalação da Inquisição no reino, a partir de 1536, e a adoção dos princípios do Concílio de Trento. No entanto, Xavier (2004) sugere que o início do reformismo católico empreendido pelo rei tenha sido coetâneo à apropriação do pensamento humanista, inclusive tendo o erasmismo como uma importante fonte de inspiração, visto que o humanismo erasmiano e o pensamento baseado nas ideias de São Tomás de Aquino não eram incompatíveis. Dessa forma, não teria havido uma alteração brusca nos rumos da política joanina, como a historiografia aponta frequentemente.

De fato, nas décadas de 1520 e 1530, houve a presença, na corte, de importantes humanistas, que atuavam como mestres dos irmãos do rei, além da circulação de importantes obras, como os *Colóquios*, de Erasmo, autor que propunha uma abordagem “menos rígida das questões da fé, mais autônoma e sustentada nas novas interpretações de cunho humanista fundadas nas Escrituras” (FEBVRE, 1970, p.91-92 *apud* NASCIMENTO, 1998). É interessante observar que o rei D. João III teve a intenção de convidar este pensador para a Universidade de Coimbra, implantada em 1537. Skinner (2009) aponta que, para Erasmo, a essência do cristianismo não consistia apenas na aceitação dos sacramentos da Igreja e no conhecimento das questões da fé, sendo que o autêntico cristão deveria utilizar a razão recebida de Deus para distinguir o bem do mal e envidar esforços no sentido de evitar o mal e escolher o bem, exercendo boas ações. O humanista, no entanto, era um defensor da unidade da Igreja e da realização de reformas no seu interior, e por este pensamento não era uma figura consensual no mundo culto europeu. Existia mesmo uma grande resistência ao conjunto de sua obra e ao seu

sentido reformista, de tal forma que, a partir de 1527, Erasmo passou a ser considerado o verdadeiro precursor de Lutero, e em 1531 a Universidade de Lovaina proibiu a leitura de algumas de suas obras¹².

Nestas primeiras décadas se destacaram em Portugal diversos nomes que conduziram a modernização da cultura portuguesa como Andre de Resende, André de Gouveia, João de Barros, Damião de Góis, António de Gouveia, Aires Barbosa, Aquiles Estaço e António Pinheiro, Henrique Caiado, Diogo de Teive, Diogo Pires e Jerónimo Osório. No entanto, de forma predominante, estes pensadores tiveram a sua formação consolidada no exterior. Pode-se dizer que o envio de estudantes para outros países constituía uma tradição em Portugal: em fins do século XV, a Itália era o destino preferencial, sobretudo Bolonha e Florença, com os estudos de Direito e Humanidades; durante o reinado de D. Manuel, predominou o envio de bolsistas para Paris e Lovaina (ANDRÉ, 2013).

A partir de 1527 houve o estabelecimento de 50 bolsas de estudo para a formação universitária, principalmente no campo da teologia, sendo escolhido o Colégio de Santa Bárbara, em Paris, cujo reitor era o português Diogo de Gouveia, “o Velho”. Neste momento, o intercâmbio representava um instrumento de controle por parte da Coroa na formação das elites destinadas aos cargos eclesiásticos e administrativos. Diogo de Gouveia e outros teólogos e conselheiros de religião, como D. Diego Ortiz de Villegas e Pedro Margalho, tornaram-se figuras centrais na definição das orientações religiosas em fins da década de 1520 e início da década seguinte, inclusive na instalação da Inquisição em Portugal a partir de 1536. Em meados da década de 1540, a substituição deste grupo por outro, cuidadosamente escolhido, que incluía Diogo de Gouveia, “o Jovem”, Paio Rodrigues Vilarinho, Marcos Romeiro, Álvaro da Fonseca e os dominicanos Gaspar dos Reis e Jorge de Santiago e a aliança destes ao cardeal D. Henrique, inquisidor-mor do reino, eliminaria todas as vozes divergentes. Segundo Marcocci (2012), foram estes teólogos, educados na Sorbonne, que forneceram aos inquisidores e censores os argumentos contra os humanistas e teólogos que ameaçavam a integridade do modelo adotado por D. João III.

Assim, o acirramento de posições ocorrido a partir da instalação da Inquisição em Portugal é perceptível ao observar que o *Index* dos autores e livros proibidos pela Santa Sé de 1547 vetava apenas quatro livros de Erasmo, enquanto o de 1551 já referia treze e, em 1559, toda sua obra estava nele incluída. O tribunal inquisitorial instalado seguiu o modelo castelhano, que funcionava desde 1478 e cuja legitimidade radicava no papa, mas era fortemente controlado

¹² Segundo Skinner (2009, p.250-251), o pensamento de Erasmo é frequentemente explicado como humanismo cristão, sendo que este termo se presta frequentemente a confusão, visto que “todos os humanistas eram obviamente cristãos”, com a possível exceção de Maquiavel.

pela Coroa, o que interessava sobremaneira a D. João III como meio de fortalecimento do poder régio. Para o rei, a consolidação política da Coroa e da monarquia era indissociável da unidade e da partilha por todos os súditos de uma mesma fé. Além disso, a atração pela riqueza dos cristãos-novos que eventualmente viessem a ser condenados constituiu outro importante fator de definição nesse processo, como forma de aliviar as dificuldades econômicas do reino (MARCOCCI, 2012).

Não há, no entanto, como não ressaltar o caráter paradoxal desse tribunal, embora já existisse um antecedente em Castela e Aragão, por se tratar de uma iniciativa da Coroa nos assuntos eclesiásticos, o que gerou uma relutância do papado, com sucessivas recusas da cúria entre os anos de 1515 a 1531. Apenas em 1536, a partir da bula *Cum Ad Nihil Magis*, houve a atribuição da autonomia à instituição instalada em Portugal, permitindo a criação de tribunais pelo país e a produção de legislação própria de definição e enquadramento da perseguição às heresias, ou seja, as crenças e comportamentos religiosos incompatíveis com o quadro doutrinário definido pela Igreja. Outros documentos posteriores complementaram a estrutura de funcionamento do tribunal em Portugal, sendo particularmente importante a bula *Meditatio Cordis*, de 1547, que estabeleceu a prática do processo sigiloso e a breve papal de 1561, que concedeu ao cardeal D. Henrique, inquisidor-geral desde 1539, a jurisdição sobre os membros do clero e das ordens religiosas. Em 1542, o próprio papado procedeu à reorganização da Inquisição pela bula *Licet Ab Initio*, em Roma (BETHENCOURT, 2000). No que se refere à inter-relação entre assuntos reais e eclesiásticos, é importante lembrar a associação entre a Santa Sé e a Coroa Portuguesa no que se refere à instituição do Padroado régio: “combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesiásticas católicas apostólicas romanas em vastas regiões da Ásia e do Brasil” (BOXER, 2012, p.227).

Assim, em um contexto em que a uniformidade religiosa era resultante da conversão dos judeus e da expulsão dos muçulmanos nos finais de Quatrocentos, a Inquisição se tornou um poderoso dispositivo de vigilância e controle social. Também as decisões promulgadas pelo Concílio de Trento, que tinha como objetivo principal reorganizar o catolicismo e estabelecer uma estrutura eclesiástica renovada, contribuíram decisivamente para a mudança de postura ocorrida durante o reinado de D. João III, que acatou as normas ali estabelecidas e as executou como lei nacional. Assim,

pode-se entender que o movimento humanista das décadas de 1530 e 1540 assumiu uma resistência à Reforma Protestante, que inicialmente passava por um sincero desejo de renovação espiritual e cultural, de forma a restaurar uma concórdia contínua e universal na cristandade até evoluir para uma atitude

defensiva e de desconfiança face ao pluralismo de pensamento no âmbito cristão e para uma estratégia dirigida a erradicar, se necessário pela força, quaisquer tendências suscetíveis a afetar o rígido monismo ideológico (MENDES, 1997, p.358).

Um importante exemplo do acirramento de posições ocorrido nos últimos anos do reinado de D. João III foi a prisão, em 1550, de três professores do Colégio das Artes: os portugueses Diogo de Teive e João da Costa e o escocês Jorge de Buchanan. Este colégio foi criado pelo rei em Coimbra em 1547 e teve André de Gouveia, sobrinho de Diogo de Gouveia (“o Velho”) como reitor. Seu projeto pedagógico se apoiava nos princípios do humanismo cristão, tendo o rei a expectativa de que fosse um colégio de nível europeu, em regime de internato, exclusivamente dedicado ao ensino da latinidade e da filosofia. Ali foram reunidos professores que adotavam uma linha humanista, inclusive gramáticos, juristas e teólogos provenientes do Colégio de Guyenne de Bordéus, sendo que alguns deles tinham deixado na França suspeitas de simpatia pela Reforma Protestante. A estes se juntaram outros professores provenientes do Colégio de Santa Bárbara de Paris, que defendiam uma tendência contrarreformista, o que provocou um desequilíbrio em sua unidade interna, agravada pela morte de Gouveia três meses após a inauguração. Buescu (2008, p.309) aponta que, rapidamente, o colégio viu os mestres divididos em dois grupos por motivos que envolviam interesses pessoais, mas “a profunda clivagem ideológica, pedagógica e doutrinária foi o fator que mais pesou no destino da instituição”, que em 1549 foi subordinada à Universidade de Coimbra. Posteriormente, o colégio foi entregue à Companhia de Jesus, defensora das ideias do Concílio de Trento e que teve sua influência aumentada neste período, inclusive com a presença de seus membros no tribunal da Inquisição, como o padre Leão Henriques, confessor de D. Henrique (BUESCU, 2008).

D. João III realizou também uma reforma administrativa que resultou no crescimento e complexificação da estrutura burocrática e legislativa, com o aumento no número de funcionários e oficiais para a administração de uma complexa rede institucional. O passo inicial neste processo foi a contagem da população portuguesa¹³, realizada entre os anos de 1527 e 1532, com o objetivo de conhecer os limites dos termos e proceder a uma reorganização administrativa do reino do ponto de vista político, administrativo, militar, fiscal e tributário, “passo imprescindível para que sobre ele se pudessem exercer, com maior eficácia, os seus poderes, que em tantos aspectos concorriam com outros, senhoriais ou concelhios” (BUESCU, 2008, p.228).

¹³ Outras tentativas de contagem foram realizadas em 1475 e no reinado de D. Afonso V. Em 1495, D. Manuel mandou proceder a um vasto inquérito com o objetivo de aperfeiçoar a administração local, corrigir abusos e tomar medidas de saneamento, do qual restam apenas os valores da comarca da Beira (BUESCU, 2008).

Segundo dados apresentados por Serrão (1996), o Numeramento indicou uma população aproximada de 1.216.000 habitantes no reino, o que corresponde a 282.718 “fogos”¹⁴. Desta população, cerca de 22,6% se concentrava nas cidades e vilas. Assim, em princípios de Quinhentos, Portugal constituía um país não só pouco populoso, como também escassamente povoado: o norte era mais densamente povoado que a área a sul do Tejo, embora não de forma homogênea. Esta correspondia à metade da área do país e possuía uma população bastante rarefeita; a zona de Entre Douro e Minho era a mais povoada, seguida da Estremadura. Numa perspectiva comparada, a população de Portugal representava cerca de 1,8% da população europeia, e cerca de um sexto ou um sétimo de toda a população ibérica peninsular. Nos princípios do século XVI, a França, por exemplo, com 15 ou 16 milhões de habitantes, tinha uma população 12 a 13 vezes superior à de Portugal, enquanto a Grã-Bretanha tinha o triplo. Durante a maior parte do século XVI houve um crescimento populacional intenso, seguido de uma desaceleração após 1580, sendo que em 1620 existiriam em Portugal cerca de 487 mil fogos (SERRÃO, 1996).

A população de Lisboa correspondia a cerca de 55.943 habitantes (13 mil “fogos”), alcançando 73.246 habitantes se fossem incluídos os 4.000 fogos do Termo. A segunda maior concentração populacional ocorria no Porto (3 mil fogos), seguido por Évora (2.813 fogos). Estes dados mostram a irregularidade da distribuição da população em Portugal, com a inexistência de cidades médias, de modo que “à uma capital enormíssima, [...] contrapunha-se uma massa de centros urbanos que, independentemente das diferenças que os separavam, todos se reduziam à dimensão de pequenos, face à macrocefalia de Lisboa”¹⁵ (SERRÃO, 1996, p.74).

Em termos populacionais, Lisboa poderia, portanto, ser comparada às maiores cidades europeias, visto que apenas Paris, Constantinopla, Nápoles, Andrinopla, Veneza e Milão possuíam mais que 100 mil habitantes no ano de 1500. Lisboa apresentava população similar à de Praga, Granada e Florença e era maior que Gênova e Londres. Por volta de 1600, Lisboa apresentaria um crescimento significativo, atingindo cerca de 110 mil habitantes, superando inclusive Praga e Florença. Por esta época, a população de Lisboa correspondia a cerca de 10% da população total existente em Portugal (RODRIGUES, 2008).

¹⁴ Serrão (1996) aponta que este termo é usado nas fontes quinhentistas, mas é desconhecido seu significado e sua equivalência quantitativa. De modo geral, esta expressão, da mesma forma que “morador” e “vizinho”, equivale a agregados domésticos, o que suscita o problema da determinação do coeficiente hab./fogo. Os valores normalmente oscilam entre 3,5 e 5 hab. por fogo para o referido numeramento, de forma que o autor propõe o valor 4,3 hab./fogo.

¹⁵ Segundo Serrão (1996), existiam em Portugal pelo menos 30 núcleos urbanos com pelo menos 500 fogos (2.150 habitantes, usando o coeficiente referido acima).

Esse intenso crescimento demográfico e o conseqüente aumento da densidade populacional em algumas áreas (com índices de 600 hab./hm² em cerca de 27,8% da superfície urbana), pode ser verificado no aumento do número de pavimentos dos prédios na zona central, na redução dos espaços vazios nas principais freguesias e no deslocamento das superfícies de cultivo para zonas mais periféricas. As áreas mais densamente ocupadas correspondiam às freguesias nobres e ricas da Baixa, o que se devia também ao maior número de criados e escravos. A Ribeira apresentava o rendimento *per capita* mais elevado da cidade, constituindo o bairro mais rico e importante do ponto de vista econômico-social, principalmente após a construção do Paço, o que estimulou a fixação de parte da nobreza e da nova burguesia nas vias mais amplas e elegantes desta região. A parte da população de menor poder aquisitivo ocupava as ruas mais estreitas e escuras, nas quais a propriedade era menos valiosa (RODRIGUES, 2008).

Esta região manteve, também durante o período joanino, a vitalidade decorrente do comércio em suas principais vias, onde estavam localizados os mercados, tabernas, casas de comida e hospedarias: a Rua Nova dos Mercadores e a Rua Nova d’El Rei. Na obra de João Brandão (1990, p.97), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, a Rua Nova dos Mercadores é descrita como tendo “de comprido cento e trinta braças e quatro de largo; e em cada face da rua quarenta e cinco moradas de casas, todas de três e quatro sobrados, de uma e outra banda”¹⁶. Brandão (1990) também relata as diversas atividades comerciais ali realizadas, destacando a existência de 20 lojas de panos, 30 lojas de sedas, 9 boticas, 11 livreiros, além de estabelecimentos de sapateiros, barbeiros, alfaiates, totalizando 16 ofícios. A intensidade da vida cotidiana na Rua Nova dos Mercadores no século XVI é retratada na figura apresentada abaixo (FIGURA 4).



Figura 4 – Anônimo. *Vista da Rua Nova dos Mercadores*, Lisboa, c.1570-1620. Óleo sobre tela.
Fonte: Sociedade de Antiquários de Londres

¹⁶ Estas medidas correspondem a 286m e 8,8m, respectivamente.

Por esta via circulavam uma grande diversidade de pessoas, entre as quais muitos mercadores, já que as relações comerciais decorrentes da extensão do Império e dos inúmeros produtos comercializados atraíam mercadores estrangeiros para a cidade, principalmente dos reinos cristãos do norte da Europa, da península itálica, além de ingleses, galeses e flamengos. A presença de comerciantes estrangeiros na cidade de Lisboa e nos seus arredores é registrada desde a retomada cristã da cidade, como comprovam documentos de doação de bens a instituições religiosas e cartas de foral expedidas por D. Afonso Henriques. Da mesma forma, a proximidade de Portugal aos caminhos e rotas de peregrinação aos lugares santos da cristandade como Santiago de Compostela, Roma e a Terra Santa favoreceu a passagem e o estabelecimento de comerciantes de diversas nacionalidades na região.

Lisboa se apresentava no século XVI como uma grande cidade, de forma que especialmente nas áreas centrais se tornou evidente a deficiência de infraestrutura e de segurança. Aliados a estes fatores, a peste e os tremores de terra constituíram problemas recorrentes em todo esse período. Assim, a partir de fins do século XV, foi definida a fiscalização da entrada de forasteiros, a inspeção de navios e a criação de uma defesa preventiva em Belém, o que, no entanto, não impediu a ocorrência de surtos de peste em 1505, 1510, 1521-1522, 1531, além das epidemias de 1569-1570 e 1598-1603. Portanto, a intensa ligação internacional permitida pela Expansão trazia consigo os riscos de transmissão de diversas doenças, em especial a peste, nos séculos XV e XVI. Também o crescimento desmesurado da cidade favoreceu a incidência de doenças pela alta concentração populacional em determinadas áreas e pela falta de saneamento urbano, o que atingia principalmente as classes menos favorecidas.

A partir desta contagem da população ocorreu a reorganização administrativa do reino, sendo que as treze comarcas existentes em 1516 foram transformadas em vinte e sete no ano de 1536, além da delimitação precisa da fronteira entre Portugal e Castela. Também foi realizada a reforma eclesiástica, visando o desmembramento e a criação de novos bispados, dada a dimensão excessiva de algumas das dioceses portuguesas, como Braga, Guarda e Évora. Em 1521 eram treze as dioceses portuguesas: Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora, Silves, Ceuta, Tânger, Safim e Funchal. Em 1545 foram fundadas as de Leiria e Miranda, e em 1549, a de Portalegre, que ascendeu a arcebispado. Assim, além do Padroado régio e da instalação do tribunal inquisitorial, que se amparava no papado mas era controlada pela Coroa, o rei obtinha também um maior controle sobre a nomeação dos bispos das dioceses

do reino, e também dos cardeais, o que era bastante significativo em termos políticos pela clara afirmação do poder da Coroa. Houve também a reforma da Ordem de Cristo, com a adoção de uma concepção mais contemplativa, que contrariava a sua tradição e acabou por significar a decadência das ordens militares quando a jurisdição sobre os territórios ultramarinos foi definitivamente incorporada na Coroa (BUESCU, 2008).

Estas alterações no modo de governo também influenciaram nas diretrizes impostas para a cidade de Lisboa. Em 1522, D. João III decidiu pela interrupção da cobrança do imposto que apoiava as obras na cidade, o que representou uma clara alteração da política de gestão de obras públicas. O rei determinou também a conclusão dos edifícios que compunham o plano manuelino para a Ribeira, como a Alfândega Nova, o Terreiro do Trigo, além do início das obras da Casa da Índia Nova. D. João III também se empenhou na construção da Igreja da Misericórdia, importante instrumento assistencial que atendia às necessidades de controle social que compunham o modelo de governo adotado por D. João III. Os demais edifícios atendiam às necessidades decorrentes da Expansão: o Terreiro do Trigo era essencial como edifício de armazenamento de grãos para os momentos de fome e carestia, ao mesmo tempo que constituía um importante símbolo do poder do rei e de seu domínio sobre os súditos; a Alfândega e a Casa da Índia Nova contribuía para mostrar o poderio português e seu domínio sobre as possessões ultramarinas. Assim, apesar de sua pequena interferência sobre a cidade, em comparação com as reformas manuelinas, D. João III também utilizou o tecido urbano como suporte material de modo a servir ao fortalecimento da imagem do rei e do império.

Da mesma forma que o rei, que comandava e ordenava, era considerado a cabeça de um corpo que correspondia à sociedade, Lisboa se tornava a “cabeça do reino”, a cidade-base da Expansão, devido à sua importância nas atividades de navegação e comércio. As ações efetuadas pelos reis, em particular por D. Dinis e D. Manuel, foram determinantes para a criação de uma configuração do espaço urbano diferenciada da existente após a conquista cristã, com a transferência da estrutura do poder e do comércio, anteriormente localizadas na alcáçova e nas proximidades da Sé para a área ribeirinha. Estes elementos estiveram ancorados nas preexistências e no processo de instalação das igrejas e edifícios conventuais naquele primeiro momento de ocupação cristã, em que foram definidas as principais áreas de crescimento da cidade. Assim, as determinações régias demarcaram uma nova centralidade administrativa, comercial e de serviços para a cidade de Lisboa. O comércio e as atividades marítimas representaram um elemento estimulador para a fixação de estrangeiros na cidade e para o aumento da migração interna, sendo que a instalação dessa população ocorreu de forma

predominante na área da Ribeira, devido à proximidade aos postos de trabalho. Portanto, podemos considerar que a Coroa constituiu o mais importante agente de definição urbana na Lisboa do século XVI, sendo mesmo que a cidade fabricada neste contexto buscava atender à demanda da Expansão e aos interesses e prerrogativas do poder real.

3 CAPÍTULO 2 - DAMIÃO DE GÓIS E A CIDADE-MÃE DOS DESCOBRIMENTOS

Damião de Góis (1502-1574), filho do almoxarife Rui Dias de Góis, da Casa de Aveiro, e de Isabel Gomes de Limi, de origem flamenga, cresceu em Évora, na corte de D. Manuel, e entre os anos de 1523-1533 exerceu o cargo de escrivão da Feitoria portuguesa em Antuérpia, desempenhando missões comerciais e diplomáticas em nome do rei. Estudou cultura clássica e foi amigo de Erasmo e Melanchton, tendo também conhecido Lutero. Em 1533, foi convidado por D. João III para o cargo de feitor da Casa da Índia, o que comprova, além da estima e confiança do rei, a sua aptidão para os assuntos comerciais e financeiros; no entanto, não são claras as razões pelas quais não permaneceu em Portugal, não existindo dados concretos que comprovem a sua recusa ao cargo, explicação adotada frequentemente (SÁ JÚNIOR, 2012).

Após este acontecimento, Góis abandonou as funções régias oficiais e passou a se dedicar ao estudo do latim e dos autores da Antiguidade. Por volta de 1538 se casou com Johanna van Hargen, holandesa que provinha de uma família aristocrática e de catolicismo estrito, com quem teve três filhos. Em 1543, foi chamado a retornar a Portugal, convidado pelo rei para ser mestre de letras e guarda-roupa do príncipe herdeiro D. João. Damião de Góis não chegou a exercer a referida função por conta de uma denúncia feita ao Santo Ofício cerca de um mês após seu regresso, muito provavelmente pelo jesuíta Simão Rodrigues, que era mestre de doutrina do príncipe herdeiro, mas tinha interesse na função para a qual Góis seria nomeado¹⁷ (PAIVA, 2002).

A denúncia realizada em 5 de setembro de 1545, em Évora, foi reiterada ao Tribunal da Inquisição de Lisboa em 24 de setembro de 1550 e se baseava nas lembranças de conversas do padre Simão Rodrigues com Góis em Pádua, quando o jesuíta ouviu-o dizer “muitas coisas que ele testemunha para si tinha que eram heréticas” (PROCESSO n° 17170 *apud* PAIVA, 2002, p.22). Rodrigues declarou ainda que Góis louvava a doutrina de Lutero e seguia a sua seita, afirmando sua capacidade de “fazer muito dano acerca das coisas da nossa fé católica, porque é homem avisado e sabe, além do latim, alguma coisa de teologia e sabe e fala a francesa e italiana e lhe parece também que saberá a flamenga e a alemã, porque andou muito tempo entre eles” (PROCESSO n° 17170 *apud* PAIVA, 2002, p.22). Assim, Góis era visto como luterano e potencial difusor dessas ideias em função da sua vasta erudição, numa associação direta entre o conhecimento das línguas e da teologia e a permeabilidade às ideias protestantes que circulavam na Europa desse período. Esta ideia foi retomada pelo humanista português Diogo de Teive em sua própria defesa à Inquisição, na qual este se queixa aos inquisidores dos que

¹⁷ O preceptor nomeado não foi o jesuíta Simão Rodrigues, mas o Padre António Pinheiro que desde 1540 era mestre dos moços da Corte. Simão Rodrigues foi preterido talvez por decisão da própria Companhia que não quis comprometer-se, sendo colocado em lugar tão à vista do público um membro seu que alcançara o posto através de uma denúncia secreta (PAIVA, 2002).

“chamavam luteranos [a] que sabiam grego e filosofia”, bem como das pessoas “que tem comumente por suspeitos todos os homens bons latinos e gregos” (MENDES, 1997, p.356).

Quanto a Damião de Góis, não foi preso por ocasião das primeiras denúncias, decerto por intervenção do próprio D. João III e do cardeal D. Henrique, que nutria um grande respeito pelo humanista, como comprovam a encomenda da crônica do rei D. Manuel feita pelo cardeal a Góis, bem como as cartas dirigidas a este no ano de 1541 “nas quais ele manifesta enorme confiança no cristianismo e ortodoxia de Góis”¹⁸ (PAIVA, 2002, p.22). Damião de Góis, aliás, se dedicou profundamente à escrita da história portuguesa: foi o autor da *Crônica do Felicíssimo Rey D. Emanuel* e da *Crônica do Príncipe D. João II*, além dos opúsculos latinos que podem ser agrupados em três dílogos, de acordo com os diferentes núcleos temáticos: a Etiópia, com *Legatio Presbyteri Ioannis* (1532) e *Fides, religio moresque Aethiopum* (1540), que têm por tema central o reino do Prestes João; os cercos de Diu, com *Commentarii rerum gestarum in India 1538 citra Gangem* (1539) e *De bello cambaico ultimo commentarii tres* (1546); Hispânia e Lisboa, com respectivamente *Hispania, siue de ubertate eius et potentia, aduersus Sebastiani Munsteri calumnias* (1542) e a obra em análise.

As manifestações de apoio do rei e do cardeal D. Henrique, no entanto, ocorreram a par da inclusão da sua obra *Fides, Religio Moresque Aethiopum* sobre o cristianismo etíope, com raízes profundamente erasmianas, na lista de livros com circulação proibida. Esta obra se baseava em profecias que relacionavam a proximidade do retorno à unidade da Igreja, expresso por exemplo na chegada dos portugueses à Etiópia, como “o sinal da natureza milenarista de um império escolhido para guiar a conversão universal dos povos e o aniquilamento do secular inimigo muçulmano” (MARCOCCI, 2011, p.68). No entanto, por possibilitar a analogia de aspectos do cristianismo etíope com a doutrina protestante, como o matrimônio de sacerdotes, a obra teve sua circulação proibida pelo teólogo Pedro Margalho devido ao risco de que os cristãos-novos do reino retirassem convicções errôneas de sua excessiva abertura (MARCOCCI, 2011). Em 1548, Góis foi nomeado para o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, função que exerceria até sua prisão em 4 de abril de 1571.

A acusação do Tribunal nesta data foi baseada em quatro pontos principais, que constituíram a base para o pedido de condenação do réu por herege, pertinaz e negativo: suas conversas sobre o poder do papa, da confissão e da graça; a amizade com hereges, com os quais comia e bebia; as conversas que demonstravam “ser inclinado à maldita seita e ter pouca afeição à Igreja Romana e suas constituições”, e que transparecia em ações como comer carne, julgar

¹⁸ Segundo o referido autor, no processo existem anotações que autorizam essa interpretação, especialmente no primeiro, onde consta que “Foram vistos estes autos diante de Sua Alteza e pareceu *supersedendum nunc esse*”, ou seja, “que por agora não proceda”. Damião de Góis é o autor da crônica dos feitos de D. Manuel, publicada em 1566, e a *Crônica do rei D. João II*, publicada no ano de 1567.

a tirania de alguns papas e a hipocrisia de muitos eclesiásticos; ser tão afeiçoado aos luteranos que usava “a lição dos seus livros” e desobedecera à ordem de entregá-los ao Santo Ofício (PROCESSO n° 17170 *apud* PAIVA, 2002, p.30). Após 16 meses de prisão, Góis foi ouvido pela última vez em 18 de agosto de 1572, disposto a declarar o que os inquisidores esperavam, dada sua doença e a convicção de que, só a partir de sua confissão, o processo seria concluído. A 6 de dezembro desse ano fez a sua abjuração, em ato privado no Palácio dos Estaus e dez dias depois deu entrada no mosteiro da Batalha, local prescrito para cumprir a pena de prisão. Logo depois foi para a sua quinta em Alenquer, onde faleceu em 30 de janeiro de 1574, com suspeitas de assassinato (PAIVA, 2002).

Muitas das questões relativas ao processo de Góis não são claras, mas diversos indícios apontam para um processo político, motivado por inimizades que o humanista construiu na corte, apesar de ter recebido muitas mercês do rei, que demonstravam aprovação, reconhecimento e apoio. De qualquer forma, independentemente das motivações, a conjuntura foi extremamente propícia ao desenrolar de seu processo. Paiva (2002, p.28) aponta que Góis era “um insubmisso para muitos dos poderosos que ocupavam lugares proeminentes em várias instâncias e, simultaneamente, um espírito crítico da ideologia cultural e religiosa que se tornara dominante”. Mendes (1997, p.357) reitera a posição desse autor, ao afirmar que a prisão de Góis tinha como réu os resquícios do humanismo cristão que se desejava banir da sociedade portuguesa:

Damião de Góis era mesmo a derradeira sombra da seleta minoria intelectual de formação europeia e afinidades erasmianas, política e culturalmente comprometida nas reformas joaninas, antes de estas soçobrem nas ambiguidades do final do reinado. Pejorativamente “estrangeirada” à face das vigências sociais e mentais portuguesas, essa plêiade de humanistas desaparece de cena nos anos 50 e 60 do século XVI. A sua “morte histórica” – física ou cívica – arrastou a do humanismo enquanto cultura secular e autônoma – cultura da confiança no poder do homem e da rejeição do domínio teológico-ecclesial, sem negação dos valores religiosos. É uma mudança geracional, mas é também uma mudança na vida política, espiritual e cultural do País.

3.1 *Descrição da Cidade de Lisboa (Urbis Olisiponis Descriptio)*

A obra aqui analisada foi escrita por Damião de Góis e impressa no ano de 1554, na cidade de Évora, tendo sido editada posteriormente em latim em coletâneas nos anos de 1602 (Colônia) e 1603 (Frankfurt); em Coimbra em 1791; e numa edição bilíngue (latim-português)

no ano de 1937. Da edição original são conhecidos 17 exemplares, localizados em diversas bibliotecas portuguesas e de outros países, além de uma cópia pública digital sob o código *res-4343-p* na Biblioteca Nacional de Portugal¹⁹. A edição utilizada como referência para este estudo tem tradução, introdução e notas de José da Felicidade Alves, tendo sido editada em 2001.

Descrição da Cidade de Lisboa pode ser compreendida como um elogio a Lisboa, inserindo-se, portanto, na tradição literária das descrições ou elogios de cidades, que remontam à Antiguidade. No século XV houve a retomada dos textos deste período pelo movimento humanista, que se baseava no ensino da retórica e se voltava cada vez mais para o estudo da história, poesia e filosofia moral clássicas. Segundo Skinner (2009, p.106), até meados do século XV, o estudo da Antiguidade Clássica não produzira nenhuma descontinuidade com a cultura da Grécia e de Roma; sendo que a partir deste momento houve o reconhecimento de que este material havia sido escrito “numa (e para uma) sociedade muito diferente”, ocorrendo então um distanciamento histórico que permitiu que essa cultura antiga fosse reconstruída e apreciada em seus próprios termos, o que constituiu uma novidade. Essa busca do passado conduziu a um entendimento do estudo da filosofia e da retórica como elementos essenciais à construção do homem, e à restauração dos *studia humanitatis*. Assim, o resgate da Antiguidade que caracterizou o Renascimento definiu a reintrodução desse modelo literário no início da Era Moderna²⁰.

O opúsculo de Francesco Albertini *Septem mirabilia orbis urbis Romae et Florentinae ciuitatis*, datado de 1510, pode ter constituído uma referência para o texto de Damião de Góis. O texto foi dedicado ao rei D. Manuel, considerado pelo autor o “restaurador” do império, visto que “a maioria dos imperadores romanos era Hispânica como o demonstram os epitáfios da Roma antiga”²¹ (DESWARTE-ROSA, 1993, p.139). Na obra de Albertini são descritas sete

¹⁹ Exemplar digitalizado de *Urbis Olisiponis Descriptio per Damianum Goem Equitem Lusitanum, in qua obiter tractantur nō nulla de Indica nauigatione, per Graecos et Poenos et Lusitanos, diuersis temporibus inculcata* disponível em <http://purl.pt/23351>. Sobre a localização dos demais exemplares, ver GÓIS, Damião. **Descrição da Cidade de Lisboa**. Tradução de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.16.

²⁰ Neste processo de criação de uma literatura de exaltação dos feitos portugueses podem ser incluídos os panegíricos dedicados ao rei D. João III de autoria de João de Barros (1533) e Inácio de Moraes (1550). Também as cidades constituíram tema de várias obras, entre as quais merecem destaque o elogio de Santarém, incluído na oração latina de autoria Cataldo Parisio para a entrada da rainha D. Maria, segunda esposa de D. Manuel, na referida cidade; *Chorographia*, de Gaspar Barreiros (1546); o poema sobre Sintra de Luisa Sigeia; além da obra *Conimbricæ Encomium* de Inácio de Moraes (1554). Andre de Resende, além da nota laudatória a Évora em *A História da Antiguidade da Cidade de Évora*, escreve dois elogios: a Lovaina e sua universidade, e à Lisboa no poema *Vincentius Levita et Martyr* e na *Oratio* de 1534.

²¹ Em tradução livre de “note Albertini, comme entre parenthèses, la majorité des empereurs romains fut d'origine hispanique comme le démontrent les epitaphes de l'ancienne Rome qu'il a relevées dans son recueil Opusculum Epylaphiorum Urbis”.

maravilhas do Império Romano, sete maravilhas de Roma e sete edifícios em Florença. É interessante observar a utilização do termo *urbis* para Roma e *civitas* para Florença, como uma forma de exaltar a importância da primeira, o que pode ter influenciado Góis na escolha do título de sua obra. É importante esclarecer que enquanto *civitas* assume uma significação essencialmente política, o termo *urbis* agrega o componente arquitetônico a essa definição, o que constituiu um aspecto essencial no processo de adaptação das localidades conquistadas ao ideário romano, como um elemento facilitador da assimilação de seus hábitos por outros povos.

A partir da utilização desse termo, portanto, Góis equipara Lisboa à cidade símbolo de excelência do Império Romano e das reformas renascentistas, cenário de uma reestruturação urbana única, com a construção ou reconstrução de 54 igrejas, 60 palácios, inclusive o do Vaticano, 20 residências aristocráticas, 30 novas ruas e dois bairros novos (DELUMEAU, 1994). Dessa forma, o autor nos dá a entender que Lisboa merecesse a mesma distinção por sua posição como “cabeça do reino” e do Império construído pelos portugueses. Também a escolha do latim para a escrita do opúsculo denota a importância do texto, visto que esta foi a língua preferida pelos humanistas, além de reforçar a dimensão europeia que se buscava dar à obra.

Descrição da Cidade de Lisboa foi dedicada “ao ínclito príncipe D. Henrique, infante de Portugal, Eminentíssimo Cardeal da Santa Igreja Romana do título dos Quatro Santos coroados” e colocada sob sua proteção, de forma que “o que falta a esta obra – pois certamente muito lhe faltará que não consegui apurar – será acalentado e protegido pelo excelso espírito e exímio saber de Vossa Alteza” (GÓIS, 2001, p.26). D. Henrique (1512-1580), quarto filho de D. Manuel foi educado para a carreira eclesiástica, recebeu a administração do arcebispado de Braga em 1532, foi nomeado inquisidor-mor em 1539, arcebispo de Évora em 1540, cardeal em 1545 e legado apostólico em Portugal em 1552. Sobre esta questão, Souza (2011) e Serrão (2016) afirmam que a obra constitui um texto encomendado pelo cardeal D. Henrique, de forma que o texto de Góis pode ser entendido no quadro de produções estimuladas pela Coroa e pela Igreja e que se destinavam a divulgar os descobrimentos e as atividades portuguesas nos domínios ultramarinos.

Este, aliás, constitui um aspecto consoante com a ampla divulgação dos Descobrimientos portugueses na Europa, verificado a partir da invenção da imprensa, “símbolo de uma nova idade do ouro” (DELUMEAU, 1994, p.192). No início do século XVI já haviam sido publicadas cartas enviadas por D. Manuel à Roma, traduzidas e editadas em várias línguas, relatos de navegações e das importantes descobertas do período, como o *Itinerarium Portugalensium*, editado em Milão em 1508. Assim, a obra se encaixa neste contexto de exaltação dos feitos portugueses pela realização dos Descobrimientos, para usar o termo

recorrente no período, utilizando como modelo os elogios da Antiguidade que foram retomados durante o Renascimento²².

Assim, podemos entender que os Descobrimientos portugueses, apresentam uma significativa identificação com Renascimento, como apontam Luis Filipe Barreto e José de Pina Martins. Barreto (1987, p.9) destaca o vanguardismo português, referenciado em textos espanhóis do período, nos quais os autores relacionam a habilidade e o conhecimento da navegação por parte dos portugueses, de forma que o “Portugal do Renascimento é, acima de tudo, o *Portugal/mundo dos Descobrimientos*”. Martins (1998, p.184) também sublinha a intrínseca relação entre os dois eventos, ressaltando que “se acreditarmos num passo da *Crônica da Guiné* de Zurara, segundo o qual D. Henrique teria exortado Gil Eanes a desvendar o Oceano que a imaginação antiga tinha povoado de monstros, essa seria já uma atitude de espírito esclarecido, verdadeiramente renascentista”.

Há que se considerar, também, devido à forma como o autor constrói a descrição da cidade, que além da exaltação, esta obra se constituísse em uma espécie de guia para os mercadores e estrangeiros que visitavam Lisboa, como forma de apresentação da cidade, além de exaltar os aspectos cristãos de um reino empenhado em difundir a fé pelo seu império. Góis apresenta Lisboa ao visitante que a ela chega pelo oceano, adentrando ao estuário do Tejo e cita pontos geográficos importantes, como o Promontório da Lua e o Promontório Bárbaro²³, além da referência às diversas localidades no entorno do estuário, às fortalezas de Almada e de Cascais e às ermidas de São Julião e Santa Catarina.

Portanto, podemos reconhecer que o texto de Góis também se aproxima da literatura encomiástica por sua função política, como nas origens desta tipologia em que temos como importante exemplo a obra *Eneida*, de Virgílio, que foi encomendada para dar a Augusto uma boa imagem pública, envolvendo o louvor do governante e justificativas ao seu governo. Aliás, como afirma Gavilán (2009, p.84), “o emprego da *laudatio* com fins políticos e sociais seria uma contribuição romana à oratória encomiástica”²⁴, a ser associada à finalidade ornamental e de exibição característica dos textos gregos, contemplando, portanto, uma nova diversidade de assuntos e procedimentos estilísticos. Essa dimensão prática e política da literatura encomiástica adquiriu importância com Quintiliano (c.35-100) em *Institutio Oratoria*, obra

²² Martins (1998, p. 179) esclarece que os termos “*descobrir* e *descobrimento* aparecem em textos portugueses até pouco depois de meados do século XVI mais de 3 mil vezes, enquanto as palavras *conquistar* e *conquista*, até 1507, não são adotadas senão umas poucas dezenas de vezes”.

²³ O Promontório da Lua se refere, muito provavelmente, ao cabo da Roca, ponto mais ocidental de Portugal que, como diria Camões (*Os Lusíadas*, Canto III) é “onde a terra se acaba e o mar começa”, enquanto o Promontório Bárbaro corresponderia ao Cabo Espichel, em Sesimbra, a sul de Lisboa.

²⁴ Em tradução livre de: “el empleo de la *laudatio* con fines políticos y sociales sería una contribución exclusivamente romana a la oratória encomiástica”.

em doze volumes sobre retórica, na qual o autor apresentava a fundação, o tempo, as virtudes e vícios como os aspectos fundamentais sobre os quais se devia basear o encômio, além da relevância especial à localização geográfica da cidade.

Este aspecto também compõe um dos elementos principais da obra do século III d.C. do grego Menandro – *Dos Tratados de retórica epidíctica*, que constitui uma importante fonte sobre o louvor da cidade. Além deste, o autor estabelece três outros elementos fundamentais: a origem da cidade, as qualidades do sítio e os feitos de seus habitantes. Assim, o primeiro elemento engloba o clima, o relevo, as características da região, envolvendo toda a área de influência da cidade elogiada; em relação às origens, o texto deve incluir seus fundadores, seus habitantes e os motivos determinantes para a escolha do local; finalizando com as características políticas, os feitos e as capacidades dos homens da cidade em questão. Enquanto na Antiguidade Clássica a origem da cidade era nobilitada pelos seus mais ilustres filhos (fundadores, deuses, heróis, generais, artistas, filósofos e poetas), a partir da Antiguidade Cristã passam a ser exaltados os mártires e santos, suas relíquias ou túmulos, que enalteciam e valorizavam as cidades do ponto de vista religioso e cultural (REBELO, 2009).

Assim, da mesma forma que nos textos de referência da Antiguidade, Góis (2001, p.33) inicia a obra destacando as riquezas da região na qual Lisboa está inserida, fazendo referência a Colares e a Sintra, sendo esta “dotada de admirável amenidade pelo sítio e pela suavidade do clima” e “enobrecida com um grandioso e magnífico palácio dos reis de Portugal”. Sobre o clima de Lisboa, o autor destaca sua doçura, a salubridade do lugar, ressaltando que “é tal a suavidade e a amenidade, e tanta a harmonia entre a terra e a atmosfera, que quase não há um único dia do ano em que se sinta ou calor ou frio excessivos” (GÓIS, 2001, p.56). Góis (2001, p.43) faz referência ainda à abundância de frutas nos campos e terrenos de pastagens – “que ao simples olhar revela grande beleza e provoca o apetite”. Da mesma forma, destaca-se também a riqueza de recursos aquíferos em Lisboa, que possui “muitas fontes, com canalizações subterrâneas a partir de diversos pontos da cidade, das quais a população se abastece de água” (GÓIS, 2001, p.46).

As qualidades e feitos dos portugueses também ocupam um papel central no texto goisiano. O autor retoma a história da fundação de *Olisipo* e de seu nome, ressaltando a sua antiguidade e as menções à cidade feitas por Varrão, Ptolomeu e Estrabão, que lhe dá o nome de *Ulisseam*, e assim, atesta a sua fundação por Ulisses. A eles, Góis acrescenta os aspectos míticos e a predestinação dos reis portugueses, tema recorrente na historiografia portuguesa, iniciando a história de Lisboa por D. Afonso Henriques e a chegada do conde D. Henrique, seu pai, à região, numa expedição para o combate aos mouros. Góis (2001, p.38) enfatiza, então, a

vitória dos portugueses, liderados por D. Afonso Henriques, na batalha contra o exército numericamente superior liderado pelos cinco reis mouros nos campos de Ourique, em 25 de julho de 1139:

afirmam os nossos escritores que o mesmo Afonso, antes de entrar em combate, viu no ar Cristo pregado na cruz, a prometer-lhe a vitória. E que o rei, inflamado em fé, respondera nestes termos: “Senhor, não é preciso que a mim vos mostreis, pois creio firmemente que vós sois o Filho de Deus e o verdadeiro salvador do mundo. Ide, pois, mostrai-vos aos inimigos da vossa religião, a fim de sermos poupados a tão grandes desgraças e para que eles creiam e conheçam que só pela vossa morte é que o mundo tem vida e salvação”.

É necessário aqui ressaltar a importância da construção do discurso em torno da batalha de Ourique, aqui retomado, como elemento definidor dos rumos da história da realeza portuguesa e enquanto mito original da conformação do reino. Segundo Hermann (1998, p.150), esse discurso foi elaborado, em particular, a partir da *Segunda Chronica Breve de Santa Cruz de Coimbra* (1451), na qual é destacada a relação entre a aparição de Cristo a Afonso Henriques e a composição das armas portuguesas e a *Crônica d’El-Rei d. Afonso Henriques* de Duarte de Galvão (1505), que consolidou a narrativa em torno do milagre e os diálogos entre Afonso Henriques e Cristo: “Senhor, aos Ereges, aos Ereges faz mister appareceres, que eu sem nenhuma duvida creio, e espero em ti firmemente”, ao que Cristo respondeu, “Não te apareci deste modo para acrescentar tua fé, mas para fortalecer teu coração neste conflito, & fundar os princípios do teu Reyno sobre terra firme”. O trabalho de Galvão foi adensado posteriormente com a *Crônica de Cister*, de frei Bernardo de Brito (1602) e *Monarquia Lusitana*, do frei Antônio Brandão (1632).

Este discurso foi construído, possivelmente, como uma forma de compensação pela ausência do ritual da consagração nas cerimônias de aclamação dos reis portugueses, dada a proximidade temporal entre os relatos e as reivindicações para a inclusão da unção na aclamação dos reis portugueses (HERMANN, 1998). Estes eram “alevantados” ou “aclamados”, mas nunca “coroados” ou “entronizados”, não sendo utilizados santos óleos na cerimônia, como acontecia nas cortes inglesa ou francesa. Assim, buscava-se a construção da ideia de sacralização do rei a partir de outros episódios e situações, como neste caso, em que a aparição de Cristo para o futuro rei de Portugal no momento da batalha passou a ser interpretada como “a verdadeira sagração de D. Afonso Henriques, feita não por intermediários, vigários, mas pelo próprio Cristo” (HERMANN, 1998, p.149). Também D. João I, que teve sua imagem como predestinado construída a partir do aspecto milagroso de sua vitória na Batalha de

Aljubarrota, apesar da desigualdade numérica e falta de apoio da nobreza, e o infante D. Fernando e sua imagem de santidade após sua prisão no Marrocos, constituem importantes exemplos dessa dinâmica em Portugal. Podemos entender, portanto, que a escrita de *Descrição da Cidade de Lisboa*, também tem como intenção contribuir para o reforço e divulgação do mito em torno de Ourique, em particular, e da predestinação dos reis portugueses, no geral.

Da mesma forma que recupera o aspecto da interferência divina a favor dos portugueses, Góis (2001, p.38) também exalta o envolvimento de Portugal na defesa da fé cristã, bem como a sua divulgação aos outros povos: “sendo nós guiados por eles [pelos sinais concedidos do alto do céu por Cristo] e sob eles militando, a fé de Cristo é hoje em dia propagada e dilatada através do vasto universo, com o nosso esforço e a nossa atividade, mais amplamente e mais eficazmente do que nunca antes o fora”. O espírito de cruzada²⁵ foi dirigido pelos portugueses a todo o território muçulmano e colocado a serviço da política expansionista, sendo que “lutar pela religião não é, pois, lutar por algo de ideal e exterior à sociedade, mas pelo elemento central da sua própria individualidade cultural – logo, pela sua subsistência como entidade colectiva” (THOMAZ, 1998, p.11). Além disso, segundo Thomaz (1998), a vitalidade desse ideário pode ser explicada pela persistência do ideal de Reconquista na Península, que ainda não tinha sido completada. Hermann (1998, p.123) sublinha a dificuldade no reconhecimento da primazia entre os aspectos de conquista e profetização no século XV português, sendo que “talvez a inversão desses termos seja a leitura mais adequada para a conjuntura da expansão ultramarina, se observada em seu aspecto simbólico e cultural”. A resposta de Damião de Góis a uma crítica feita por Paolo Giovio em 1525 sobre o sistema que favorecia uma gestão do comércio das especiarias estigmatizada como injuriosa e excessivamente lucrativa, exemplifica de forma clara a questão levantada por Hermann. Para Góis (1539, fol. Eiii *apud* MARCOCCI, 2012, p.295), a política imperial portuguesa se justificava, “não tanto para dilatação do nosso império, como para expansão das nossas crenças”. Aqui aparece, portanto, outro aspecto importante em relação à defesa da fé cristã, que corresponde à construção ideológica portuguesa que defendia um estatuto religioso singular a Portugal por ser o único rei cristão profundamente dedicado à “vitória do cristianismo” (BARRETO, 1987, p.39). Assim, Expansão portuguesa e defesa da fé cristã constituem elementos profundamente imbrincados, frequentemente presentes nas obras do período e cuja recorrência caracteriza também *Descrição da Cidade de Lisboa*.

Essa defesa era particularmente importante, dado que o monopólio das especiarias asiáticas pelos portugueses era objeto de discussão por diferentes agentes na Europa durante a primeira metade do século XVI, inclusive por parte do papado, que em 1524 se pronunciou

²⁵ Thomaz (1998) aponta este aspecto como uma das causas formais da Expansão, além da influência do espírito franciscano e da filosofia aristotélica, que, no entanto, não são exclusivas da cultura portuguesa.

condenando essa prática, que a Coroa realizava em nome das concessões papais. Clemente VII (1523-1524) respondia, assim, aos insistentes pedidos de confirmação, por parte de D. João III, dos privilégios concedidos a D. Manuel por Leão X (1513-1521), com o objetivo de assegurar a administração das dízimas do reino, das comendas das ordens militares e dos benefícios, incluindo os legados em nome dos superiores dos conventos e mosteiros, além da tentativa de obter a administração perpétua da Ordem de Cristo, à qual permanecia ligada a jurisdição espiritual sobre as terras do ultramar (MARCOCCI, 2012). A breve papal *Nisi honoris*, de 9 de Abril de 1524, à qual o rei não respondeu, indicava que:

No tempo de D. Manuel I, escrevia Clemente VII, quando o tráfico tinha tido início, havia a esperança e a opinião comum que a grande abundância de mercadoria produziria preços mais baixos, garantindo vantagens para todos. Todavia, «as coisas correram de maneira que cada dia nos, a Sede Apostólica, recebemos queixas». As súplicas de uma intervenção («justas preces») não se podiam ignorar – observava o pontífice –, pelo que tomara a iniciativa de se dirigir directamente ao rei de Portugal, «para que, consideradas diligentemente as coisas, queira encontrar algum remédio». A gestão do monopólio do comércio oriental tinha, até então, constituído para muitos um peso intolerável, avisava Clemente VII, recomendando ao soberano «diminuir bastante aquele género de lucro e adquirir assim muito justa honra» (MARCOCCI, 2012, p.119).

Esta questão também foi abordada por Erasmo, na dedicatória escrita ao rei na obra *Chrysostomi Lucubrationes* (1527), na qual o humanista, após elogiar as conquistas portuguesas, questionava o sistema dos monopólios, cuja administração, todavia, ele não atribuía a D. João III. A estes argumentos, somava a acusação de pôr à venda mercadorias estragadas. Esta dedicatória, a qual segundo Erasmo havia sido escrita com base em informações distorcidas que lhe chegaram às mãos, não foi enviada ao rei²⁶ (MARCOCCI, 2012). A questão dos monopólios também foi abordada por Martinho Lutero em 1524, num escrito sobre comércio e usura (*Bücher vom Kaufhandel und Wucher*), em que o autor censurou a imoralidade das mercadorias importadas e os efeitos económicos da sua revenda (MARCOCCI, 2012).

A premissa de exaltar Lisboa, segundo Góis (2001, p.52) “para mostrar aos estrangeiros a opulência da cidade”, tem como grande propósito a exaltação do Império Marítimo Português e, por conseguinte, de sua administração e seus feitos. Pode-se dizer, portanto, que Góis busca engrandecer os feitos de D. João III e reveste seu elogio à cidade de referências económicas, políticas e religiosas, como reflexo dos temas que permeavam a sociedade naquele momento:

²⁶ Segundo Marcocci (2012), a Erasmo foi entregue um memorial sobre D. João III, composto por um médico português, a pedido do feitor de Antuérpia, Rui Fernandes de Almada. O exemplar com a dedicatória enviada ao rei de Portugal foi interceptado, antes que viesse ao conhecimento de D. João III, o que certamente o teria irritado profundamente e foi retirada das edições seguintes.

a Inquisição, a concentração dos interesses nas Índias com o abandono recente das praças marroquinas de Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila, a necessidade de fortalecimento militar para o combate à pirataria e a manutenção das posições conquistadas, a busca pela concentração do poder nas mãos do rei, a contínua justificação da empresa marítima pelo ideal de expansão da fé. Tornava-se necessário, então, divulgar a potência desse império, fixar a imagem da glória reservada a Portugal, e este modelo literário se adequava perfeitamente a este objetivo. Assim, a grandeza da cidade representava um importante modo de expressão do poder dos governantes, característica que marcou profundamente o século XVI no que se refere ao investimento nas cidades e ao seu papel como elemento de identidade de uma forma de governo.

Assim, Góis (2001, p.27) estabelece como o maior feito dos portugueses a descoberta do caminho marítimo para as Índias – “acontecimento que tornou mais glorioso o tema de que irei escrever”, exaltando a viagem à Índia de Vasco da Gama, português e membro da Ordem da Cavalaria. Podemos afirmar que, quando o autor apresenta seu propósito – “escrever apenas sobre a situação e o estado atual da cidade de Lisboa” – a importância de Lisboa é definida a partir de sua condição de principal porto do Império, de forma que é possível perceber a indissociabilidade entre a cidade e a expansão ultramarina.

O ponto central do elogio à Lisboa consiste na apresentação de sete edifícios que, sob o ponto de vista do autor, “engrandecem” a cidade: a Igreja da Misericórdia, o Hospital de Todos-os-Santos, o Paço dos Estaus, o Celeiro Público, a Alfândega Nova, a Casa da Índia e o Arsenal de Guerra. A seleção destes edifícios nos fornece alguns indicativos das intenções de Góis, principalmente no que se refere à exaltação do Império e da administração real. Com exceção do Paço dos Estaus, todos os edifícios estão relacionados diretamente aos aspectos religiosos (e assistenciais) ou comerciais e bélicos da Expansão. Podemos compreender, portanto, que a escolha desses edifícios teve como finalidade realçar a fé e a religiosidade portuguesa, tema definidor da vida cotidiana neste momento, aliada à benevolência dos reis, patronos e da população em termos de assistência social, ao mesmo tempo em que se divulgava o poderio de Portugal por meio de sua estrutura de navegação e aparatos militares. Além disso, Damião de Góis aproveitava para realçar a importância do aspecto religioso da política desenvolvida por D. João III, em que a unidade da fé pelos súditos constituía um elemento essencial à manutenção da unidade política.

Góis (2001, p.47) inicia a apresentação dos sete edifícios pela Igreja da Misericórdia, “para começarmos pela religião”, que é “toda ela elegantemente construída com cantaria aparelhada”. Em seguida o autor esclarece a forma pela qual a igreja se mantém – “apenas pela

generosidade de homens nobres e pessoas piedosas”, o papel dos Irmãos da Misericórdia na administração da entidade – “é-lhes confiada a gerência, quer devido à nobreza da linhagem e do nome, quer também pelo prestígio das suas qualidades religiosas e honradez”, bem como o apoio dado aos necessitados – “sobretudo as raparigas órfãs, às quais distribuem também, conforme a qualidade de cada uma, dotes para o casamento” (GÓIS, 2001, p.47). Segundo Góis (2001, p.48):

Uma tão constante exactidão, um tão incorrupto processo de repartir com os pobres, ano após ano, o dinheiro recebido, provoca a generosidade de muitos, nacionais e estrangeiros, a darem sempre mais e mais. [...] Por isso, torna-se assim mais digno de admiração saber-se que distribuem pelos pobres, em cada ano, mais de vinte e quatro mil ducados de ouro; e até houve alguns anos em que se atingiu a soma de quarenta mil ducados.

A referida igreja era a segunda maior construção religiosa de Lisboa no período, sendo superada apenas pelo Mosteiro de Santa Maria de Belém, e estava localizada na Ribeira, nas proximidades do Terreiro do Paço, conforme destacado (A) na Figura 5.

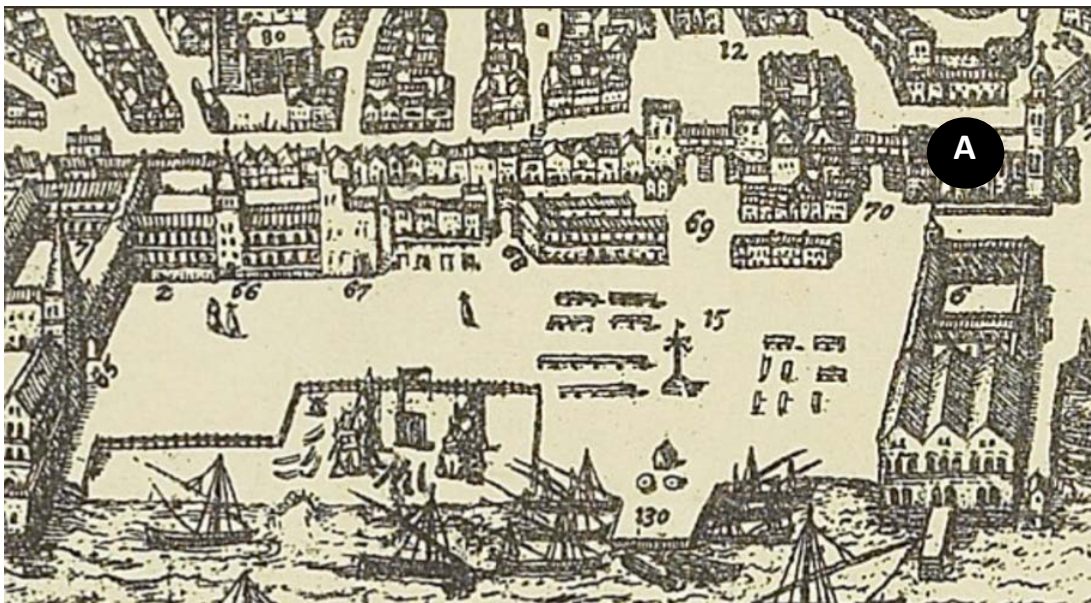


Figura 5 – Georgio Braunio. *Olissippo Quae Nunc Lisboa, Ciuitas Amplissima Lisitaniae, ad Tagum...*, Portugal, 1593. Gravura, 36,30x46,80 cm em folha de 44,10x63,60 cm (Excerto).

Fonte: Biblioteca Digital Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/22208>>. Acesso em 23 fev. 2015.

A escolha desse edifício para o início da apresentação da cidade reflete, não apenas, a questão religiosa, mas também a importância do modelo assistencial instalado em Portugal a partir de D. João II, inspirado no exemplo florentino, e que funcionava sob a proteção régia. As Misericórdias foram estabelecidas durante o reinado de D. Manuel, por iniciativa da rainha

viúva de D. João II, D. Leonor, e operavam as quatorze obras de misericórdia, sete espirituais e sete corporais, como a limpeza das prisões, a gestão hospitalar, a guarida a peregrinos e o sepultamento dos pobres²⁷, sendo que “qualquer serviço de assistência podia ser enquadrado no espírito das obras de misericórdia” (SÁ, 1997, p.151). Constituíam as instituições responsáveis pela fundação e administração de hospitais em todo o reino, acompanhamento dos enfermos e enterro dos mortos, assistência aos pobres, aos presos e aos condenados à morte; eram executoras de testamentos ou procuradores de confrades em transferências de dinheiro de diferentes partes do Império; exerciam ação espiritual, consubstanciada na criação de novas igrejas e capelas, bem como na realização de diversas cerimônias litúrgicas (BETHENCOURT, 1997).

Os recursos para sua manutenção provinham quase inteiramente de legados particulares, por atos de filantropia ou a partir de doações testamentárias recebidas de indivíduos “com consciências pesadas ou delicadas”, que esperavam assim “abreviar a sua estada no purgatório” (BOXER, 2012, p.282). As obras assistenciais se revestiam, assim, dos valores de uma sociedade em que predominavam os princípios cristãos, e representavam, para além da preocupação com o próximo, a preocupação com a salvação pessoal, aspecto essencial da vida humana. Além disso, as condições exigidas para a constituição das instituições denotavam a sua ligação com os propósitos do poder real em Portugal. Os critérios para a aceitação de um membro da Misericórdia, consistiam, por exemplo, na “pureza de sangue, sem qualquer mácula de origem mourisca ou judaica, tanto no que dizia respeito ao irmão como à sua mulher, se fosse um homem casado” e a reputação idônea, “nas palavras, nas acções e na lei” (BOXER, 2012, p.279). Como instituição definidora do ordenamento social, portanto, as Misericórdias se constituíram num elemento essencial às aspirações de D. João III, de forma que em seu reinado elas apresentaram um significativo crescimento, que pode ser associado diretamente à dimensão adquirida pelo império e ao processo de centralização do poder régio. Neste período, a assistência tornou-se cada vez mais um espaço de jurisdição do rei, como forma de manutenção da ordem social, sendo que “o afastamento dos desviantes, a sua separação física do corpo da sociedade (pela reclusão, degredo ou expulsão), foi-se tornando uma solução cada vez mais

²⁷ Sá (1997) descreve como compromisso da Misericórdia de Lisboa no ano de 1516: Obras espirituais: Ensinar os simples, dar bom conselho a quem o pede, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes desconsolados, perdoar a quem nos errou, sofrer as injúrias com paciência, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Corporais: remir os cativos e visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos e pobres, enterrar os mortos. No entanto, a autora ressalta que algumas dessas obras não tinham o menor peso na atuação das misericórdias, embora os irmãos as pudessem praticar privadamente, em maior ou menor grau.

adoptada pela Coroa para enfrentar o problema do aumento da pobreza e da vagabundagem”²⁸ (PAIVA, 2005, p.8).

O segundo edifício descrito é o Hospital de Todos-os-Santos, que constitui “outro exemplo de misericórdia e humanidade”, e “em nada fica atrás do edifício anteriormente referido, nem quanto à magnificência das instalações, nem quanto à soma das despesas, nem sequer quanto à forma carinhosa com que tratam os pobres [...] ou com que tomam conta das crianças” (GÓIS, 2001, p.48). O edifício é descrito como sendo “dividido em quatro claustros com jardins muito aprazíveis; tem trinta e quatro arcadas para as quais, em toda a volta, dão habitações magníficas ocupadas com refeitórios e dormitórios, providos convenientemente de camas e roupas limpíssimas” (GÓIS, 2001, p.48). Junto ao hospital também existem algumas casas, que abrigam médicos, farmacêuticos e demais funcionários, de modo a prestar um rápido atendimento em caso de urgência e necessidade, de forma que “tudo se faz de tal maneira que o nosso hospital pode muito bem reivindicar a primazia sobre todos os hospitais reais, embora muito numerosos e célebres, que se encontram através da Espanha ou das restantes regiões do mundo cristão” (GÓIS, 2001, p.49). Em destaque na Figura 6, o Hospital de Todos-os-Santos à esquerda (A) e o Paço dos Estaus na parte superior (B), compondo o entorno do Rossio, junto com a Igreja de São Domingos (número 28).

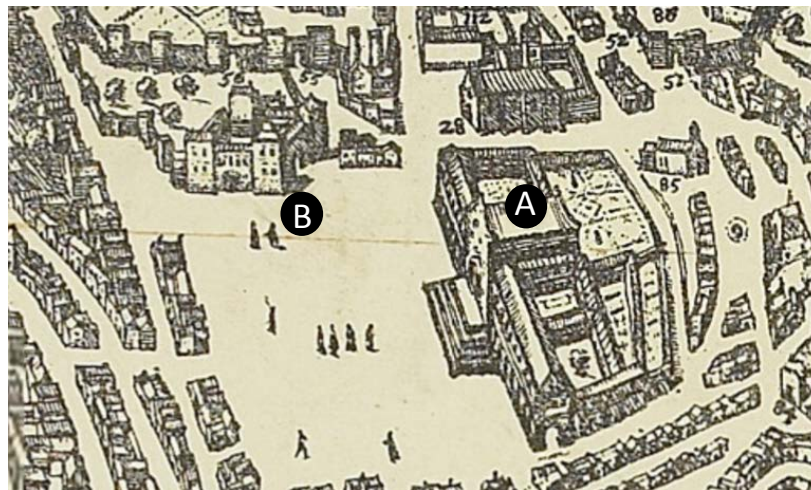


Figura 6 – Georgio Braunio. *Olissippo Quae Nunc Lisboa, Ciuitas Amplissima Lisitaniae, ad Tagum...*, Portugal, 1593. Gravura, 36,30x46,80 cm em folha de 44,10x63,60 cm (Excerto).

Fonte: Biblioteca Digital Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/22208>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

²⁸ Segundo Paiva (2005, p.8), esta questão é comprovada pela variada legislação penal ou a política de homogeneização de hospitais, gafarias, albergarias e de outros lugares pios. Essa relação pode ser exemplificada com o *Regimento dos pobres que pedem na Corte*, de 1544. Neste regimento, que se compreende, também, num contexto social no qual o aumento do número de pobres era significativo, o rei delega na Confraria da Corte o poder de conceder licença ao pobre que ali quisesse pedir, o qual devia “ser examinado pelo provedor” da dita Confraria. Sempre que “pedisse sem ter sua licença” seria punido exemplarmente, incorrendo no risco de ser “degradado para fora do regno pera sempre”. Aquilo a que o pobre “era obrigado”, para retomar as palavras de Garcia de Resende, era solicitar licença para pedir! Caso contrário arriscava-se a ser banido da sociedade.

É importante salientar que, assim como a Misericórdia, o referido hospital foi fundado em 1492, durante o reinado de D. João II, com o objetivo de reunir os diversos hospitais existentes na cidade, muitos dos quais eram particulares ou estavam associados a confrarias, criando o modelo dos Hospitais Reais, que iria depois se disseminar pelos territórios ultramarinos. O novo hospital se chamou “de Todos-os-Santos” como forma de agrupar as diversas invocações dos antigos hospitais, e sua designação completa “Hospital Real de Todos-os-Santos” deixa claro o interesse do rei em patrocinar a assistência, da mesma forma que sua localização privilegiada, que conferia maior visibilidade à figura do monarca. O edifício se destacava pela volumetria e arquitetura, constituindo um complexo destinado a acolher não só os doentes mas também os prestadores de serviços, com quatro enfermarias, refeitório, cozinha, botica, horta e demais dependências de caráter administrativo. Possuía planta em cruz, solução moderna, decerto inspirada em desenhos trazidos de Itália, onde hospitais como o *Ospedale Maggiore* de Milão constituíam uma referência, com a capela-mor da igreja na intersecção dos corredores-enfermarias. Em 1564, este hospital foi anexado à Confraria da Misericórdia (PEREIRA, 1997).

A par da importância que estas instituições adquirem no texto, o autor faz referência também a outros edifícios religiosos, em particular à Capela de Santo Antônio, “obra de construção admirável e maravilhosa elegância”, construída sobre a moradia dos pais do referido santo, onde este nasceu e foi criado, pois “ufana-se grandemente a cidade de Lisboa por ser o berço do santo” (GÓIS, 2001, p.39). E não deixa de mencionar as relíquias de São Vicente, depositadas na Igreja da Sé, retomando, dessa forma, mais uma das características dos encômios de cidades no que se refere à exaltação dos santos e relíquias. Góis (2001, p.50) inclui também uma breve referência aos conventos dos Carmelitas, Franciscanos e da Ordem da Trindade – “notabilíssimos edifícios pela beleza e riqueza de sua estrutura arquitetônica”, não deixando de citar também o Convento de Santa Maria da Esperança, as Capelas de São Roque, da Anunciação do Anjo à Virgem Maria, de Sant’Ana, dos Anjos e de N. Sra. do Monte, a Igreja de N. Sra. das Graças e o Mosteiro de S. Vicente de Fora, além do Mosteiro de Santa Clara. Esses templos estão localizados nos vales e colinas da cidade, entre campos de pastagens, olivais, pomares e hortas, ou seja, fora da muralha fernandina que contornava a cidade.

Antes de relacionar os edifícios ligados diretamente à expansão ultramarina, o autor nos apresenta o Paço dos Estaus que, situado próximo ao referido hospital, se constitui em um “edifício deveras grandioso, digno de ser visto pela sua admirável arquitetura”, construído com o objetivo de “apenas oferecer hospedagem aos embaixadores das nações e dos reis estrangeiros, que ali eram recebidos com todas as honras e grandezas” (GÓIS, 2001, p.50). É

importante considerar, a partir desta citação, a relevância que a diplomacia adquire no contexto de centralização do poder pelo monarca, em especial a partir do século XVI. Segundo Anderson (2004, p.37), a diplomacia constitui a “marca de nascença do Estado Renascentista”, visto que “com o seu surgimento, nasceu na Europa um sistema político internacional, no qual havia uma perpétua sondagem dos pontos fracos do meio ambiente de um Estado ou dos perigos provenientes de outros Estados”. Assim, podemos considerar a importância atribuída por Damião de Góis a esta edificação como fruto da importância que as relações internacionais assumiam naquele momento histórico.

Quando se propõe a descrever a estrutura administrativa, de armazenamento de mercadorias e organização das viagens é possível perceber uma nítida empolgação do autor ao se referir à estrutura da Expansão. Góis (2001, p.51) define o Celeiro Público como “celeiro da nação e refeitório da Lusitânia”, e descreve a sua estrutura com duas alas como sendo composta por “magníficos edifícios, com outras tantas galerias, e trinta e dois arcos de ambos os lados, dotada de oitenta armazéns, e tendo ao centro um pátio liso e estreito”. Góis (2001, p.51) destaca que o Celeiro foi criado pelo rei D. João III, com o objetivo de “suprimir o imposto sobre o trigo e sobre os demais cereais e legumes [...] na esperança de que os avantajados lucros facultados aos comerciantes os motivassem a ir procurar trigo onde fosse e a trazê-lo para ali”, de forma a aliviar as carências da população.

A criação do Celeiro Público pelo referido rei está relacionada diretamente às dificuldades com o abastecimento de grãos enfrentadas nos anos iniciais de seu reinado, marcados pela fome e carestia particularmente até 1525, além dos tremores de terra e dos surtos de peste que mais complicações traziam à já delicada situação do reino. Como Lisboa era dependente do trigo proveniente de outras partes do país e do estrangeiro, o armazenamento e a regulação da venda do trigo era realizada por este órgão, o que permitia à Coroa o controle fiscal sobre este comércio, além do controle sobre o material estocado em casos de necessidade. Esta instituição correspondia, portanto, a mais um dos mecanismos de controle régio implantados por D. João III.

Contíguo a este edifício, estava localizada a Alfândega Nova, incluída nesta descrição devido à grandiosidade das edificações e à sua beleza da construção: “é uma mole imensa de pedra, escorada com grandes estacas muito juntas, espetadas a maço no mar, e construída por ordem e a expensas do mesmo rei” (GÓIS, 2001, p.51). A Alfândega Nova visava atender ao crescimento na importação de produtos causada pela ampliação nos domínios ultramarinos, de forma que o edifício antigo não mais suportava o movimento da Expansão.

O sexto edifício é a Casa da Índia, principal centro receptor e distribuidor dos produtos orientais, além de organizar as armadas e as feitorias comerciais no ultramar e em Flandres. Góis (2001, p.53) explica que a referida Casa “deveria antes chamar-se-lhe empório copiosíssimo dos aromas, pérolas, rubis, esmeraldas e de outras pedras preciosas que nos são trazidas da Índia ano após ano; ou então vastíssimo armazém de oiro e de prata, quer trabalhado quer em barra”. O autor passa, então, a enfatizar a “abundância das preciosidades”, o que “ultrapassaria a faculdade de acreditar, se não saltassem aos olhos de todos e as não pudéssemos tocar com as próprias mãos” (GÓIS, 2001, p.53). O sétimo e último monumento corresponde ao Arsenal de Guerra,

repleto de ingente cópia de todo o género de armas, máquinas de guerra, de morteiros, e de tudo o mais que pertence à condução de combates por terra e por mar; e em tal quantidade que, quer pela quantidade das máquinas bélicas quer pelo número infinito de armas e de lanças, facilmente ultrapassa todos os arsenais, aliás bem apetrechados e bem recheados, que actualmente existem na Europa ou na Ásia, a maior parte dos quais eu visitei (GÓIS, 2001, p.53).

Góis (2001, p.54) aproveita para descrever, então, as armas ali estocadas, exaltando a necessidade de se ter “na Ásia, na África e na Europa, só para as expedições navais ordinárias, mais de duzentos navios de todas as categorias, permanentemente apetrechados e impecavelmente minuciados”, quarenta mil armaduras de infantaria, três mil armaduras de cavaleiros, “peças de artilharia de todas as espécies, morteiros, escorpiões, basiliscos, leões, colubrinas, camelos, pedreiros, dispersores, e bombardas de descomunal grandeza e peso”, bem como armas de arremesso, pólvora e balas de pedra e de ferro. O autor destaca também a abundância dos artefatos de guerra, argumentando que “se eu tentasse esmiuçar e descrever as diversas formas, o número, o peso de cada uma delas, receio que se poderia supor que estava a apresentar nesta obra falsidades em vez de factos verdadeiros” (GÓIS, 2001, p.54). Em termos de aparato militar, Góis (2001, p.43) também procura exaltar a Torre de Belém, que tornava “impossível a quaisquer navios conseguirem aproximar-se da cidade, sem o consentimento dos que estavam de guarda à torre”.

A falta de menção a outros edifícios também constitui um aspecto bastante significativo: o autor fez uma brevíssima citação ao Paço Real manuelino na Ribeira, descrevendo-o como “grandioso e sumptuoso”, referindo-se apenas aos edifícios que compõem seu entorno: “ao sul, é notável a colunata de agradabilíssimo aspecto, e bem ornada, que se prolonga até à beira do rio, pois o outro lado do campo, voltado a oriente, está limitado pelo mar” (GÓIS, 2001, p.51-52). Neste caso, muito provavelmente Damião de Góis tenha preferido não se referir a uma obra

à qual D. João III não teve, em absoluto, nenhum interesse especial, desejoso de desvincular sua imagem dos elementos que marcaram o reinado de seu pai. O autor também não destaca a Igreja de Santa Maria Maior, a Sé, optando por exaltar a construção da Igreja da Misericórdia, obra do período joanino, bem como da Igreja de São Sebastião, em início de construção e que, “quando estiver concluído, com o auxílio de Deus e dos seus santos, ocupará o oitavo lugar nas belezas da cidade e arrebatará, de certo, a palavra a todos os demais monumentos” (GÓIS, 2001, p.53). Góis promove, assim, um desvinculamento com a imagem manuelina de Lisboa, buscando reforçar os aspectos administrativos e estruturais de uma cidade que se consolidava como a capital de um império ultramarino.

Além desses aspectos, Góis (2001, p.50) faz questão também de exaltar a agitação da cidade, pela movimentação de pessoas nas suas duas principais ruas: a *Rua Nova d’El-Rei* – “repleta de gravadores, joalheiros, lapidários, ourives de prata, ourives de ouro, douradores, cambiadores” e a *Rua Nova dos Mercadores* – “muito mais ampla que as outras ruas, ornada de ambos os lados com belíssimos edifícios”, onde se juntam “todos os dias, comerciantes de quase todas as partes e povos do mundo, com extraordinária concorrência de gente, por conta das facilidades que o comércio e o porto oferecem”. Outro aspecto destacado por Damião de Góis em relação à cidade de Lisboa, por onde “se pode facilmente avaliar a grandeza de Lisboa e o número dos seus habitantes” é a movimentação na praça do *Pelourinho Velho*, o que se deve ao trabalho ali realizado por homens que se dispõem a “redigir cartas, mensagens amorosas, elogios, discursos, epitáfios, versos, louvores, orações fúnebres, petições, notas e outras coisas do gênero que se lhes peça. Nunca vi fazer semelhante coisa em nenhuma outra cidade da Europa” (GÓIS, 2001, p.50).

Góis (2001, p.55) complementa as informações sobre Lisboa contabilizando o número de portas da cidade, sendo 22 voltadas para a parte banhada pelo mar e 16 portas voltadas para o território, ressaltando que a cidade “bem precisa de todas elas, devido ao número imenso dos habitantes e à grande extensão do seu perímetro”; as 77 torres que compõem a cerca; as 25 paróquias, além dos mosteiros e das 131 irmandades. Da mesma forma, o autor procura caracterizar o território da cidade, explicando que “para qualquer direcção que se deite a vista, está polvilhado por toda a parte de casas de recreio suburbanas e de quintas rústicas, com edifícios magníficos, devido à fecundidade dos campos e à grande densidade de habitantes” (GÓIS, 2001, p.56). Ainda sobre Lisboa, “é um regalo para o espírito contemplar os campos, não apenas densamente povoados de casas de campo e de aldeias, mas também salpicados de igrejas e conventos tão numerosos e tão bem dotados” (GÓIS, 2001, p.56). O autor também descreve a cidade externa à cerca fernandina, de sul para norte, passando por suas “cinco colinas

e outros tantos vales extremamente férteis e muito aprazíveis”, e retornando às proximidades do Tejo, para então adentrar à cidade, assim referida: “Quanto ao interior da urbe, a sua grandeza e magnificência são tamanhas que bem pode pedir meças a quaisquer das restantes cidades da Europa, tanto pelo número de habitantes como pela beleza e variedade dos edifícios” (GÓIS, 2001, p.45).

Góis (2001, p. 57) encerra sua descrição de Lisboa, fazendo uma referência à sua proximidade com *Scalabis* (Santarém) que, “olha sobranceira, ao longe e ao largo, para uma extensa planície, dividida ao meio pelo Tejo, e de terra de tal maneira fértil que excede a todas as outras: basta dizer que com leves trabalhos agrícolas produz anualmente incríveis quantidades de trigo em pequenas extensões”. Também menciona a fortaleza de *Alenquer*, terra onde nasceu e o rio Tejo, que hoje em dia “dá leis e normas através de todas as costas do Oceano, na África e na Ásia” (GÓIS, 2001, p.58). Em seu último parágrafo, o autor esclarece que,

se este nosso trabalho não agradar ao leitor, saiba que não fiz esta obra por imaginar que eram caminhos vedados a outros escritores. Por conseguinte, se alguém apresentar uma narrativa mais perfeita acerca da origem e da situação da cidade de Lisboa, fique ciente de que fará uma acção sem dúvida agradável para todos, e para mim, sobretudo, muito grata (GÓIS, 2001, p.59).

A partir desses elementos de Lisboa e da biografia do autor, não há como dissociar a defesa que este realiza do Império Português e da conquista de novos territórios pela “expansão da fé”, de sua formação na corte de D. Manuel, quando viu de perto a pujança, o luxo e a exotividade resultante da chegada às Índias e ao Brasil. O reino de Portugal era, neste período, “o reino tanto mais rico e abastado do que o nunca fora – e esse era um fato indiscutível, fazendo da corte do *Venturoso* uma das mais opulentas e do seu rei um dos mais poderosos de toda a cristandade” (BUESCU, 2008, p.141). Nascido em 1502, Góis tinha apenas 12 anos quando o rei enviou a embaixada liderada por Tristão da Cunha ao Papa Leão X, marcada pela suntuosidade dos trajes, a riqueza dos presentes, e pelo exotismo do séquito, acompanhado por cavalos persas, onças e um elefante. Próximo a este evento, foi a chegada a Lisboa das notícias sobre o Preste João e a confirmação de seu auxílio na empreitada da conquista de Jerusalém pretendida por D. Manuel, e que muito influenciaria o autor na escrita de *Fides, Religio Moresque Aethiopum*. Este pensamento de Góis, porém, apresenta nítidos contrastes com a visão pacifista defendida por Erasmo e outros humanistas. No entanto, como afirma Mendes (1997, p.350), mesmo os erasmianos ativos, como Góis, Andre de Resende ou Diogo de Teive, “não se tolheram de sacrificar o pacifismo evangélico nas aras do pragmatismo que tinha por

eixo os interesses imediatos da nação como potência marítima”. Da mesma forma, é possível perceber a profunda ligação de Góis à política portuguesa, mostrando mesmo que o interesse no estudo das humanidades foi mais uma faceta do homem formado na mercancia da Flandres, cuja experiência o colocava como um homem de confiança de D. João III, prestando inclusive conselhos a este em termos comerciais. Os contatos estabelecidos por Góis na Europa o colocaram como um importante representante do Império português, contribuindo para a difusão das conquistas e exercendo a defesa do aspecto evangélico das viagens portuguesas em contraposição à intenção puramente comercial das expedições.

Assim, podemos inserir *Descrição da Cidade de Lisboa* na constante unitária denominada por Barreto (1987, p.38) como “leitura religiosa-espiritual dos descobrimentos”, na qual a “expansão colonial dos portugueses surge como concretização histórico-humana de desígnios e projetos transcendentais-absolutos”, elemento que, segundo o autor, pode ser assinalada nos textos do período. Outra característica que pode ser atribuída ao texto goisiano consiste na valorização do aspecto militar e guerreiro dos descobrimentos, que surge como extensão da constante religiosa – “essa leitura ressalta o valor da guerra movida por ideais e fins religiosos”, visando ao alargamento das fronteiras religiosas (BARRETO, 1987, p.40).

Francisco de Holanda nasceu em Lisboa em 1517 e morreu na mesma cidade em 1584, filho de António de Holanda²⁹, artista que se instalou em Portugal nos tempos de D. Manuel, oriundo do norte da Europa. Francisco de Holanda passou a sua juventude em Évora, onde recebeu uma formação humanista facilitada pela presença de artistas e mestres estrangeiros que se fixaram na cidade preferida por D. João III. Entre os anos de 1534 e 1538, foi aluno de Garcia de Resende, mestre de grego e latim, e que difundia o culto da Antiguidade. Em 1538 foi enviado em uma viagem de estudos à Itália por D. João III, onde permaneceu por cerca de dezoito meses. Por este período, Portugal tinha reconhecidos embaixadores na Itália, como D. Miguel da Silva e D. Martinho, o que em muito favoreceu a convivência de Holanda com importantes nomes do Renascimento italiano, como Michelangelo, Sebastiano del Piombo, e Perino del Vaga, o escultor Baccio Bandinelli, o miniaturista Giulio Clovio e Vincenzo Raimondi, os arquitetos Antonio da Sangallo (o Jovem), Jacopo Meleghino e, em Veneza, Sebastiano Serlio, tendo visitado suas oficinas e conhecido seus métodos e teorias das artes e arquitetura. Em seu retorno a Évora, Holanda viveu junto da corte, possivelmente ocupando um lugar de confiança ao lado do monarca como conselheiro régio de mérito artístico, o que se justifica pelos pagamentos a ele dispensados³⁰ (SOUZA, 2011).

Holanda se caracterizou por ser um artista de múltiplas facetas: iluminador, miniaturista, pintor, escritor e teórico da arte, mas se reconhecia acima de tudo como arquiteto. No entanto, sua mais importante contribuição no campo das artes está em seu trabalho como escritor, teórico e desenhador, sendo considerado a maior referência da teoria da arte do século XVI em Portugal. Neste campo, sua obra é desenvolvida em dois momentos distintos: na juventude, marcada pela viagem à Itália e pelos referenciais humanistas, época na qual redigiu *Da Pintura Antiga* (1548), *Diálogos em Roma* (1549) e *Do Tirar Pelo Natural* (1549), tem como tema a pintura ou desenho de retrato ao vivo; e da maturidade, marcado por uma profunda melancolia e vivência dos valores religiosos, que coincide com o período pós-tridentino, no qual redigiu o *Da Ciência do Desenho* e *Da fabrica que falece à cidade de Lisboa* (1571). Entre estas fases desenvolveu o códice ilustrado *De Aetatibus Mundi Imagines*, com 154 desenhos e aquarelas, que constitui uma crônica da criação do mundo em imagens, e que se encontra atualmente na

²⁹ António de Holanda estudou na Itália, e a ele são atribuídas as iluminuras do *Atlas Miller* de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel, um dos mais valiosos atlas da cartografia mundial do tempo dos Descobrimentos. Trabalhou também, entre outras obras, no *Livro das Horas* da Rainha D. Leonor, na *Genealogia dos Reis de Portugal* e na *Leitura Nova*.

³⁰ Segundo Souza (2011), em 1541 Holanda recebia uma pensão anual de 30.715 reais, tornando-se cavaleiro fidalgo em 1556, com uma pensão de 50 mil reais anuais, pensão renovada e aumentada por motivo de obras entregues, até atingir, em 1583, por ordem de Filipe II o montante de cem mil reais, valor este que foi depois transmitido à viúva do artista, Luísa da Cunha Sequeira em 1584. Para a autora, Holanda desempenhou junto ao monarca um papel primordial nas construções régias escolhendo o local da obra, projetando e elegendo o mestre construtor para erguê-la, por cerca de dezesseis anos.

Biblioteca de Madrid, possivelmente levado por Felipe II à Espanha, da mesma forma que o *Os desenhos das Antigualhas que vio Francisco d'Ollanda, pintor português*³¹.

Além de conselheiro artístico e intelectual, Francisco de Holanda realizou desenhos para trajés e decoração de festas; objetos, vestes e paramentos litúrgicos no Mosteiro dos Jerônimos; moldes das hóstias das igrejas portuguesas; iluminuras para novos brasões e moedas. No entanto, as mudanças políticas ocorridas a partir das mortes do infante D. Luís (1555) e de D. João III (1557) alteraram a influência de Holanda na corte, apesar das encomendas de D. Catarina para suas fundações religiosas. Durante a regência do cardeal D. Henrique (1562-1568), Holanda distanciou-se da corte: em 1569 uma epidemia de peste afastou-o de Lisboa e o artista se estabeleceu próximo de Sintra, onde escreveu *Da fabrica que falece à cidade de Lisboa*. Em 1570, Holanda ofereceu seus serviços como iluminador a Felipe II, da mesma forma que em 1572, sendo ambas as tentativas sem sucesso. Francisco de Holanda é considerado como o artista português que melhor assimilou e introduziu o modelo italiano na longa tradição de troca cultural e artística entre Itália e Portugal, a partir de sua estadia na Itália e da convivência e estudo das obras dos principais artistas do período (DESWARTE-ROSA, 2001).

4.1 *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa*

O manuscrito original de *Da Fábrica que falece a cidade de Lisboa*, de autoria de Francisco de Holanda e datado de 1571, compõe o acervo da Biblioteca Nacional da Ajuda em Lisboa, em encadernação conjunta com o texto de *Da ciência do Desenho*, sendo atualmente o único dos manuscritos originais de Holanda que se encontra em Portugal. A obra recebeu um parecer favorável à circulação do censor da Inquisição em Portugal, Frei Bartholomeo Ferreira em 13 de abril de 1576, o que, segundo Souza (2011), difere da liberação para impressão. Assim, este material pode ser entendido como um livro de mão, um pequeno manuscrito para ser lido por um círculo de apreciadores do discurso artístico, como uma forma de valorização do papel do arquiteto na corte. A edição aqui utilizada para análise foi publicada em 1984, sob a direção e coordenação de José da Felicidade Alves³².

³¹ Para maiores informações sobre seus trabalhos ver DUARTE, Eduardo. Francisco de Holanda e a “Fábrica” de Lisboa. *Revista Arte Teoria*, n.10, 2007. p.41-66 e ALVES, José F. **Introdução ao estudo da obra de Francisco de Holanda**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986, p.34-35.

³² Para mais informações sobre as demais edições da obra ver HOLANDA, F. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p.7; e SOUZA, Maria L.Z. **Um novo olhar sobre Da fábrica que falece...**, p.296.

O frontispício da obra (FIGURA 7) é constituído pelo título, nome do autor e data de produção, sendo estes dois últimos inscritos em uma elipse complementada por dois anjos, na qual consta a inscrição latina *Virtus in infirmitate perficitur*.



Figura 7 – Francisco de Holanda. *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa/por Francisco d’Holanda/Ano de 1571*, Lisboa, 1571. Desenho.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. p.9.

Esta passagem lembra que a força manifesta-se na fraqueza, o que pode ser entendido como o modo pelo qual o cristão deve agir em sua caminhada terrena, invocando pela fé a ajuda divina na resolução dos problemas humanos com a confiança de que o poder de Deus o sustentará em suas fraquezas. Está presente na *Segunda Carta de São Paulo Apóstolo aos Coríntios* (2 Coríntios 12:1-10):

Importa que me glorie? Na verdade, não convém! Passarei, entretanto, às visões e revelações do Senhor. Conheço um homem em Cristo que há catorze anos foi arrebatado até o terceiro céu. Se foi no corpo, não sei. Se fora do corpo, também não sei; Deus o sabe. E sei que esse homem - se no corpo ou se fora do corpo, não sei; Deus o sabe - foi arrebatado ao paraíso e lá ouviu palavras inefáveis, que não é permitido a um homem repetir. Desse homem eu

me gloriarei, mas de mim mesmo não me gloriarei, a não ser das minhas fraquezas. Pois, ainda que me quisesse gloriar, não seria insensato, porque diria a verdade. Mas abstenho-me, para que ninguém me tenha em conta de mais do que vê em mim ou ouve dizer de mim. Demais, para que a grandeza das revelações não me levasse ao orgulho, foi-me dado um espinho na carne, um anjo de Satanás para me esbofetear e me livrar do perigo da vaidade. Três vezes roguei ao Senhor que o apartasse de mim. Mas ele me disse: Basta-te minha graça, porque é na fraqueza que se revela totalmente a minha força. Portanto, prefiro gloriar-me das minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo. Eis por que sinto alegria nas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições, no profundo desgosto sofrido por amor de Cristo. Porque quando me sinto fraco, então é que sou forte (BÍBLIA online).

Da Fábrica... reveste-se, assim, do caráter espiritual que marcou os anos posteriores ao Concílio de Trento, com a redução do pensamento laico e da temática profana e pela efusão de uma literatura doutrinal e apologética. Na folha seguinte, é apresentada a imagem de uma mulher jovem, intitulada *Figura de Lisboa* (FIGURA 8) que segura nos braços uma embarcação e se apresenta envolta em uma rede, com os seios nus, imersa nas águas.



Figura 8 – Francisco de Holanda. *Figura de Lisboa*, Lisboa, 1571. Desenho, 17,6x12,1cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. p.9.

Em sua cabeça está colocada uma coroa em forma de torres, símbolo comumente utilizado na representação de cidades, e constante nas representações da deusa grega *Tyche*, protetora das cidades e que corresponde à Fortuna, para os romanos. Na figura constam também dois corvos, que são símbolos da sabedoria e da modéstia e cuja imagem está associada ao transporte das relíquias de São Vicente a Lisboa. Este santo é considerado o padroeiro da cidade e do município de Lisboa e a história conta que suas relíquias foram trazidas do sul islâmico para a Lisboa cristã por D. Afonso Henriques no ano de 1173, logo após a conquista cristã da cidade. Assim, estes pássaros se tornaram um ícone da cidade, junto com a caravela³³.

No desenho de Holanda a caravela é representada sem mastros ou velas, o que pode ser entendido como sua direção sendo entregue aos desígnios divinos, ideia que acompanha a historiografia portuguesa e que continuava presente durante o período sebástico. Além disso, não é possível dissociar a história de Lisboa de sua componente marítima, ou melhor, de sua ligação com o Tejo. Assim, a figura feminina se apresenta com metade do corpo encoberto pela água, de forma que se pode compreender Lisboa como a cidade que lança os portugueses à empreitada no mar.

A utilização dessa simbologia está em consonância com a história da cidade de Lisboa e reflete de forma clara o período da criação do desenho, pois como afirma Moreira (1994 *apud* DORÉ, 2009), o baluarte e a caravela foram as duas invenções que permitiram a saída dos portugueses ao mar, sendo produto da necessidade de resistir a grandes pressões físicas contrárias – o ímpeto dos exércitos e a força dos ventos. Representam, portanto, dois símbolos definidores dos acontecimentos do século XVI, marcado por grandes mudanças na estrutura das fortificações e por importantes progressos nas ciências náuticas, na astronomia e na matemática, que permitiram o desbravamento dos mares.

Para Martins (1998, p.185), esta experiência dos homens envolvidos diretamente na dinâmica das navegações constituiu a base para a ciência moderna. Diversos viajantes, que partiram de uma observação controlada dos fenômenos naturais, obtiveram importantes avanços sobre o conhecimento da natureza: como João de Castro e sua investigação sobre a cor das águas do mar Roxo, que advinha do coral vermelho do fundo do mar, e foi alcançada após o recolhimento de materiais nas viagens até o Oriente; as descobertas sobre as propriedades terapêuticas da flora oriental obtidas por Garcia de Orta e a relação entre o movimento do sol, latitude e as estações do ano estabelecida por Pedro Nunes. Segundo Martins (1998, p.185),

³³ Para uma discussão sobre a hipótese de que o traslado dessas relíquias tenha sido realizado pela comunidade moçárabe ver PICOITO, Pedro. A transladação de S. Vicente – Consenso e conflito na Lisboa do século XII. *Revista Medievalista online*. Ano 4, n.4, 2008.

sem ter a pretensão de aproximar os conhecimentos resultantes da experiência na navegação portuguesa da ciência moderna de Galileu e Descartes, é importante considerar que um saber adquirido se liga a outros, fundados em noções mais estruturadas: “os objetivos a atingir definem-se com maior clareza, os meios a adotar dominam-se com mais agilidade; das tentativas empíricas passa-se para empresas planificadas, organizadas”. Martins (1998, p.181) defende, assim, que os descobrimentos e o Renascimento, estão profundamente relacionados, “não raro, até, numa conexão de causa e efeito”, podendo-se mesmo admitir que o Renascimento em Portugal corresponde aos Descobrimentos, precedendo o humanismo renascentista.

Assim, o baluarte e a caravela remetem à fortaleza e ao navio, “cujas imagens proliferam em todos os suportes no período das descobertas, de pratos a caixas de incenso, maquetes, tapeçarias, cenários e também poemas épicos, comédias, crônicas” (MOREIRA, 1994 *apud* DORÉ, 2009, p.263). Lisboa, enquanto principal cidade do reino e principal porto comercial, deveria, portanto, ser representada a partir desta simbologia, sem deixar de associá-la também à componente religiosa, pela lembrança da santidade de S. Vicente.

Aliás, podemos afirmar que Francisco de Holanda estabelece, a partir dos primeiros elementos apresentados – a inscrição latina e a Figura de Lisboa – a temática que irá nortear seu trabalho e definir as necessidades de Lisboa: a fortificação da cidade física e da cidade da alma. A definição desta temática principal e a dedicatória da obra a D. Sebastião constituem elementos importantes para o entendimento de *Da Fábrica...*

Para Souza (2011), os desenhos e propostas apresentados pelo autor, ou para utilizar a sua própria linguagem, as “lembranças”, apresentam três significados: Holanda busca recordar ao rei a magnificência italiana, que representa um modelo a ser seguido, tem a intenção de recomendar ou aconselhar o monarca sobre importantes (e urgentes) obras a serem realizadas, deseja lembrar ao rei suas qualidades como arquiteto e artista. Em relação a este último aspecto, Deswarte-Rosa (1987) defende a ideia de que, a partir de sua circulação na corte, esta obra poderia alcançar Filipe II, por meio de seu embaixador em Portugal, D. Juan de Borja, e do círculo cultural formado em seu entorno. Estas questões são frequentemente reiteradas por Holanda (1984, fl.3v-4r), como na seguinte passagem:

E considerando eu quão descomposta está Lisboa de fortaleza e quão desordenada do que lhe muito importa, sendo ela a cabeça deste reino, e a coroa dela Vossa Alteza, esforcei-me, dar para sua fortificação e ornamento, esta lembrança a Vossa Alteza, e a Lisboa, ou para se servir dela em o presente, ou para o tempo que está por vir.

Devido à esta intenção do autor, presente em várias passagens do texto, em recomendar a D. Sebastião a necessidade premente de realização de obras em Lisboa, *Da Fábrica...* tem sido referenciado por Souza (2011) e Osswald (2015) como apresentando semelhanças com os *Specula Principis*. Este gênero literário tem como principal característica sua destinação à representação das virtudes necessárias ao ofício de rei como perfeito governante, exemplar em suas virtudes morais. Assim, as constantes referências ao destinatário D. Sebastião podem ser entendidas no contexto de um período no qual se destacavam também abordagens em torno do “perfeito religioso”, do “pároco perfeito” e de pessoas “perfeitas”. Osswald (2015) relaciona o texto de Holanda com a obra *Espejo del Príncipe Christiano* (1554) de Francisco de Monzón, inserindo a obra de Holanda no contexto de uma literatura na qual o desenho serve a educação “mais perfeita” de reis e de príncipes. Ainda segundo a autora, o texto de Monzón terá constituído uma fonte de inspiração para Holanda em diversos aspectos, como na questão da superioridade de Lisboa em relação a outras cidades, devido à sua antiguidade (ambos consideram Lisboa mais antiga que Roma), à qualidade dos edifícios, e ainda à amenidade do clima da capital portuguesa (OSSWALD, 2015).

Souza (2011) também faz referência às características de discursos laudatórios ou lamentos, como na obra de Fazio degli Uberti, intitulada *Dittamondo*, de 1367, que deveria ser do conhecimento de Holanda, na qual o autor descreve a decadência de Roma, lamentando a grandeza não mais existente. No entanto, a autora defende que *Da Fábrica...* possa ser entendido também como um tratado de arquitetura em função dos aspectos propositivos voltados às reformas da cidade (SOUZA, 2011).

É importante considerarmos que o Renascimento foi mesmo um período pródigo na confecção de tratados de arquitetura, sendo o mais reconhecido o *De Re Aedificatoria* de Leon Battista Alberti, escrito em 1452. Havia uma grande preocupação em aprender a “linguagem” clássica da arquitetura, ou seja, as regras para combinar os elementos. Não nos cabe aqui analisar este gênero, nem o referido tratado, mas apenas elencar alguns de seus temas principais, considerando o trabalho de Alberti como uma referência desse gênero. *De Re Aedificatoria* é composto por 10 livros, em que são abordados alguns temas principais: regras da concepção arquitetônica, a partir de conceitos estético-filosóficos; a forma de aplicação dos conceitos nas construções; os usos das edificações; os critérios de locais e terrenos para as construções; a relação entre o espaço da cidade e as relações métricas dos edifícios; a relação entre pensamento arquitetônico e os materiais de construções, entre diversos outros³⁴ (ABREU E LIMA, 2012).

³⁴ Segundo Abreu e Lima (2012), os 10 livros são: Livro 1 – O desenho; Livro 2 – Os materiais; Livro 3 – Execução da obra; Livro 4 – Obras de caráter universal; Livro 5 – Obras particulares; Livro 6 – Os ornamentos; Livro 7 – Ornamentos de edifícios religiosos; Livro 8 – Ornamentos de edifícios públicos; Livro 9 – Ornamentos de edifícios privados; Livro 10 – A restauração dos edifícios.

Assim, além da extensão dos temas abordados em um tratado, bem mais amplos que na abordagem realizada por Holanda, uma das mais importantes questões tratadas por Alberti se refere aos aspectos conceituais que devem conduzir o processo de elaboração de um projeto.

Este aspecto também é elencado por Choay (1985 *apud* ABREU E LIMA, 2012) como uma das características de um tratado de arquitetura, que tem como objetivo ensinar um método de concepção que envolve toda a atividade construtiva, desde a casa até à cidade, além de outras questões, como a forma de organização da obra e seu desenvolvimento autônomo, não estando subordinado a nenhuma disciplina ou tradição. Assim, ao analisarmos a obra *Da Fábrica...* e considerando os aspectos descritos anteriormente, em especial os referentes às questões conceituais, entendemos que o texto de Holanda se distancia do gênero dos tratados ao não estabelecer uma linha de pensamento que transpareça um modo de projetar como proposto no tratado albertiano. Assim, apesar de a obra estar focada nas necessidades da cidade em termos arquitetônicos e do que hoje denominamos urbanismo, Holanda não realiza uma abordagem teórica sobre os temas elencados, ou apresenta os princípios que norteiam seu processo projetual, ou analisa a relação dos edifícios com a cidade.

Em *Da Fábrica...*, apesar de a temática envolver a cidade, seu embelezamento e sua proteção, predominam as preocupações políticas, sendo a cidade vista como o suporte sobre o qual devem ser afirmados os preceitos que regem a sociedade neste período: religiosos, de expansão da fé, e de afirmação do rei e do Império. Assim, o autor se concentra em chamar a atenção do rei para que Lisboa alcance a beleza e o prestígio das grandes cidades da Antiguidade, ao mesmo tempo em que lhe adverte que não tenha o mesmo destino que outras, mais fortes, como “Jerusalém e Roma e Constantinopla e Cartago, as quais foram até o fundo quase assoladas” (HOLANDA, 1984, fl.8r). Concordamos, assim, com a avaliação de Nascimento (2008, p.798), que defende que a obra “não é propriamente um tratado de arquitetura, mas uma admoestação ao rei D. Sebastião a propósito da importância de dar à cidade uma condição à altura do império marítimo português”. Dessa forma, procuramos entender o manuscrito no contexto de uma época marcada pela profunda influência religiosa e pela pretensão de retomada da expansão em Marrocos por parte de D. Sebastião, limitada, no entanto, por sua morte precoce em Alcácer-Quibir e os acontecimentos subsequentes.

Para tanto, Holanda usa a denominação “cabeça do reino” para a cidade de Lisboa, como uma forma de chamar a atenção do rei para a cidade que não era apenas o centro de um Termo ou de uma região, mas que apresenta uma relação muito precisa com o reino, não apenas no sentido de lugar mais importante e prestigioso, mas que correspondia à sua base estrutural, e que necessitava ser protegida e ornamentada, como exemplo a ser seguido pelas demais. O texto

é dividido em 12 capítulos, nos quais são descritos os elementos que faltam a Lisboa, acompanhados de desenhos que constituem sugestões para resolver as deficiências da cidade. É importante ressaltar que o número doze é um dos mais importantes no simbolismo cristão: a árvore da vida tinha doze frutos e no livro do Apocalipse a Nova Jerusalém tinha doze portas, com doze anjos e em cada uma estava gravado o nome de uma das doze tribos de Israel, a muralha da cidade tinha doze alicerces, nos quais estavam gravados os nomes dos doze apóstolos. Assim, “Francisco de Holanda parece evocar o urbanismo e a arquitetura da cidade mais perfeita que se poderia conceber, a Nova Jerusalém” (DUARTE, 2007, p.44).

O primeiro capítulo trata *Da Antiguidade de Lisboa e das obras que nela e em Portugal fizeram os romanos, e depois os reis nossos*, no qual Holanda relata as origens míticas de Lisboa, de seu nome, da ocupação pelos romanos e diversos outros povos até à tomada por D. Afonso Henriques aos mouros, bem como as obras dos demais reis até D. João III.

Após essa digressão pelo passado da cidade, Holanda inicia o segundo capítulo – *Da cidade da alma primeiro, e de sua fortaleza* – ressaltando que se deve tratar primeiro da “reedificação da cidade espiritual de nossa alma: porque sem esta estar fortalecida e guardada, em vão trabalha quem vela e guarda Lisboa” (HOLANDA, 1984, fl.6r). Assim, “com a cidade de nossa alma fortalecida, como digo, ainda que breve e ignorantemente, então podemos seguramente tratar do que é muito menos, que é de reparar e remendar a cidade de Lisboa, que tanto o merece de seus cidadãos e vereadores” (HOLANDA, 1984, fl.6v). Holanda (1984, fl.6r) afirma que:

Assim, que muito primeiro se há-de fortalecer e reedificar a cidade interior de nossa alma, que a de pedra e cal exterior; e por isso deve cada um fazer o que mais lhe releva: que é fortificar e defender a cidade de sua alma, e o reino de seu espírito, guarnecendo e cingindo suas três potências, Memória, Entendimento e Vontade, com o inexpugnável muro da Fé viva, e Esperança segura, e Caridade perfeita, sobre a profunda cava da humildade e próprio conhecimento, contra as minas do Mundo, Carne e Demônio; e guardando e velando as portas de seus cinco sentidos, contra a morte que entra por elas, vigiando de contínuo como de atalaia as altas torres da soberba de nosso coração, contra todo o pecado e consentimento de culpa, fortalecendo os bastiões e castelo do espírito e a torre de menagem da nossa mente com o temor e amor de Deus e com o exercício da oração mental, e com os tiros e setas das jaculatórias armas, com toda a mais armadura que nos o Apóstolo manda armar; dando a chave de toda esta fortaleza e cidade ao sumo capitão que é o Filho do altíssimo e eterno Deus.

Francisco de Holanda aproveita, portanto, para enfatizar a importância do fortalecimento da alma e do espírito em primeiro lugar, “guarnecendo e cingindo” as três faculdades – Memória, Entendimento e Vontade – com o muro das virtudes da Fé, Esperança e

Caridade, que tem como base a Humildade e o Conhecimento, contra as ameaças da Carne e do Demônio, e a partir da vigília contra a soberba do coração, contra todo o Pecado e Culpa e fortalecendo o espírito com o temor e o amor de Deus. O autor faz referência à virtude cardeal da Fortaleza, às faculdades do espírito e às virtudes teologais (Fé, Esperança e Caridade), que associadas devem constituir o elemento defensivo contra os pecados. As virtudes teologais, que recebem esta denominação por dependerem de dons divinos, eram consideradas primordiais no contexto religioso pós-conciliar: “a fé, a qual fundou a Igreja; a esperança, que a fez crescer; e a caridade, que a aperfeiçoou” (CAVALHEIRO, 2015, p.191).

Este trecho demonstra de forma clara a tônica assumida pelo autor e a profunda influência da Contrarreforma e dos princípios religiosos estabelecidos no Concílio de Trento sobre a obra. É importante considerar que os decretos tridentinos foram rapidamente divulgados em Portugal devido a dois fatores fundamentais: a posição de regente ocupada pelo cardeal D. Henrique nos anos de 1563-1564, a quem se deve a publicação dos decretos e a sua execução; e a decisiva influência do arcebispo de Braga Frei Bartolomeu dos Mártires, que intensificou medidas pastorais e catequéticas. Assim, no contexto de predomínio de uma literatura de cariz moralizante, complementar à catequética e devocional, que se desenvolveu em Portugal neste momento, com o objetivo de educar e disciplinar comportamentos, atitudes, gostos e até gestos, se tornava inevitável que esta influência atingisse também as obras dedicadas a outras temáticas (FERNANDES, 2000, p.25).

Além disso, Holanda procurava chamar a atenção ao rei para o “abandono” de Lisboa, e por extensão, para todo um império cuja “fábrica falecia”, ao passo em que este concentrava suas atenções nos empreendimentos guerreiros em Marrocos, ao mesmo tempo em que abandonava os propósitos da Expansão defendidos por D. João III. Segundo Hermann (1998, p.85), D. Sebastião cresceu em um ambiente “francamente estimulador de suas ambições guerreiras, e notoriamente otimista quanto ao papel a ser desempenhado pelo jovem monarca na recuperação da força e da honra lusitanas”, em que se destacam, por exemplo, as decisões tomadas nas Cortes realizadas nos anos de 1562-1563, com a condenação do abandono das praças africanas e a decisão pela fortificação do Algarve e fortalecimento dos armamentos em Tânger. O período de seu reinado que nos interessa particularmente, dada a escrita da obra de Francisco de Holanda em 1571, é caracterizado, portanto, pelo que Jacqueline Hermann caracteriza como “pouco interesse por Lisboa”, talvez marcado pelas tentativas de evitar os encontros e os conselhos de sua avó (HERMANN, 1998, p.91).

Portanto, após o fortalecimento da alma seria possível progredir no cuidado da cidade, visto que o perfeito cristão tinha como propósito “a articulação do viver religioso e espiritual

com o moral e social; tal *perfeição* – na sua formulação ideal ou idealizante – seria o resultado da conciliação da prática continuada das virtudes cristãs com o cumprimento dos deveres sociais e morais sem violar aquela” (FERNANDES, 2000, p.36). Assim, a partir do terceiro capítulo, Holanda se dedica a enumerar as necessidades de Lisboa, colocando em seis capítulos as propostas para a defesa da cidade, seu melhoramento no que se refere à disponibilidade de água, a necessidade de pavimentação, marcação das vias e construção de pontes, além de analisar a importância de um novo paço real para a cidade. Nos capítulos finais, o autor se dedica a propor elementos religiosos, como modo de reforçar os valores cristãos defendidos pela monarquia portuguesa.

No que se refere às questões defensivas, os aspectos abordados por Francisco de Holanda nestes capítulos se inserem no contexto das reformas que aconteciam desde fins do século anterior por grande parte da Europa, em especial na Península Itálica, com obras de reconstrução e/ou construção de muralhas para melhorar o sistema defensivo das cidades. Delumeau (1994, p.37) descreve o Renascimento como o período de definição política na Europa, “descobrimo, pelo exemplo italiano e pelo jogo da resistência francesa às ambições dos Habsburgos, a regra de ouro do equilíbrio entre potências; o ideal da unidade europeia, realizada sob a autoridade do imperador, foi substituído por uma relação de forças”. Assim, os avanços no setor de armamentos decorrentes deste contexto, e a introdução das armas de fogo móveis, exigiram a modificação dos sistemas de fortificação, criando defesas contra armas que atuavam a grande distância, além de dar à artilharia o principal papel defensivo (DELUMEAU, 1994).

No entanto, o processo de adaptação da arquitetura militar ao uso dos novos armamentos foi lento na maior parte da Europa, marcado inicialmente por alterações de caráter pontual, como a introdução de aberturas cônicas (troneiras) dotadas de rasgos verticais, em T ou em cruz na estrutura das fortificações medievais³⁵. À medida que as armas se tornavam mais eficientes e capazes de causar maiores danos, se tornaram necessárias reformas mais profundas na estrutura do castelo quatrocentista. As torres e os panos de muralha se tornaram mais baixos para abrigar a artilharia; as paredes mais espessas, principalmente em sua parte inferior, e oblíquas em relação ao solo para melhor absorver o impacto dos projéteis, dar maior estabilidade à construção e manter o assaltante sempre à vista do defensor. Além disso, a construção de casamatas permitiu a ocorrência de tiros rasantes, além da implantação da

³⁵ Para mais detalhes, ver BARROCA, Mário J. Tempos de resistência e inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). **Portugalia**. v.24, p.95-112, 2003 e VALADARES, Pedro H.C. **A tratadística da arquitetura militar europeia como referência para o Recife fortificado (1537-1654)**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Artes e Comunicação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

fortificação a cota mais baixa que seu entorno, de modo a diminuir a área de exposição aos tiros inimigos. No entanto, ainda se manteve a planta quadrangular flanqueada por torres ou bastiões circulares.

A principal mudança ocorrida no desenho das fortificações durante o século XVI foi a introdução dos baluartes (ou bastiões) angulares, que se tornaram o principal elemento de defesa. O formato de bastião mais eficiente corresponde ao modelo triangular conectado à muralha por flancos, formando um pentágono, que permitia a proteção de todos os pontos da muralha e dos bastiões adjacentes pelo cruzamento de tiros, como se pode observar na Figura 9³⁶.

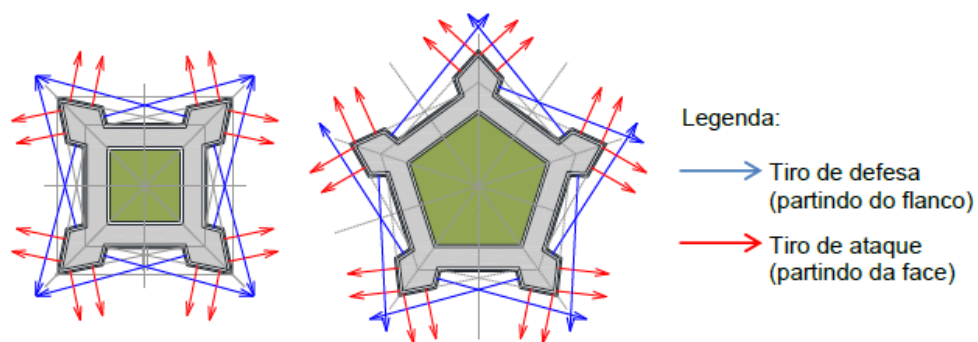


Figura 9 – Representação esquemática do cruzamento de fogo entre baluartes em um forte de planta quadrangular e outro de planta pentagonal

Fonte: VALADARES, Pedro H.C. *A tratadística da arquitetura...*, p.26.

As fortificações compostas por bastiões pentagonais passaram a constituir, portanto, o modelo capaz de oferecer maior resistência aos novos armamentos e táticas de guerra, sendo amplamente adotado a partir do século XVI, a partir da solução introduzida pelos irmãos italianos Giuliano da Sangallo e Antonio da Sangallo no Forte Nettuno, datada de 1501, na Itália, e depois utilizada por Antonio da Sangallo (*O Jovem*), em Civitavecchia.

Em consonância com as necessidades trazidas pela evolução dos armamentos, no terceiro capítulo – *Do castelo e bastiões e muros que convém a Lisboa*, o autor destaca a necessidade que Lisboa tem de “ser fortalecida de novo castelo e de muros e de torres, e portas e baluartes e de bastiões, ao modo das fortalezas modernas, que hoje se costumam por toda a cristandade, e se possível for cercada toda de novo e forte muro” (HOLANDA, 1984, fl.12r). As propostas apresentadas por Francisco de Holanda apresentam algumas das inovações desenvolvidas na Europa, e que resultam de sua experiência de dois anos na Itália, a serviço do

³⁶Essa questão está relacionada à existência de áreas desprotegidas nas fortificações com elementos retangulares e circulares, pela existência de um “ângulo morto”, ou seja, uma área que não era alcançada pela artilharia colocada nas torres próximas. A adoção do bastião em formato triangular, situado geralmente nos cantos das fortificações (ou ao longo das muralhas) permitiu a instalação de peças de artilharia e a defesa da cortina (paredes entre os baluartes) da muralha situada entre essas plataformas.

rei D. João III, para complementar sua educação no campo das Artes. Esta viagem, no entanto, pode ter tido como verdadeira motivação a averiguação das novidades no campo das fortificações nas principais cidades da península italiana, a partir da necessidade de renovação das estruturas defensivas existentes em Portugal, numa espécie de “pilhagem cultural de obras e ideias” (BUENO, 1990, p.81). A escolha de Holanda para a realização dessa tarefa estaria relacionada a sua lealdade à Casa de Avis e aos seus atributos artísticos, o que lhe permitia visitar as obras e recolher informações sobre elas sem levantar suspeitas. Em *Diálogos em Roma*, Holanda (1548 *apud* BUENO, 1990, p.81) explica como desenvolveu seu trabalho em Roma:

E o que me era sempre presente era o em que poderia servir com a minha arte a El-Rei nosso senhor, que me lá mandara, cuidando sempre comigo, como poderia roubar e trazer a Portugal roubados os primores e gentilezas de Itália, do contentamente de El-Rei e dos Infantes, e do Sereníssimo senhor Infante D. Luis.

Dizia eu: que fortaleza ou cidades estrangeiras não tenho eu ainda no meu livro? Que edifícios perpétuos e estátuas pesadas tem ainda esta cidade, que lhe eu já não tenha roubado e leve [...] em folhas leves? Que pintura de estuque ou grotesco se descobre por estas grutas e antiquilhas, assim de Roma, como de Puzol e de Baías, que se não ache o mais raro delas pelos meus cadernos riscados?

E assim não sabia eu cousa, nem antiga, nem moderna da pintura, ou da escultura, ou da arquitetura, de que não tomasse alguma lembrança do melhor dela, parecendo-me que estas eram os sumos benefícios e expectativas que comigo poda fazer, mais honrados e proveitosos e do serviço do meu rei, e do meu gosto. (1º Diálogo: 5-6.)

A abundância de desenhos relacionados às fortificações que compõem a obra *Os desenhos das Antiquilhas que vio Francisco d'Ollanda, pintor português*, realizado durante a permanência do artista na Itália constitui, segundo Gil (2002), uma evidência clara do propósito da viagem. A obra é composta por um conjunto de 118 desenhos e aquarelas, no qual estão retratadas as antiguidades de Roma e a nova arquitetura da Renascença, e que inclui desenhos de arquitetura religiosa e civil, esculturas e pinturas, mosaicos, vestuários e calçados, vistas panorâmicas, paisagens, relíquias, retratos e alegorias. No campo da arquitetura militar, merecem destaque os desenhos de fortalezas, como a fortaleza de *Civita Castellana* (FIGURA 10). Na opinião de Gil (2002), a minuciosidade do traçado dos desenhos que compõem o referido álbum revela descrições de aspectos concretos das fortalezas, como a disposição dos baluartes e as dimensões dos muros, mas frequentemente estes elementos não constituíam a parte principal das composições³⁷. No entanto, a autora sublinha que Holanda possuía um

³⁷ Segundo Gil (2002), em Pádua, Holanda retratou a basílica de Santo Antônio como o elemento principal, além de uma estátua equestre sobre seu pedestal. As cercas que envolvem a cidade parecem não ter importância, mas, segundo a autora, é curioso comparar a fidelidade do desenho da cerca em comparação ao desenho da basílica, este aparentemente feito de memória.

conhecimento apenas superficial da engenharia militar, e apresenta como evidência a heterogeneidade dos modelos recolhidos na referida obra, em que o autor mistura modelos inovadores com outras formas propriamente medievais.



Figura 10 – Francisco de Holanda. *La Rocca de Civita Castellana*, Lisboa, 1540. Desenho.

Fonte: SOUZA, Maria L.Z. **Um novo olhar sobre Da fábrica...**, p.327.

Assim, as fortificações construídas na Europa a partir do final do século XV exerceram importante influência nas propostas apresentadas por Holanda para a cidade de Lisboa, considerando-se que em Portugal ainda predominava o modelo medieval de fortificação do período manuelino. Como decorrência do intercâmbio cultural com a Itália, a construção de Mazagão em 1541 (FIGURA 11), que teve seu plano elaborado por Benedetto da Ravenna, arquiteto auxiliar de Leonardo da Vinci, acabou por constituir “o marco inaugural do abandono definitivo do tradicional sistema medieval de defesa” (BUENO, 1990, p.84). Esta técnica foi posteriormente utilizada em Diu, Damão, Baçaim e Salvador³⁸. No entanto, a adoção do modelo abaluartado no reinado de D. João III, se desenvolveu a um ritmo lento, com reformas pouco efetivas. Aliás, a construção de Mazagão coincidiu com o aumento das dificuldades de manutenção das praças marroquinas e a chegada de Francisco de Holanda da Itália, havendo que se considerar que, embora Holanda não tenha participado ativamente em seu desenho, com

³⁸ Estas mudanças só ocorrem a partir de 1540, em Mazagão e Ceuta, no norte de África, e Diu, na Índia, a partir da presença do arquiteto italiano Benedetto da Ravenna em Portugal e como resultado direto da queda de Agadir (1541), que acabou por revelar a necessidade de reforçar e atualizar as defesas.

certeza seu conhecimento influenciou sua concepção. Neste sentido, Souza (2011) afirma que o conhecimento de Francisco de Holanda sobre o tema deve ter servido de base para discussões em reuniões de especialistas, por ocasião do projeto de Mazagão e de outras reformas realizadas em Portugal, mas parece não haver documentação que comprove sua participação nestes projetos.

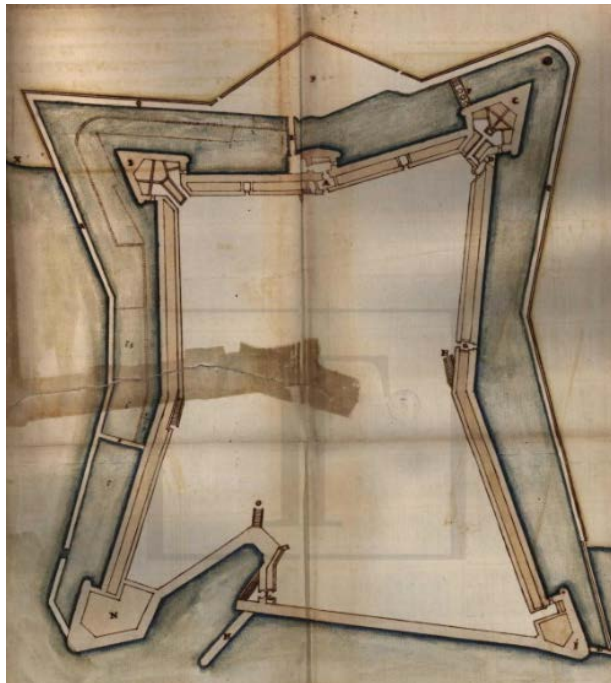


Figura 11 – Benedetto da Ravena. *Planta de Mazagão*, Lisboa, 1611.

Fonte: ASSUNÇÃO, Paulo. Mazagão: cidades em dois continentes. *arq.urb.* n.2, p.22-55, 2009.

Nas propostas apresentadas por Holanda para Lisboa em *Da fabrica...* é possível reconhecer a aplicação de alguns dos novos elementos da arquitetura militar. Na figura 12, é apresentada a “lembrança” de Holanda para os bastiões em formato aproximado ao “ás de espadas”, ainda que estes não apresentem os flancos completamente separados das paredes da muralha, e os muros em cota mais baixa em relação ao entorno, o que diminuiria a área da muralha exposta aos tiros.

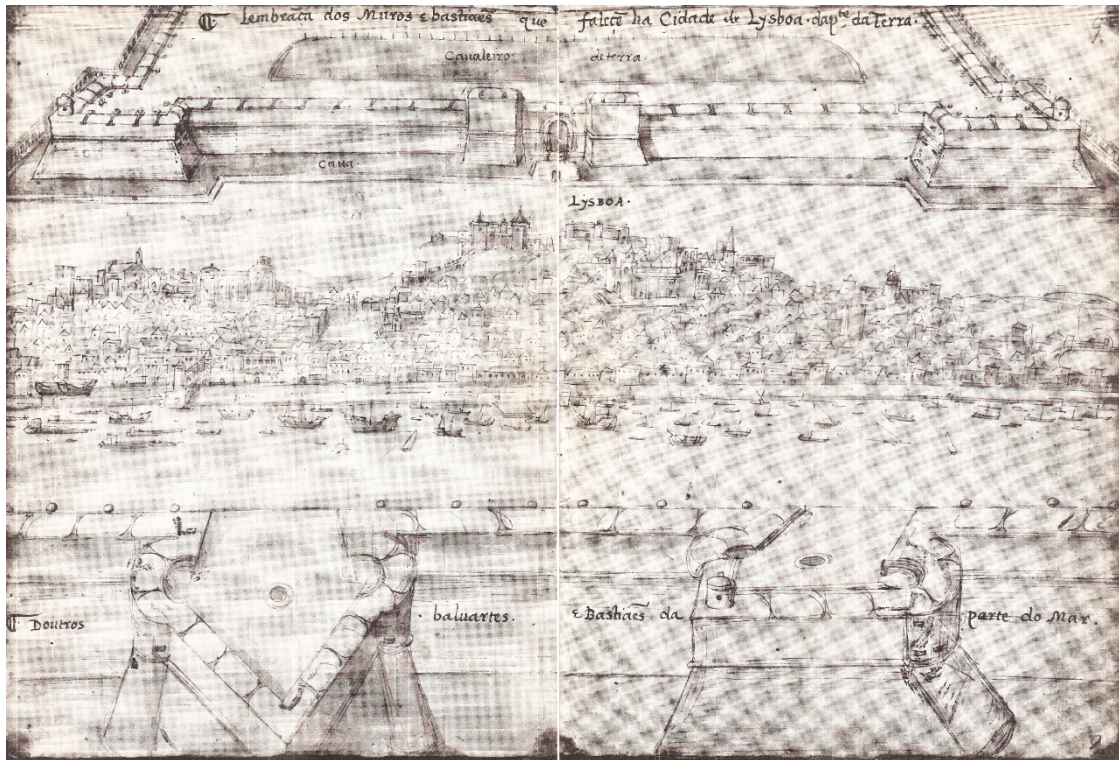


Figura 12 – Francisco de Holanda. *Lembrança dos muros e bastiões que falecem à cidade de Lisboa, da parte da terra – Vista panorâmica de Lisboa – Doutros baluarte e bastiões, da parte do mar*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x31cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.8v e fl.9r.

Outro aspecto de grande importância destacado por Holanda (1984, fl.7r) se refere ao material utilizado no bastião construído em Roma, que “não é feito de pedraria (como costumam fazer os que pouco de fortaleza entendem)”, mas de “tijolo cozido mui pequeno, e com mui pouca cal composto, em todos seus largos muros e reparos; e assim são feitas do mesmo tijolo e não de pedra, todas as melhores fortalezas da Itália; porque têm a pedra por obra mui fraca para a bateria das bombardas”.

Além dos bastiões e muros, Holanda julgava necessário que fosse construído em Lisboa um castelo fortificado (FIGURA 13), visto que,

uma coisa notei entre todas, nas cidades de Itália que são as mais fortes e inexpugnáveis da Europa. E é que não há nenhuma, desde a ínclita e nobilíssima cidade de Roma até a menor fortaleza de Civita Castellana, que não tenha um forte castelo ou fortaleza, a que eles chamam Roca, donde se recolham e defendam do inimigo no tempo da guerra (HOLANDA, 1984, fl.6v-7r).



Figura 13 – Francisco de Holanda. *Lembrança da montea do castello* – *Lembrança da planta do castello*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.9v.

Holanda (1984, fl.7v) questiona a ausência de fortaleza em Lisboa, comparando-a com outras importantes cidades: “Porque não terá Lisboa fortaleza pois que é tão nobre e presunçosa cidade, assim como tem Milão, Nápoles, Florença, Ancona, Treviso, Génova, Pesaro, Ferrara, Nice e outras menores cidades que ela, e que não dominam Oriente nem Poente, como Lisboa?”. Assim, “Vossa Alteza, muito sereníssimo Rei e Senhor, a deve de mandar fazer fortíssima e inexpugnável, em o lugar do Castelo Velho [...], metendo dentro dela o Monte de Nossa Senhora da Graça e o de Nossa Senhora do Monte, donde Lisboa se pode bater e tomar de cerco” (HOLANDA, 1984, fl.7v).

Na parte superior desta lembrança Holanda representa o morro do Castelo e seus arredores, sugerindo que esta área fosse protegida por uma cerca em formato hexagonal com bastiões pentagonais, destacada na parte inferior da página. No interior da cerca, se localizaria o castelo, em área demarcada levemente pelo autor, no desenho que ocupa a parte inferior da página. Esta proposta é seguida pelo desenho para a edificação (FIGURA 14), com planta em quadrilátero flanqueada por torres redondas.

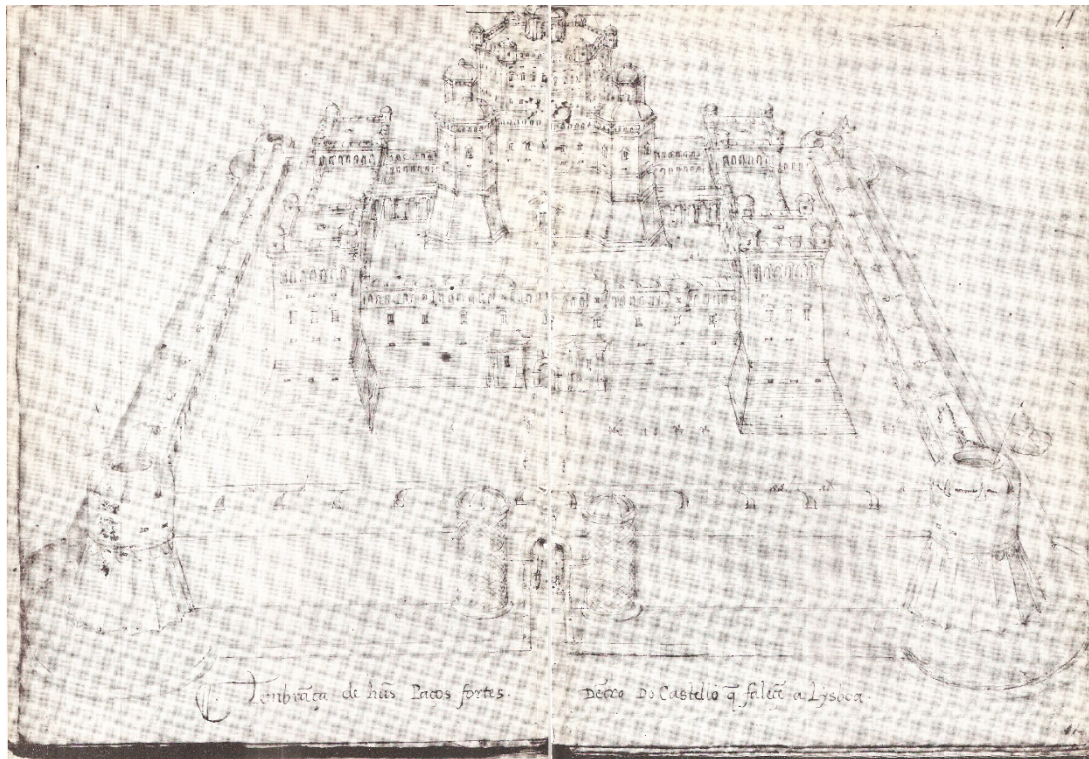


Figura 14 – Francisco de Holanda. *Lembranças de uns Paços fortes dentro do castelo, que falecem a Lisboa*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.10v e 11r.

É possível observar no desenho alguns elementos das fortificações modernas, como as canhoneiras nos torreões circulares e em todo o contorno da estrutura, a inclinação na base das torres e sua localização em cota mais baixa em relação ao entorno. A proposta apresenta uma alta complexidade, com fortificações sucessivas de planta quadrangular e torres nos cantos, até o elemento central com estrutura hexagonal e elemento circular em seu topo, que deveria corresponder à capela real, local de oração do rei “e no qual se materializava toda a representação simbólica da monarquia em íntima ligação com Deus” (DUARTE, 2007, p.53). Duarte (2007) realiza a transposição da perspectiva aérea de Holanda para a projeção vertical, localizando a estrutura proposta na fortaleza hexagonal com bastiões pentagonais sugerida por Holanda para ser construída na área do castelo, o que nos permite visualizar de forma sucessiva

as edificações propostas pelo autor quinhentista, inclusive a partir da visão da cidade (Figura 15).

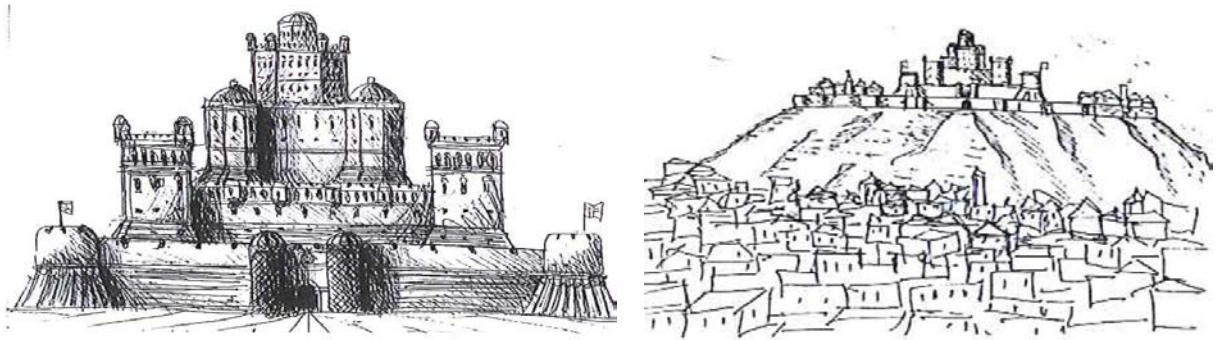


Figura 15 – Esquemas baseados nas propostas de Francisco de Holanda
Fonte: DUARTE, Eduardo. Francisco de Holanda e a “Fábrica” de Lisboa..., p.52-53.

Além disso, Holanda (1984, fl.7v) também associa, em seu texto, a ideia de castelo forte ao nome de S. Sebastião: “Pois que dizia El-Rei vosso avô quando Deus lhe deu o novo nome de S. Sebastião, que *bastião* queria dizer e significava castelo forte”. O autor também detalha o desenho das portas para a cidade de Lisboa e para a fortaleza-castelo (FIGURA 16).

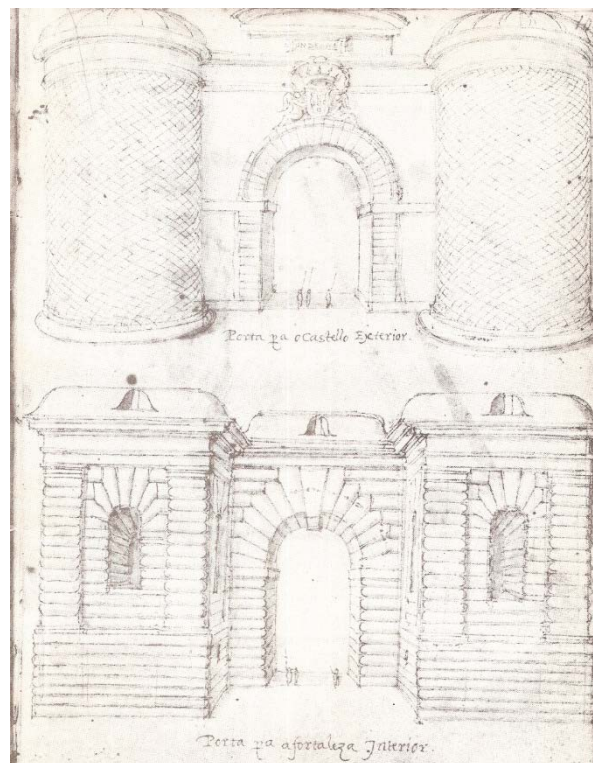


Figura 16 – Francisco de Holanda. *Porta para o castelo exterior* – *Porta para a fortaleza interior*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.10r.

É importante observar o elemento heráldico presente no alto da primeira porta do desenho apresentado anteriormente, o que reforça a mensagem do poder real, voltado para a cidade, bem como a dimensão das estruturas propostas, o que pode resultar de um exagero gráfico ou da falta de noção de escala do desenhador, bem como do aspecto escultórico das portas devido ao tratamento da pedra (DUARTE, 2007).

Holanda também realiza uma proposta para a Porta da Cruz (FIGURA 17), ladeada por duas torres quadradas com aberturas, merlões³⁹ e canhoneiras, com embasamento em pedra. As quatro aberturas localizadas em nível intermediário serviriam para acomodar peças de artilharia, resultando numa segurança adicional à entrada.

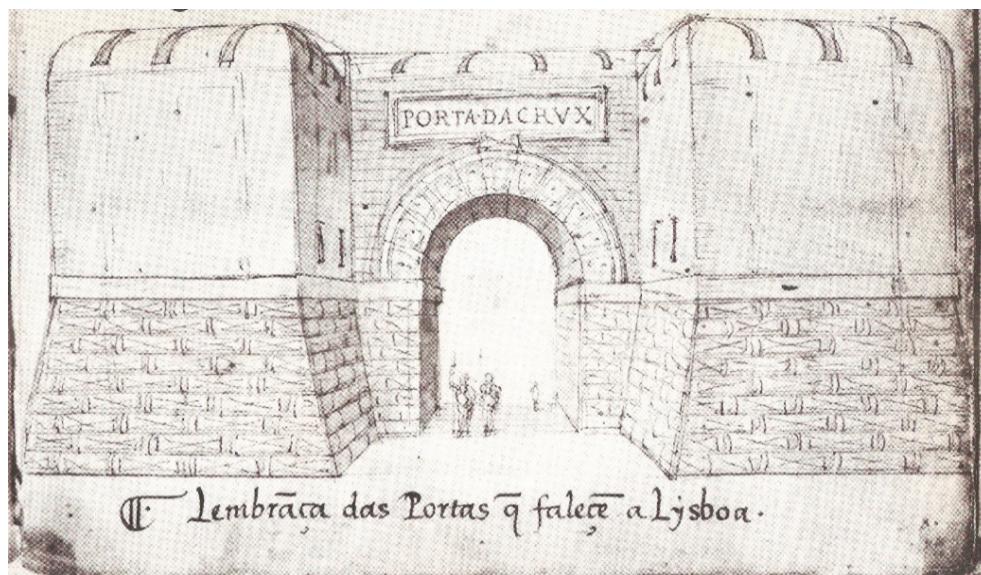


Figura 17 – Francisco de Holanda. *Lembrança das portas que falecem a Lisboa*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.8r.

É importante também destacar que Holanda (1984, fl. 12r) enfatiza a necessidade de novas obras, sem se descuidar de elogiar as obras dos reis anteriores, como da necessidade de novos bastiões, portas, baluartes, torres e muros, “ainda que os velhos que lhe fez El-Rei Dom Fernando sejam ao seu modo honestamente fortes pela boa argamassa e entulhos que tem (que foi a melhor obra que nenhum Rei fez em Lisboa depois das igrejas)”.

³⁹ Merlões correspondem à parte saliente do parapeito de uma edificação militar, se alternando com as áreas vazias (ameias), com o objetivo de proteger os arqueiros das flechas inimigas.

No capítulo 4 – *Da Fortaleza de Belém e São Julião e Baluartes*, Francisco de Holanda ressalta a necessidade da proteção da entrada do estuário do Tejo. Holanda representa, em vista, as margens direita e esquerda do estuário do Tejo, propondo o fortalecimento, reparo e acabamento das fortalezas de Belém e de São Julião⁴⁰ (FIGURA 18).

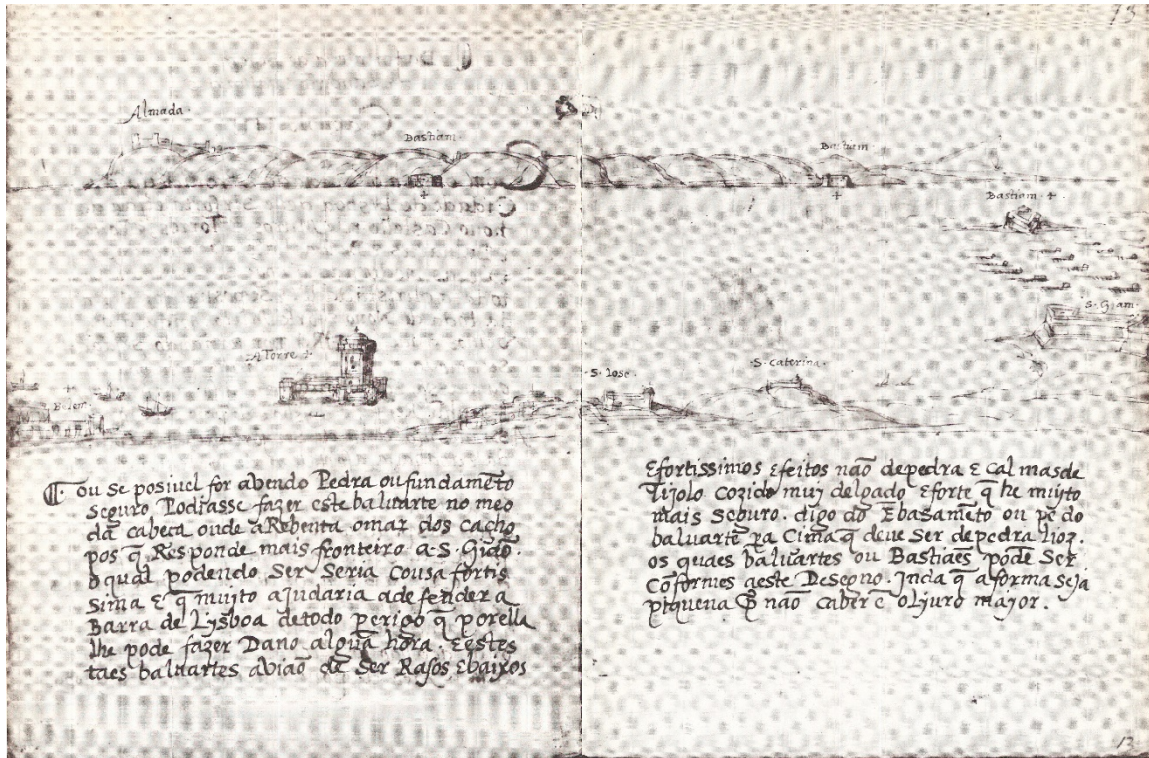


Figura 18 – Francisco de Holanda. *Perspectivas das margens e estuário do Tejo até S. Julião: Santa Catarina, São José, a Torre, Belém; Almada, Bastião (Porto Brandão), Bastião (Trafaria); Bastião (a meio da Barra)*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

fl.12v-13r.

Complementando este esquema, Holanda (1984, fl. 12v) propõe também a construção de dois bastiões na face sul da entrada do estuário do Tejo, e representados na porção superior do desenho reproduzido acima (FIGURA 19), e de um terceiro em sua área central: “havendo pedra ou fundamento seguro, podia-se fazer este baluarte no meio da cabeça, onde arrebenta o mar dos cachopos, que responde mais fronteiro a São Gião”⁴¹. Para a construção deste bastião

⁴⁰ A Fortaleza de São Julião constitui o exemplo mais significativo das dificuldades em relação à construção/manutenção das estruturas de defesa. Iniciada entre os anos de 1553 e 1556 por D. João III, foi considerada concluída pelo cardeal D. Henrique em 1568. No entanto, sua fragilidade foi evidenciada quando da invasão de Lisboa pelas tropas do Duque de Alba, o que demonstra o caráter assertivo das observações feitas por Holanda a D. Sebastião. Por conta da facilidade da invasão da fortaleza de S. Julião, Filipe I ordenou sua ampliação, de modo a transformá-la na maior fortaleza marítima portuguesa, concluída nos primeiros anos de Seiscentos.

⁴¹ Cachopos e Cabeça Seca são as denominações dadas às áreas formadas pelo lento processo de deposição de elementos trazidos pelo rio Tejo, inclusive areia, submersas ou não.

(FIGURA 20), Holanda (1984, fl.12v-13r) recomendava que “haviam de ser rasos e baixos e fortíssimos e feitos não de pedra e cal, mas de tijolo cozido mui delgado e forte, que é muito mais seguro. Digo do embasamento ou pé do baluarte para cima, que deve ser de pedra lioz”. Este bastião apresenta também três níveis de canhoneiras: na parte inferior, intermediária e na parte superior da estrutura.

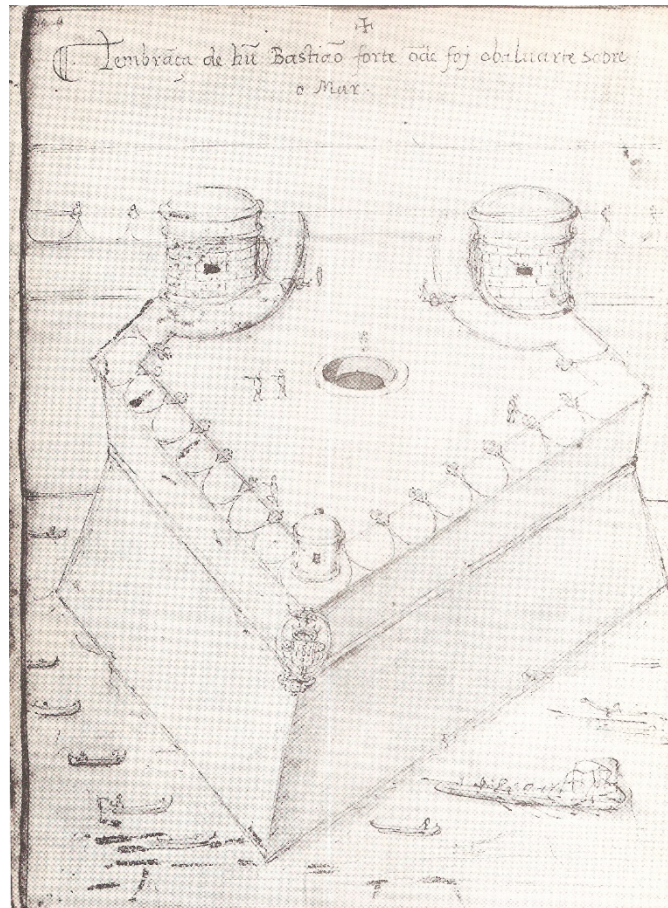


Figura 19 – Francisco de Holanda. *Lembrança de um bastião forte onde foi o baluarte sobre o mar*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.11v.



Figura 20 – Francisco de Holanda. *Lembrança do bastião nos cachopos*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.13v.

Neste capítulo, a proposta inclui o aproveitamento das estruturas de um plano de defesa elaborado por D. João II para a cidade, que envolvia a construção de três torres – Torre de Cascais, Torre Velha e Torre de São Vicente de Belém – numa área de estreitamento do Tejo, nas faces sul e norte, respectivamente, de forma a controlar o tráfego portuário e levar a cabo um cruzamento de fogos com reduzidas zonas mortas, se necessário⁴². Esse sistema contava ainda com uma nau fundeada a meio do Tejo, que complementava provisoriamente as baterias de terra. Esta proposta de fortificação da barra do Tejo apresentada por Holanda constituiu a base dos projetos executados nos anos seguintes. Em 1578, D. Sebastião ordenou a construção

⁴² Segundo Gil (2002), a construção da Torre Velha é datada de 1481 e consiste em uma maciça torre quadrangular com baluarte, que serviu de protótipo à tipologia desenvolvida na Torre de Belém, construída no período manuelino. Para além desses aspectos, é interessante atentar para as denominações assumidas por essas fortificações: a Torre Velha – designada Fortaleza de São Sebastião da Caparica a partir da ampliação de 1575, dedicada ao patrono contra a peste (e as feridas de setas) e a Torre de São Vicente de Belém, dedicada ao protetor de Lisboa.

de uma fortificação nos cachopos, então denominada Torre do Bugio ou Forte de São Lourenço da Cabeça Seca. Devido à delicada situação do reino após as mortes de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique, a defesa de Lisboa foi reforçada de forma provisória (com terra e madeira) nos locais previstos por Holanda, mas a facilidade da invasão da cidade pelas tropas do duque de Alba acabou por demonstrar a fragilidade de sua estrutura defensiva. No período filipino, as obras realizadas apresentaram pequenas variações em relação ao proposto por Holanda (GIL, 2002).

Tais fatos mostram de forma clara as intenções subjacentes ao texto de Francisco de Holanda, na medida em que o consideramos como uma obra que objetivava chamar a atenção de D. Sebastião para a realidade do reino continental, inserido em um contexto marcado pelo “equilíbrio de forças” e pelos conflitos entre as diversas potências europeias. Assim, a resolução das questões defensivas adquiria uma urgência que seria reforçada pelos acontecimentos subsequentes. Da mesma forma, as propostas de Holanda estavam relacionadas a elementos perfeitamente inseridos na dinâmica de centralização do poder, que avançava em Portugal desde o reinado de D. João II, e em toda a Europa ao longo do século XVI. As necessidades defensivas, o embelezamento e a melhoria das cidades, o acirramento das questões religiosas e o desenvolvimento das relações diplomáticas seriam alguns dos aspectos que marcam o período, como destaca Anderson (2004, p.37): “exército, burocracia, diplomacia e dinastia continuaram a ser um complexo feudal fortalecido que governava o conjunto da máquina de Estado e guiava os seus destinos”.

Assim, no quinto capítulo – *Dos Paços de Enxobregas e Parque*, Holanda (1984, fl.15r) passa a tratar da necessidade de construção de uma residência real:

e que Vossa Alteza não tem nesta cidade nem (estou em dizer) em todo o seu Reino, umas casas ou Paços nem para viver solteiro, nem para descansar sendo casado, podendo ter as melhores do mundo [...] pode Vossa Alteza e deve ter uns ilustres Paços, dentro em a fortaleza que digo; com uma capela pintada, e com salas e câmaras de estuque ou pintadas sobre bordo, ou a fresco: como é costume dos Reis antigos e modernos.

Holanda (1984, fl.15v) também apresenta como alternativa a D. Sebastião a conclusão das obras do Paço de Enxobregas, iniciadas por seu avô:

E se lhe parecer muito ter dobrados Paços, ou ser pesada Lisboa, de ser amigo da liberdade do campo e da caça do monte; acabe Vossa Alteza os Paços de Enxobregas que são muito para isso; e se tiver saudade do monte e da caça (em quanto é obrigado a ter conta com Lisboa e com sua corte) cerque meia légua de terra dali até Chelas e até além de S. Bento e faça um parque; com muitos porcos, e veados, e aves, e matas, e arvoredos, e fontes, e casas de prazer muito melhores que as que fez em Fontainebleau o Rei de França; que tudo pode ter dentro.

O Paço de Enxobregas a que Holanda se refere é denominado por outros autores como Paço de Xábregas, e se localizava nas proximidades de Lisboa, onde “têm melhor sítio e mais real que Santos e muito mais escolhido e livre que todos os outros de Lisboa, e fora das importunações dela” (HOLANDA, fl.16r). Sua construção havia sido iniciada por D. João III no ano de 1556, em um local próximo a um antigo paço que remontava ao século XIV, mas que estava destruído, mas foi interrompida após a morte do rei. Assim, Holanda apresentava a D. Sebastião uma proposta de conclusão dos referidos paços, conforme a “lembrança” abaixo (FIGURA 21):

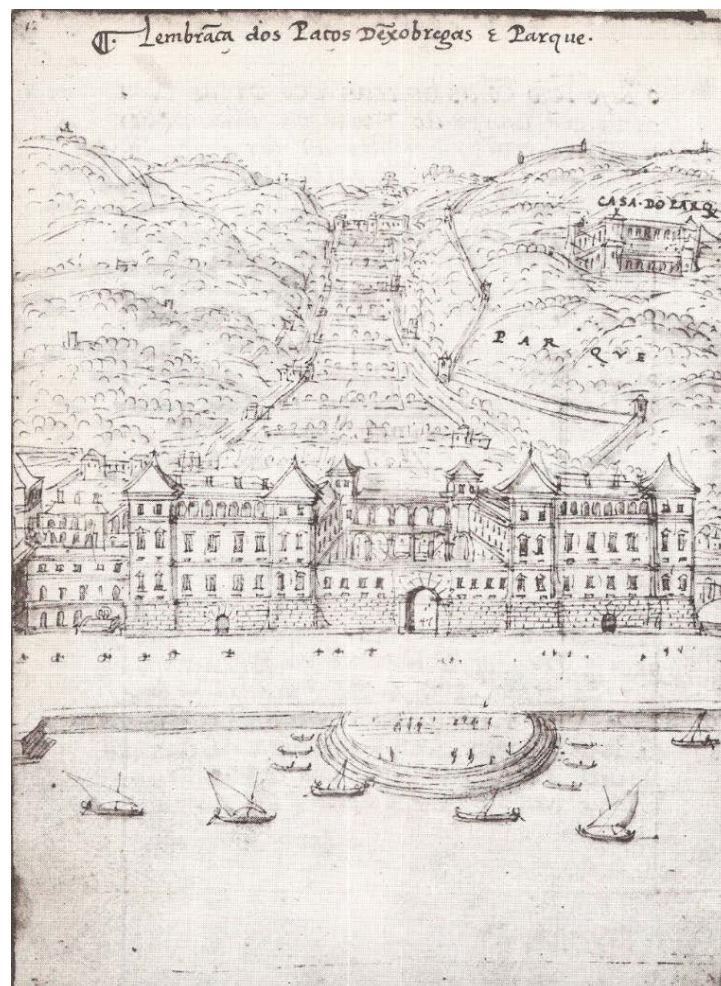


Figura 21 – Francisco de Holanda. *Lembrança dos Paços de Enxobregas e Parque*, Lisboa, 1571. Desenho, 20,6x30cm.
 Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa.** Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.16v.

Francisco de Holanda demonstra também grande conhecimento das atividades desenvolvidas por D. Sebastião ao abordar a possibilidade de o rei exercer a caça no dito

palácio, se concluído. Hermann (1998, p.82) afirma que em correspondências do período consta que o mal estar apresentado por D. Sebastião em fins de 1564 se deveu ao frio e à intensidade dos exercícios de caça, sendo conhecida a “violência das práticas desportivas do rei como uma característica de seu empenho em preparar-se para a arte da guerra”.

Neste contexto de afirmação do poder real, nada mais natural para alguém que possuía uma formação no campo das artes e a experiência italiana, como Francisco de Holanda, abordar a necessidade de agregar elementos que conferissem ao monarca essa condição. Assim, fazia sentido para o artista a utilização de diversos recursos, em especial a arquitetura como forma de expressão do fausto e do poder. Para tanto, Holanda se utiliza do exemplo de *Fontainebleau* e do rei francês para convencer D. Sebastião de que este necessitava de novos paços, a seu modo de dizer, mais condizentes com a posição ocupada pelo rei. Melhor exemplo seria difícil de encontrar, dado o modo de construção, pelos franceses, do poder pela imagem do rei. Neste sentido, há que se ressaltar que a galeria de Francisco I da França em *Fontainebleau*, concluída em 1539, constitui um importante exemplo da afirmação do poder régio pela representação de certos mitos, símbolos e alegorias, construindo um discurso retórico de fortalecimento da monarquia francesa⁴³.

No sexto capítulo – *Da água livre*, Holanda (1984, fl.17r) aponta os problemas de abastecimento de água em Lisboa, sugerindo que fosse feito como em Cartago e Roma e outras cidades antigas, que “depois dos templos e das fortalezas e muros, e paços, a coisa em que mais se esmeraram foi em o trazer as fontes das águas por grandes arcos e canos, e condutos às suas cidades”:

E Lisboa, onde todos bebem água, não tem mais que um estreito chafariz para tanta gente, e outro para os cavalos. Por ventura é menos Lisboa que Mérida colônia que trazia, passando-lhe o Diana pelos muros, as suas águas pelos altíssimos arcos que ainda hoje parecem? É menos que Segóvia, onde hoje em dia se vêem os dobrados arcos uns sobre os outros, de pedraria mui forte? É menos nobre que Cartago?

No trecho destacado acima é possível observar, de forma bastante clara, a influência das referências da Antiguidade sobre os artistas durante o Renascimento. As três referências feitas por Holanda correspondem ao aqueduto romano construído em *Augusta Emérita*, com 25m de altura; o de Segóvia, na atual Espanha, construído no século I d.C., com 162 arcos dispostos em duas ordens, com altura máxima de 28m; e o aqueduto de Cartago, considerado o maior aqueduto construído na época romana, trazendo água para a cidade de uma distância de 141km.

⁴³ Esta galeria fazia a ligação entre os aposentos reais e a antiga Capela da Trindade e foi criada após a derrota militar em Pavia e o cativo de Francisco I em Madri (1525-1526). Foi decorada pelos pintores italianos Rosso Fiorentino e Francesco Primaticcio entre os anos de 1533 e 1539.

No caso de Lisboa, a solução proposta por Holanda (1984, fl.17v) era “trazer a Lisboa Água Livre que de duas léguas dela trouxeram os Romanos a ela, por condutos debaixo da terra subterrâneos”. Dessa forma, que “ganhe Vossa Alteza esta honra de fazer este benefício a Lisboa (ou lho faça fazer) de restituir esta fonte de Água Livre, que assim se chama, a esta cidade que morre de sede, e não lhe dão água” (HOLANDA, 1984, fl.18r). A *lembrança* apresentada por Holanda (1984, fl.18r) consiste em uma fonte para trazer água ao Rossio, constituída “por quatro elefantes, ao modo deste desenho, que El-Rei muito desejou fazer antes de sua morte, e o Infante Dom Luis me disse que desejava trazer-se esta água à Ribeira para a tomarem as naus da Índia, sequer por um dos elefantes”, como apresentado nas Figuras 22 e 23.



Figura 22 – Francisco de Holanda. *Lembrança da Fonte para as Naus na Ribeira*, Lisboa, 1571. Desenho.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.18r.



Figura 23 – Francisco de Holanda. *Da Fonte e lago de Água Livre – Lembrança da fonte de água trazida ao Rossio*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.18v.

A formação italianizante de Holanda se revela de forma bastante clara nestas duas *lembranças*, nas quais o autor utiliza a iconografia do elefante branco Annone, doado ao papa Leão X por D. Manuel na célebre embaixada de 1514, e eternizado na fonte de autoria de Giovanni da Udine, discípulo de Rafael, construída na Villa Madama (Villa Médicis), em Roma. Além disso, a iconografia é claramente imperial, fazendo todo o sentido na capital de um país que havia descoberto e conquistado a Índia e o Oriente, sendo estes paquidermes o símbolo das vitórias militares, desde a Antiguidade.

O tema escolhido para o capítulo sete – *Das pontes e calçadas públicas de Lisboa*, corresponde, segundo o autor, à responsabilidade dos reis e imperadores, devendo ser dado “o cuidado destas empresas e obras de Lisboa a quem as entenda sem escasseza e a quem se preze

delas; assim como fizeram os grandes Imperadores, dando o seu cuidado e ofício a grandes pessoas” (HOLANDA, 1984, fl.20r). Assim, tendo como exemplo a Ponte de Alcântara (Figura 24), “devem ser edificadas novas pontes, ou reedificadas as que fizeram os Romanos ao redor de Lisboa, como a de Sacavém e outras” (HOLANDA, 1984, fl.20r) (Figura 25).



Figura 24 – Francisco de Holanda. *Vista da ponte com o arco e o templo* (Ponte de Alcântara), Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm. Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.22r

⁴⁴ A Ponte de Alcântara está localizada na cidade de mesmo nome, na Espanha, e foi construída por volta do ano 106, sustentando-se sobre seis arcos com vãos de 57m de altura, que cobrem uma extensão de 194m sobre o rio Tejo. A Ponte de Sacavém foi construída entre os séculos II a.C. e I d.C., em área que compunha o município de Lisboa e tem quinze arcos de volta perfeita.

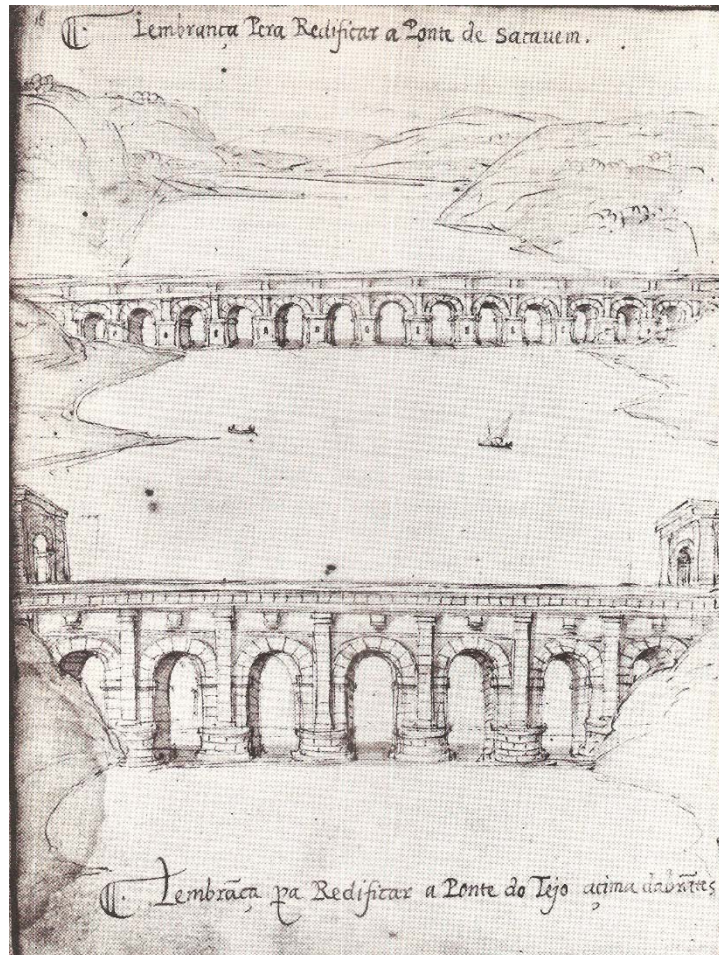


Figura 25 – Francisco de Holanda. *Lembrança para reedificar a Ponte de Sacavém – Lembrança para reedificar a Ponte do Tejo acima d’Abrantes*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm. Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.22v.

O autor usa como argumento a facilidade de locomoção da corte em direção a outras localidades, provendo Lisboa de melhores ligações com o restante do reino por via terrestre. É importante também considerar que a edificação e melhoria de pontes constitui uma das principais obras desenvolvidas nas cidades neste período, sendo bastante comuns a substituição das pontes de madeira por outras construídas em arcos com tijolos.

Holanda (1984, fl.20r) trata também da necessidade de reparar as estradas “de que Lisboa está tão descalça”, utilizando como argumento o cuidado que os antigos tinham com este aspecto: “a maior obra que os homens antigos fizeram nem os modernos farão, são as calçadas de pedra preta que eles chamavam *scilice* que de todo o mundo iam parar como em centro no meio da praça de Roma a-par do Coliseu ou Anfiteatro”.

Nos capítulos finais, a obra de Francisco de Holanda assume um aspecto fortemente religioso, profundamente influenciado pelo momento histórico que se vivia em Portugal, com o pleno alcance das resoluções conciliares e uma extrema atitude de fiscalização e domínio dos preceitos religiosos. É possível perceber o tom confessional adotado pelo autor e o extremo cuidado com a utilização de uma simbologia religiosa a partir da arte, da arquitetura e dos elementos urbanos. Assim, o Capítulo 8 trata *Das Cruzes e Miliários* “que se põem em os caminhos e lugares públicos, tirando as de pau quebradas e velhas, e que muitas vezes ficam sem ser o que são com os braços quebrados” (HOLANDA, 1984, fl.23r). A referência proposta por Holanda (1984, fl.23v) se baseava na forma de fazer dos romanos, que “costumavam eles a pôr de légua a légua uma coluna ou pedra com letras que dizia em latim as léguas para saberem ser encaminhados os caminhantes, [...] e para não errarem os caminhos” (FIGURA 26).

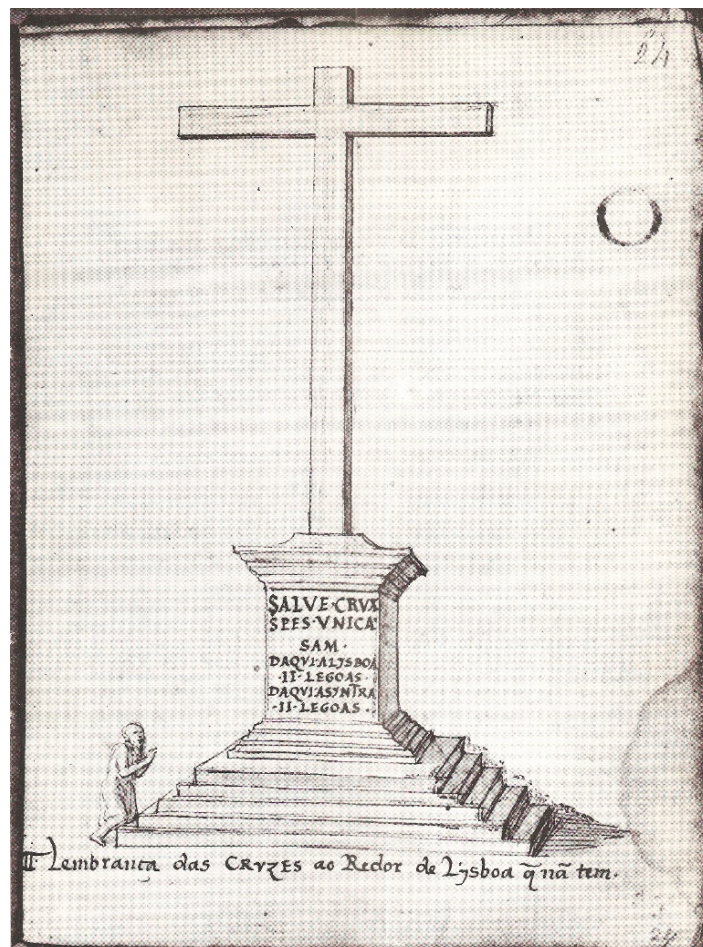


Figura 26 – Francisco de Holanda. *Lembrança das cruzes ao redor de Lisboa, que não tem*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.24r.

Holanda (1984, fl.24v) também sugere a construção de colunas com inscrições, denominadas cipos (FIGURA 27) “em louvor e memória do verdadeiro Sol de justiça, Jesus Cristo, e da verdadeira e sempre cheia de graça Santa Maria Nossa Senhora”, como faziam os romanos na foz do rio de Colares⁴⁵, “sobre um pequeno outeiro junto do mar Oceano, um círculo ao redor cheio de cipós e memórias dos imperadores de Roma que vieram àquele lugar; e cada um punha um cipó com seu letreiro ao Sol Eterno e à Lua, a quem aquele promontório foi dos gentios dedicado”.



Figura 27 – Francisco de Holanda. *Cipos. Na costa do mar Oceano na foz do rio de Colares*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa.** Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.25r.

⁴⁵ Segundo SOUZA (2011), Holanda se refere ao atual Rio das Maças, no território de Sintra, onde inscrições romanas documentam a existência de um santuário dedicado ao Sol e à Lua.

O capítulo 10 – *Da Igreja de S. Sebastião*, é dedicado à afirmação da necessidade de uma igreja dedicada a este santo, por dois principais motivos: proteger Lisboa, “guardando-a quarenta anos da peste” e “por que nos tem dado seu glorioso e novo nome tão milagrosamente a vós, Senhor e Rei Nosso Dom Sebastião, como um bastião e castelo forte contra nossos inimigos” (HOLANDA, 1984, fl.25v). Esta igreja, cujas obras já haviam se iniciado, estaria ligada ao Paço da Ribeira por uma varanda e sua construção tinha como objetivo recolher duas relíquias do referido santo: o braço entregue por Carlos V ao rei D. João III, furtado de uma igreja de Milão durante o saque de Roma, e uma das setas do martírio enviada pelo papa Gregório XIII a D. Sebastião. O valor destas relíquias estava associado ao fato de que o santo era o protetor da peste, funcionando então como um instrumento profilático, aspecto reforçado pelo Concílio de Trento, que reafirmou a presença física e integral dos santos, mesmo nos menores fragmentos, e o poder milagroso dos seus corpos.

Holanda (1984, fl.26r) ressalta que, apesar de não ter sido convidado a opinar na obra já iniciada – “já que eu não lembro a Vossa Alteza nem a Lisboa, nem lembrei, nem para o escolher do sítio, nem para fazer o desenho da traça ou arquitectura, nem para lhe escolher o mestre (como homem havido por inútil), sendo tudo isso meu ofício” – espera que não se esqueçam das pinturas e imagens:

Por que saiba Vossa Alteza certo e os que governam Lisboa, que ainda que as paredes sejam de mármore ou de prata desta nova Igreja, que se as imagens e a pintura e o ornamento forem tão pouco escolhidas, e por quem tão pouco disso entende como se costuma; que toda obra será imperfeita e indigna de tão glorioso santo como é a que se faz, e de tão excelentíssimo Rei como é o que manda fazer, e indigna também de tão ilustre cidade como é a que a faz.

Esta afirmação de Francisco de Holanda demonstra claramente a preponderância do pensamento contrarreformista em relação à função da arte neste período, destinada a elevar a religião a que servia e a promover uma assistência à oração e ao fortalecimento da fé (MULLETT, 1984). Segundo Pereira (1997, p.392), as pinturas e a imaginária sacra passaram a constituir “um veículo privilegiado de catequização sistemática, sujeita a um controle absoluto do ponto de vista da ortodoxia”, visando à clareza e à exatidão nas representações. Assim, a pintura devia ser pedagógica, “mostrar com retórica evidência e apelar à lembrança e celebração dos mistérios da redenção [...], as Imagens devem ser exemplares no seu conteúdo e na sua capacidade apelativa” (PEREIRA, 1980, p.49). Dessa forma, nos parece natural a preocupação de Holanda com a imaginária, pintura e ornamentos da referida igreja, de tal forma que esta se tornaria “imperfeita e indigna” do santo devocionado se não fossem observados estes aspectos.

Holanda sugere, então, o desenho de uma grade (Figuras 28 e 29),

que muito importa ter a Igreja ao redor, assim por sua magestade e ornamento, como para se defender dos muitos casos a que está aquela santa casa disposta a sofrer e a padecer do povo, somente por estar no lugar em que foi situada; que ainda que muitas coisas tem boas (por não ser dos que tudo tacham), esta parece que se não viu de longe; a qual é grande se não se remediar com esta grade de metal ou de mármore que aqui lembro (HOLANDA, 1984, fl.26v-27r).

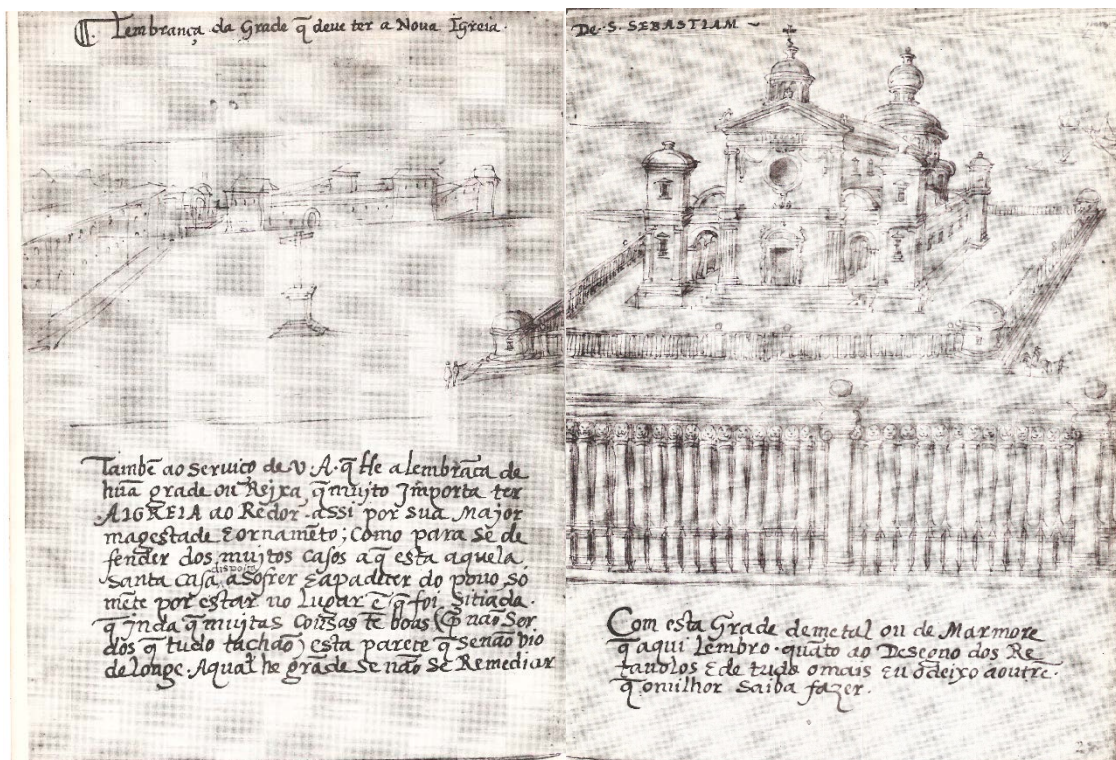


Figura 28 – Francisco de Holanda. *Lembrança da grade que deve ter a nova igreja de São Sebastião*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.26v-27r.

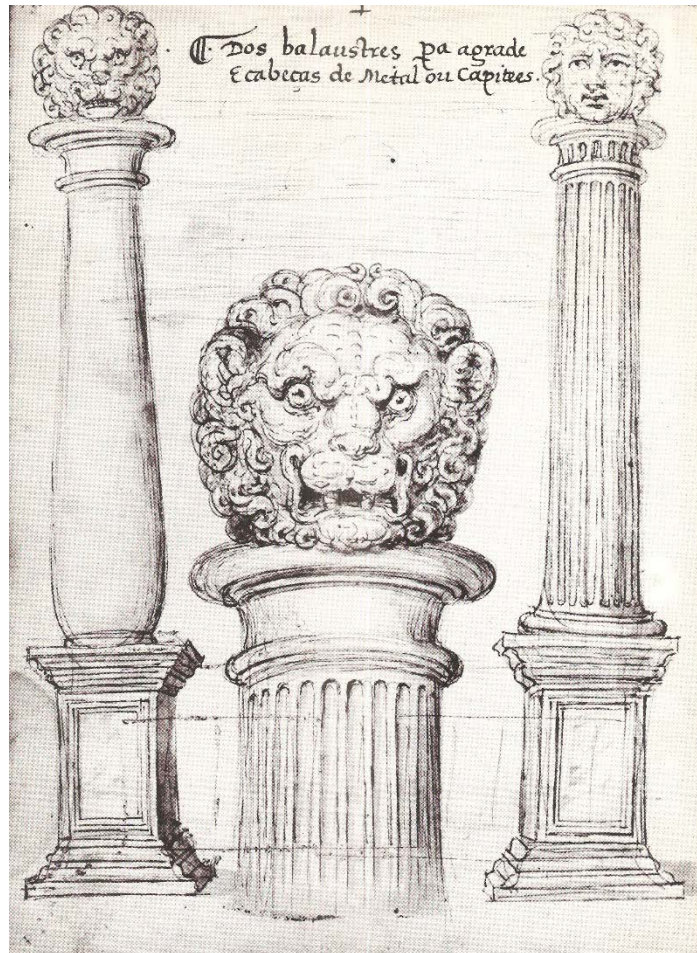


Figura 29 – Francisco de Holanda. *Dos balaustres para a grade e cabeças de metal ou capitéis*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa.** Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.27v.

Esta grade teria, portanto, a função de demarcar o espaço da Igreja dentro do Terreiro do Paço, o que constitui um aspecto importante por se tratar da inserção de um novo elemento em um espaço preexistente, ao mesmo tempo em que objetivava a proteção física do edifício, o que se pode depreender da colocação de guaritas nas extremidades do edifício. A escolha do local para sua implantação, portanto, não parecia agradar ao artista, muito provavelmente por conta do ajuntamento de uma população bastante heterogênea, que incluía escravos, mercadores e pessoas ligadas à manutenção dos navios.

Os dois últimos capítulos do manuscrito tratam *Da Capela em louvor do S. Sacramento* e *Da Custódia do S. Sacramento*, em quatro desenhos sucessivos do exterior do edifício ao interior da capela, ao sacrário e à referida custódia, e que corresponde ao “último serviço que é

de maior importância que todos os que até aqui tenho lembrado” (HOLANDA, 1984, fl.28v). Segundo Holanda (1984, fl.29r), sua construção consistia em uma obrigação do rei porque “quanto mais os pecadores querem abater e aniquilar a honra do altíssimo Deus, que nunca podem, nem puderam, nem possam fazer, tanto mais os justos e católicos reis (que estão em seu lugar no mundo para acudir por sua honra) a devem de acrescentar e levantar, magnificar e engrandecer”, devendo ser “de ser de obra e pedras ilustradas, e de ouro, e prata, e pintura, e arquitectura, a mais escolhida e eminente que haja na Igreja de Deus (e se não, não se faça)” e que o rei dever fazer “novo e maravilhoso retábulo e novas sepulturas para seu bem aventurado jazigo, daqui a muitos anos”.

Holanda escolhe o círculo como a forma principal, tanto para a construção da capela quanto dos elementos interiores (FIGURAS 30 e 31).

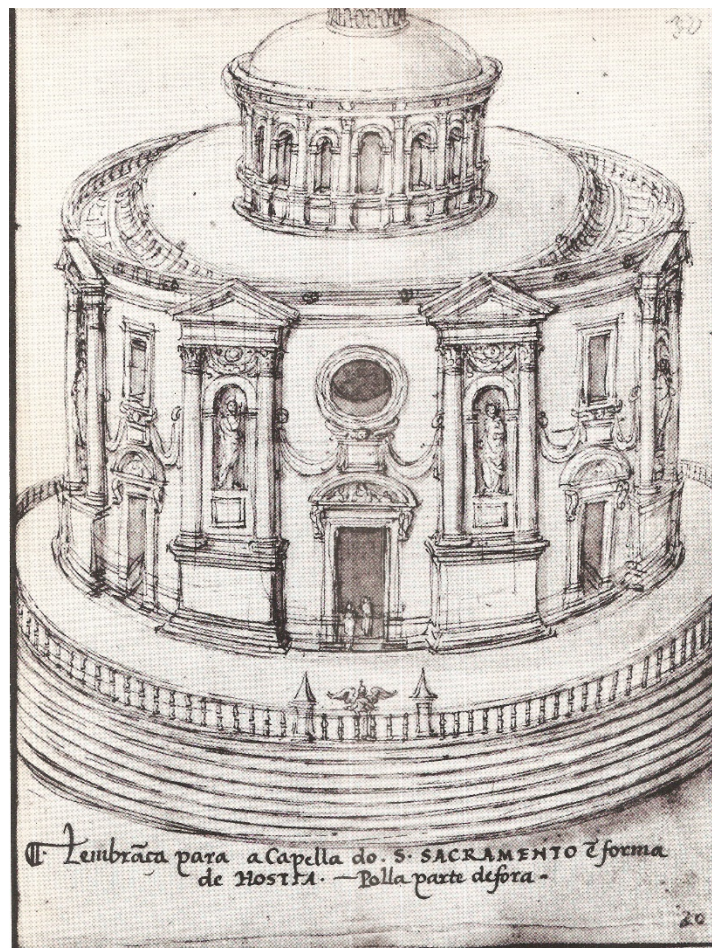


Figura 30 – Francisco de Holanda. *Lembrança para a capela do S. Sacramento em forma de Hóstia. Pela parte de fora*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.30r.

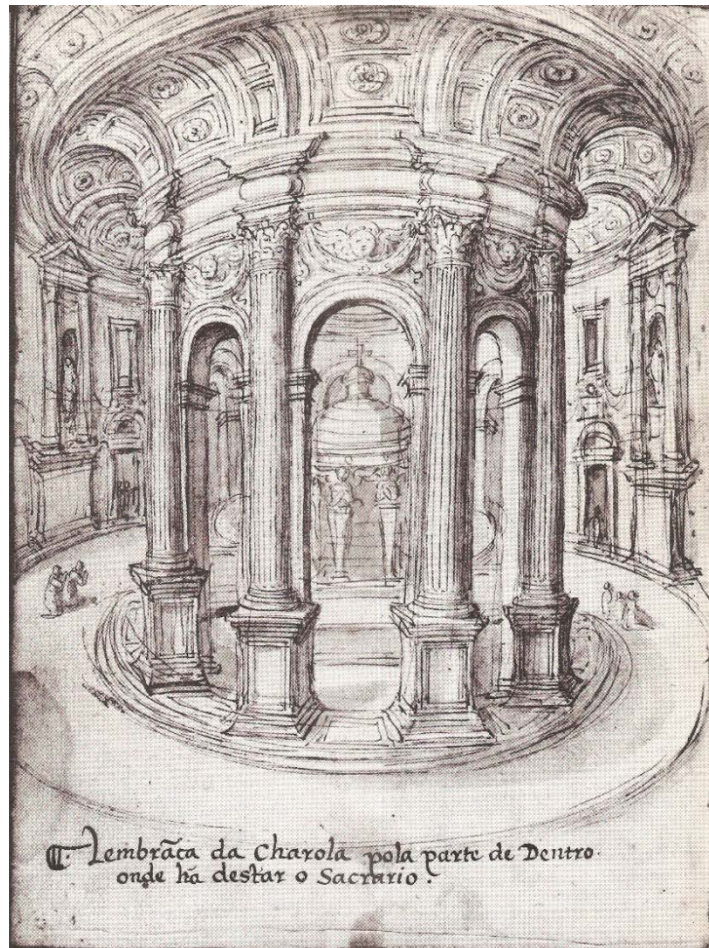


Figura 31 – Francisco de Holanda. *Lembrança da charola pela parte de dentro, onde há-de estar o Sacrário*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.30v.

Esta forma foi amplamente adotada para a construção de templos na Antiguidade, bem como durante o século XVI no Renascimento italiano, apesar das necessidades litúrgicas de estrutura longitudinal. No período posterior ao Concílio de Trento, a forma circular perde força por conta de sua conotação fortemente pagã e ocorre a associação entre a planta longitudinal e a imagem de Cristo crucificado, sendo esta a forma que passa a predominar na construção das novas igrejas. Na proposta apresentada por Holanda, podemos observar também o aspecto escultórico da fachada externa, com a presença de nichos, colunas, estátuas de santos, frontões, portais, que se repetem em seu interior. Aliás, uma das mais fecundas consequências do Concílio de Trento foi o reforço da Iconografia, de forma que a Igreja recomendava aos fiéis a veneração das imagens, com o objetivo de mover as pessoas à piedade e à devoção.

A proposta da *Custódia do Santíssimo Sacramento* (FIGURAS 32 e 33) é introduzida com a consideração de que, apesar de este ser “mui pobre e estreito”, o autor pede a Deus que o perdoe por “me atrever fazer-lhe tão fraco desenho para Custódia do seu preciosíssimo corpo a que tanto devem” (HOLANDA, 1984, fl.31r).

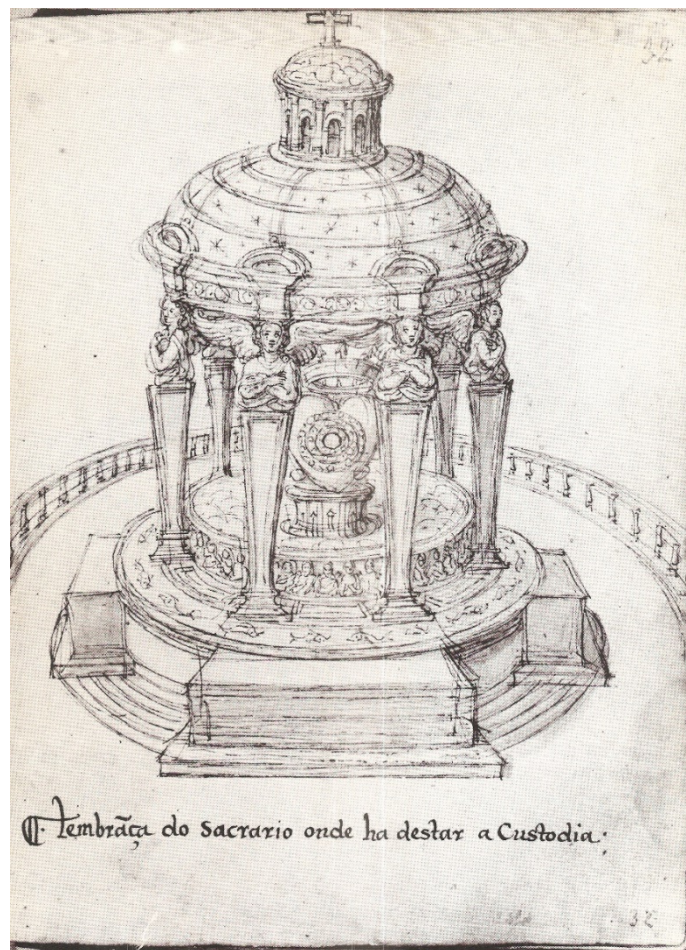


Figura 32 – Francisco de Holanda. *Lembrança do Sacrário onde há-de estar a Custódia*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.

Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. fl.32r.

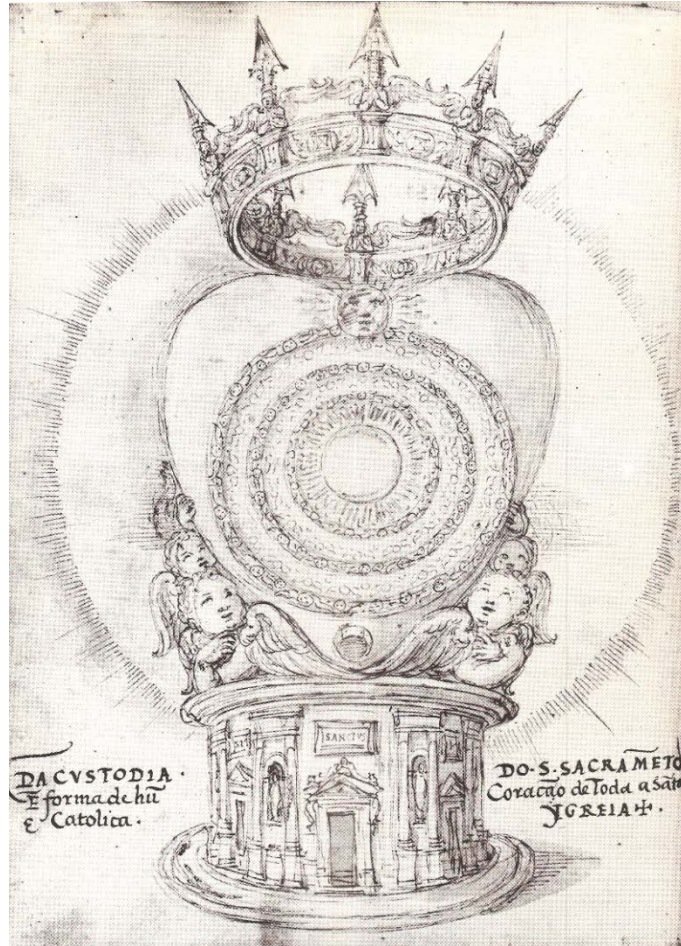


Figura 33 – Francisco de Holanda. *Da Custódia do S. Sacramento em forma de um coração de toda a santa e católica Igreja*, Lisboa, 1571. Desenho. 20,6x30,5cm.
 Fonte: Reprodução digital da edição de HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. Fl.32v.

Holanda (1984, fl.28v-29r), no entanto, esclarece que a construção da referida Capela deve ser a última das obras do rei:

Depois que Vossa Alteza, muito sereníssimo Rei e Senhor, tiver feito em Nosso Senhor Deus, mais que em pedra e cal, fortaleza e castelo, portas e muros à cidade antiga de Ulisses, chamada por Júlio César, quando a ela veio, Foelicitas Julii Olisippo; depois que a tiver fortalecida, ornada e fermosentado com seus paços como disse, depois de a ter recreado com rios e novas fontes, trazendo a ela Água Livre; depois de a ter encaminhado e aos que a ela vêm com vias e estradas e pontes; depois de a ter limitado com marmóreas e altas Cruzes em as metas dos caminhos; quieto este Reino de todo, a Índia conservada, e África já vencida: justo será que Vossa Alteza faça o último edifício de sua memória, edificando em glória e honra do Santíssimo Sacramento uma magnífica capela.

Holanda reforça, assim, o desejo de paz no reino, que dependia, obviamente, da maior atenção do monarca ao que acontecia no continente e no restante do império ultramarino, e não apenas no Marrocos. Podemos mesmo afirmar que, com o conhecimento adquirido na Itália e toda uma vivência na corte portuguesa, Holanda conseguisse ver de forma bastante clara os caminhos que D. Sebastião estava a percorrer e intuisse a necessidade de preservar Lisboa como forma de preservar todo o Reino. Com esta obra, o autor, portanto, advertia o rei do contexto que se formava e chamava a atenção para a construção de uma cidade capaz de garantir a segurança do reino e do Império, que demonstrasse o poder do rei e que refletisse também os princípios cristãos que norteavam a sociedade.

O Objeto de Aprendizagem aqui apresentado e elaborado no âmbito do Mestrado Profissional em História Ibérica da UNIFAL-MG consiste em um recurso virtual direcionado aos alunos dos dois primeiros anos do Ensino Médio, cujo conteúdo tem como foco Lisboa e a Expansão Marítima, perpassando os principais acontecimentos que marcaram a Europa dos séculos XV e XVI como o Renascimento, a Contrarreforma e a Inquisição. O material pode ser, portanto, utilizado como complemento à temática das Grandes Navegações, como instrumento de apoio à abordagem realizada pelos livros didáticos; como elemento que pode fomentar a discussão sobre o contexto europeu do século XVI, tomando o exemplo de Portugal e, para além de sua temática específica, compondo trabalhos relacionados aos eixos estruturadores do ensino de História, como Cidadania e Memória⁴⁶. Pretendemos também que o material possibilite e estimule, a partir da apresentação do exemplo de Lisboa, a compreensão da cidade enquanto importante fonte para o conhecimento da História.

De maneira abrangente, pretende-se que esse momento de aprendizagem possa se constituir em um espaço de discussão em que temas como memória, cidadania, identidade e cultura passem a ser significativos, para além dos conteúdos específicos do referido objeto. Nesta proposta, a cidade desempenha a função de ligação entre todos esses temas. A partir do exemplo dado, e da condução realizada pelo professor, deve-se realizar a transposição dessa temática para o tempo e o espaço presentes, conduzindo o aluno a se posicionar de forma analítica e crítica. Compreender as relações de força que se estabelecem em uma sociedade e que são visíveis no espaço urbano, é um exercício essencial ao desenvolvimento da cidadania e à formação de pessoas mais conscientes e críticas, capazes de atuar e interferir na sociedade. Além disso, a consciência da cidade como espaço de atuação social contribui também para a identificação e o reconhecimento, pelo indivíduo, daquele espaço como seu, pois, sem a preservação da memória, “a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou” (ORÍ, 2006, p.139). Ao socializar o conhecimento e preparar as atuais e futuras gerações para a construção de novos saberes, a escola estará cumprindo seu papel social, afinal, é importante lembrar, que é a escola, “em última instância, o *locus* privilegiado para o exercício e formação da cidadania que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural” (ORÍ, 2006, p.130).

⁴⁶ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2002) consideram como eixos estruturadores do ensino de História, além dos citados, história, processo histórico, tempo, sujeito histórico, poder e cultura.

5.1 Referencial Teórico

Um Objeto de Aprendizagem (O.A.) pode ser compreendido como qualquer recurso digital que possa ser reutilizado para apoiar a aprendizagem, incluindo imagens digitais ou fotos, vídeos ou trechos de áudio, textos, animações e aplicações entregues à web. Devem apresentar também como característica a sua fácil identificação na internet, pela composição de bancos de dados ou repositórios, de modo a facilitar o processo de busca. Além disso, é importante que quando manipulado dentro de um contexto de busca de conhecimento, o O.A. possa servir de mediador e facilitador para a formação e consolidação de um saber novo. Dessa forma, podemos entender o O.A. como um produto disponibilizado pela internet, o que permite sua ampla utilização em contextos educacionais diversos, e que pode abranger, portanto, desde arquivos digitais, como filmes e imagens, a aplicativos ou programas e interfaces desenvolvidos para fins pedagógicos. Neste contexto, os Objetos de Aprendizagem têm se constituído como uma importante ferramenta de auxílio ao professor por possibilitar um caráter dinâmico, flexível e motivador ao processo de aprendizagem⁴⁷.

O processo de desenvolvimento do referido Objeto de Aprendizagem torna necessário uma reflexão sobre diversos aspectos que compõem o processo educacional, e que envolvem a própria prática do professor em sala de aula. Inicialmente, se torna importante destacar algumas questões, como a temática “para onde a educação deve conduzir”, levantada pelo intelectual alemão Theodor Adorno, com a intenção de colocar a questão do objetivo educacional em um sentido mais fundamental, mais preponderante. Para Adorno (1995), a educação deve conduzir à produção de uma consciência verdadeira, formando sujeitos racionais e livres, o que é condição para uma sociedade democrática. O conceito de emancipação, no entanto, segundo o autor, é bastante abstrato e encontra-se relacionado a uma dialética que precisa ser inserida no pensamento e na prática educacional, sendo necessário considerar a pressão que a organização do mundo exerce sobre as pessoas e a adaptação ao mundo, que permite que nos orientemos nele, mas produzindo mais que pessoas apenas bem ajustadas (ADORNO, 1995).

É possível constatar, contudo, que as ideias de educação para a emancipação e para a experiência expressas no pensamento de Adorno e de outros estudiosos constituem um propósito ainda não alcançado na prática. Na área educacional é possível constatar que as mudanças ocorrem de forma lenta e fragmentada, por estarem submetidas às vontades dos

⁴⁷ Para mais informações, ver WILEY, David. The instructional use of learning objects. 2000. Versão online disponível em: <<http://www.reusability.org/read/>>. Acesso em: 17 nov. 2014; MACHADO, E.C.; SÁ FILHO, C.S. **O computador como agente transformador da educação e o papel do objeto de aprendizagem**. 2003. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/seminario2003/texto11.htm>>. Acesso em 23 abr. 2015.

governantes, o que impede que constituam um plano global de ação. Da mesma forma, é importante acrescentar a necessidade de reconhecer a existência de uma divisão dos campos do conhecimento em diferentes momentos e considerada como natural, entre os domínios nobres ou vulgares, sérios ou fúteis, interessantes ou triviais. Para Bordieu (2008, p.36), “a hierarquia dos objetos legítimos, legitimáveis ou indignos é uma das mediações através das quais se impõe a censura específica de um campo determinado”.

Nesse sentido, estabelecer uma prática consciente e crítica constitui uma atitude essencial ao profissional de educação, que deve estar preparado para lidar com as novas exigências e estabelecer uma postura dinâmica na condução do processo de ensino-aprendizagem. Assim, de modo mais específico, se torna necessário ressaltar alguns pontos relativos à prática profissional que constituem aspectos relevantes ao processo de elaboração da referida proposta de O.A.

A presente proposta visa uma abordagem interdisciplinar do tema, já que integra elementos atribuídos historicamente a diversas disciplinas, como por exemplo, a Geografia, ao abordar configurações de relevo, ocupação territorial e cartografia; as Artes e a Língua Portuguesa, pelo uso de fragmentos de documentos. É importante ressaltar aqui que essa divisão se constrói apenas como uma exemplificação de como os diversos assuntos podem estar relacionados às disciplinas, dado o modo como se configura atualmente o currículo escolar, e não porque se acredite que esta seja a única ou a melhor forma de estabelecer relações entre os itens ou que uma disciplina não deva abranger outras temáticas. Além disso, o objetivo não deve ser chamar à cena várias disciplinas, pois a interdisciplinaridade é um meio e não um fim, sendo que o que determina a urgência da presença de outras disciplinas deve ser a natureza do objeto (SILVA, 2009). Essa configuração interdisciplinar do O.A. visa atender à realidade escolar brasileira, ao mesmo tempo em que objetiva auxiliar o professor na execução desse tipo de trabalho.

A interdisciplinaridade consiste em uma forma de organizar os conteúdos, pela “interação entre duas ou mais disciplinas, que pode ir desde a simples comunicação de ideias até a integração recíproca dos conceitos fundamentais e da teoria do conhecimento, da metodologia e dos dados da pesquisa” (ZABALA, 1998). No entanto, a metodologia interdisciplinar requer uma atitude especial ante o conhecimento, requer diálogo e a proposição de novos objetivos e métodos. Para tanto, torna-se necessário transpor obstáculos epistemológicos e institucionais, culturais, metodológicos, de formação e obstáculos materiais (FAZENDA, 2007).

O Ministério da Educação, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao estabelecer as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, também preconiza a importância de um ensino interdisciplinar, de forma que o conhecimento seja desenvolvido de forma a constituir “a um só tempo, cultura geral e instrumento para a vida, ou seja, desenvolver, em conjunto, conhecimentos e competências” (BRASIL, 2002, p.15).

No entanto, a prática escolar permite afirmar que, apesar de estar presente como orientação e princípio nos documentos oficiais e projetos pedagógicos, a prática da interdisciplinaridade ainda necessita de caminhos para sua efetiva consecução. Neste sentido, a presente proposta pretende contribuir com o trabalho do professor estimulando o trabalho interdisciplinar e auxiliando o professor enquanto mediador no processo de aprendizagem, organizando as situações de aprendizagem e procurando favorecer a mediação cognitiva entre o aprendiz e seu objeto de conhecimento⁴⁸.

A importância da mediação no processo de aprendizagem pode ser melhor compreendida a partir da abordagem de Vygotski (2010) sobre a zona de desenvolvimento potencial. Para o autor, os testes avaliativos da idade mental de uma criança, ao considerarem apenas a sua atividade independente, sempre se referem ao nível de desenvolvimento efetivo, mas não indicam o seu desenvolvimento completo. Ao analisar crianças de mesma idade mental, é possível perceber que, em atividades dirigidas, com o auxílio de outra pessoa, essas crianças podem atingir níveis mentais diferenciados. Assim, para o autor, o que uma criança realiza com o auxílio dos adultos corresponde à Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDP) e “o que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos, poderá fazê-lo amanhã por si só” (VIGOTSKI, 2010, p.37).

Identifica-se, assim, a grande importância da atuação docente para com o processo de aprendizagem e pode-se deduzir a relevância da realização da mediação pedagógico-didática fundamentada em pressupostos educacionais que privilegiem a interação, a cooperação e a comunicação, em uma perspectiva dialógica. No processo de mediação pedagógico-didática, professores e alunos são considerados sujeitos do processo de ensinar e aprender⁴⁹. Nesse sentido, é importante considerar que as novas tecnologias constituem importantes ferramentas

⁴⁸ É importante ressaltar que o enfoque no professor enquanto mediador nesta proposta se relaciona ao contexto principal de utilização do O.A., ou seja, em sala de aula com a supervisão/orientação do docente, apesar de o próprio objeto também ser entendido como mediador no processo de aprendizagem ao se considerar sua liberdade de uso em outros contextos a partir da divulgação na internet.

⁴⁹ Para mais informações, ver PEIXOTO, Joana; CARVALHO, Rose M.A. Mediação pedagógica midiaticizada pelas tecnologias? **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v.14, n.1, p.31-38, 2011; e VYGOTSKI, L.S. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. In: LEONTIEV, A. et. al. **Psicologia e Pedagogia – Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento**. 4 ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

que podem, em muito, contribuir para a mediação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem, como forma de expansão do universo comunicativo e metodológico do professor e como forma de motivação para os alunos, tornando o ensino mais atrativo e estimulando o interesse pela aprendizagem. É necessário também que o ambiente escolar contribua para a inserção daqueles que se encontram fora do “mundo digital”.

No entanto, são conhecidos os diversos fatores limitantes à introdução das tecnologias na educação, determinados pela desigualdade social, má distribuição de renda e exclusão digital da população, bem como pela falta de equipamentos de alta tecnologia, cursos de formação de professores e acesso à internet para todos (professores, alunos, pais, coordenadores). É necessário, porém, que apesar de todas as dificuldades existentes, a utilização de novas tecnologias no ensino possa se constituir, de forma efetiva, como um elemento de apoio ao trabalho do professor em sala de aula.

O ensino no Brasil ainda se mostra carente de ações concretas que possibilitem avanços no sentido de estimular o jovem a permanecer em sala de aula, a se interessar pelos conteúdos e a obter uma educação de qualidade. Um estudo recente sobre o ensino médio no Brasil, realizado com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), demonstrou que a escola pública de ensino médio é um local desestimulante, desorganizado e inseguro, com alto índice de desistência por parte dos alunos. Esses dados reafirmam uma condição de desqualificação do ensino público brasileiro, já identificada por docentes e profissionais da área da educação. Em contrapartida, são conhecidos diversos exemplos de escolas públicas que romperam esse ciclo, superaram as dificuldades e se constituíram como referência de ensino de qualidade e superação de desigualdades sociais. Uma pesquisa desenvolvida em 35 escolas de ensino médio com o objetivo de coletar dados sobre as melhores práticas em ensino no Brasil buscou estabelecer os “fatores internos recorrentes relacionados às práticas que mais se associam ao sucesso escolar de seus alunos e que se manifestam de forma sistêmica e em diferentes níveis de intensidade” (NEUBAUER, 2011, p.18). São eles: aprendizagem como foco central da escola, expectativas elevadas sobre o desempenho dos alunos, trabalho em equipe e lideranças reconhecidas, normas de convivência claras, aceitas e incorporadas à dinâmica da escola, clima harmonioso, autonomia e criatividade por parte da equipe escolar (SÃO PAULO, 2013). Assim, segundo os autores do estudo, estas práticas, “se articuladas de forma consistente, asseguram a permanência bem sucedida dos estudantes nas escolas e causam impacto positivo na qualidade do ensino” (SÃO PAULO, 2013, p.22).

Pode-se concluir, dessa forma, que existem condições para a melhoria da qualidade do ensino público e que os caminhos já são conhecidos e passam, claramente, por questões como a vontade política e a maior valorização dos profissionais. Outros aspectos, no entanto, são relativos à própria prática docente e à postura do professor diante dos desafios apresentados. Perrenoud (2000) lista várias competências específicas necessárias ao professor que vai organizar e dirigir situações de aprendizagem, como ter conhecimento dos conteúdos a serem ensinados, bem como dos objetivos de aprendizagem; trabalhar a partir de representações e dos erros apresentados pelos alunos; construir e planejar dispositivos e sequências didáticas e envolver os alunos em atividades de pesquisa e em projetos de conhecimento.

Assim, o levantamento dessas questões ocorre como uma forma de reforçar a necessidade de engajamento do professor como elemento primordial para a mudança nos rumos da educação praticada em nossas escolas, ainda centrada no professor e na transmissão do conhecimento ao aluno. Da mesma forma, o uso das novas tecnologias pode se constituir como um importante elemento de apoio para esta mudança, como uma forma de auxiliar o trabalho do professor e despertar o interesse dos alunos, aspecto já declarado como essencial para que ocorra a aprendizagem. Pois é neste contexto, em que a escola enfrenta os desafios do século XXI, que apresentamos o referido Objeto de Aprendizagem. Pretende-se, portanto, que seu uso possa contribuir para o estudo dos temas propostos, ao mesmo tempo em que provoque outras discussões em âmbito interdisciplinar e conduza ao debate sobre a memória e a história de nossas cidades.

5.2. Guia de Utilização pelo Professor

O O.A. aqui apresentado constitui um material desenvolvido para uso em sala de aula, com turmas de Ensino Médio (1º e 2º anos), como atividade complementar ao trabalho do professor e tem como tema principal a cidade de Lisboa e a Expansão Marítima Portuguesa. Entendemos a temática da cidade como o ponto de partida para a compreensão dos acontecimentos que marcaram o século XVI na Europa, em particular, a Expansão Marítima. Como afirma Morin (2002, p.38), “os seres humanos transmitem mensagens e suas visões de mundo em forma de verso ou de música; na forma como se vestem ou se alimentam; no modo como constroem os edifícios e organizam aldeamentos, vilas e cidades”.

Assim, para além dos temas tratados, a utilização do referido material pode ser feita de forma a conduzir o grupo de alunos à discussão dos conceitos de Cidadania e Memória, considerados como estruturadores do ensino de História. Dessa forma, fica a critério do professor destacar alguns dos aspectos apresentados, a partir do seu planeamento para a disciplina, instruindo o aluno sobre o que é mais importante observar a partir do conteúdo apresentado. O professor pode optar por realizar um uso direcionado do material ou permitir que cada aluno navegue de acordo com seu interesse, agindo apenas como instrutor. Há que se considerar também a realidade dos laboratórios de informática das escolas brasileiras, de modo que o objeto de aprendizagem pode ser explorado individualmente ou em grupo, de acordo com a realidade de cada estabelecimento escolar. Para ajudar a complementar o debate relativo a estas questões outros materiais podem ser utilizados, de acordo com o critério do professor, como vídeos e textos. Ao final da utilização do objeto de aprendizagem, sugere-se que o professor avalie o entendimento, pelos alunos, do tema trabalhado e o nível de participação e interação deste com o material.

5.2.1 Estruturação do Objeto de Aprendizagem

Este material apresenta, portanto, a cidade de Lisboa como o centro do Império Marítimo construído pelos portugueses, que alcançou a África, a Ásia e a América. A cidade passou por várias modificações para abrigar a estrutura necessária à navegação, a partir da definição de espaços promovida pelo Poder Real, desde o reinado de D. Dinis. No entanto, foi durante o reinado de D. Manuel que foram realizados os maiores investimentos nesta transformação urbana, de forma a atender as necessidades de comércio e navegação. Nesse sentido, procuramos apresentar, de forma resumida, a cidade a partir das interferências dos povos que a ocuparam por longos períodos, como os romanos e os muçulmanos e apresentamos as principais mudanças ocorridas a partir da conquista cristã em 1147 até o reinado de D. Manuel. Estas questões são apresentadas no vídeo que compõe o item intitulado “A história de Lisboa”.

No item “Lisboa em duas obras do século XVI”, apresentamos no formato de animação as principais características de Lisboa segundo as descrições de dois importantes autores do século XVI: Damião de Góis e Francisco de Holanda. Procuramos, dessa forma, mostrar que a cidade enquanto realidade concreta pode ser moldada de acordo com os interesses dos grupos dominantes, da mesma forma que as características da cidade narrada podem ser utilizadas de forma a atender a objetivos diversos. Assim, entendemos que a partir dos elementos que formavam a cidade de Lisboa, Damião de Góis teve como objetivo exaltar a grandiosidade, a beleza, a força da moral e da religião, destacando os elementos que mais lhe interessavam e que pudessem contribuir para a construção dessa imagem de um império forte e bem estruturado. Em contrapartida, a cidade descrita por Francisco de Holanda, cuja “fabrica falece”, retrata de forma clara as preocupações do período posterior ao Concílio de Trento e as incertezas quanto ao futuro do reino, dadas as prioridades estabelecidas por D. Sebastião. A instabilidade política e a dificuldade cada vez maior de manutenção do império ultramarino, associadas à religiosidade do período, explicam o tom de decepção predominantes na obra. Este vídeo se encerra com uma foto da terra elaborada pela Nasa, na qual são visíveis os pontos de luz que compõem as cidades espalhadas pelo planeta. A partir dessa imagem, o professor pode discutir a prevalência das cidades na atualidade e trazer a discussão para questões da atualidade. No item seguinte são apresentadas as principais mudanças ocorridas na cidade de Lisboa e que foram determinadas pela Expansão, bem como algumas das principais características desse importante evento histórico.

Os itens seguintes “Damião de Góis” e “Francisco de Holanda” contém as biografias dos autores das obras, sendo que suas vidas perpassaram os principais acontecimentos do século XVI, como o Renascimento, a Reforma e a Contrarreforma. Também são incluídas informações complementares ao vídeo 1 no item “Lisboa e a Expansão”, em que são disponibilizadas mais informações sobre Lisboa. Para finalizar o Objeto são apresentadas fotos atuais de Lisboa, bem como os créditos do material.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lisboa, enquanto cidade material construída ao longo dos séculos, ou como discurso panegírico ou ideário renascentista, nos afigurou como um objeto de estudo que forneceu elementos riquíssimos à sua interpretação. A análise da inter-relação entre o desenvolvimento da Expansão e a história da cidade, bem como dos principais acontecimentos que marcaram os reinados de D. Manuel e de D. João III realizada no primeiro capítulo, nos forneceu importantes subsídios para a constatação de que os fatos históricos ligados à Expansão constituíram elementos definidores da estrutura da cidade neste período. Neste caso, podemos afirmar que a aproximação de Lisboa ao Tejo foi determinada diretamente pelas necessidades decorrentes da Expansão Ultramarina, da mesma forma que a implantação das igrejas paroquiais e edifícios conventuais, nos momentos após a reconquista cristã, definiram a estruturação da malha viária da cidade e suas zonas de crescimento. Também a centralização dos poderes na Ribeira de Lisboa foi produto direto do desenvolvimento da dinâmica de centralização do poder, que se consolidaria nos reinados posteriores, em um processo que se definiu como Absolutismo, mas cuja denominação ainda não caberia neste período. Assim, podemos concluir que o estudo da história de Lisboa nos forneceu elementos essenciais para a compreensão dos acontecimentos que marcaram o início da Idade Moderna em Portugal, particularmente a Expansão Ultramarina.

A análise das obras *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554), de Damião de Góis, e *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571), de Francisco de Holanda, permitiu reconhecer indícios dos principais acontecimentos que caracterizaram o século XVI e de questões que definiram a política de Portugal. É interessante observar que, apesar do intervalo entre a escrita das duas obras ser de apenas dezessete anos, a cidade descrita por Holanda não parece ser a mesma referenciada por Góis. Sem desconsiderar as questões intrínsecas ao autor e as intenções subjacentes à sua escrita, é possível salientar que as duas obras refletem momentos bastante distintos na história de Portugal: durante o reinado de D. João III, apesar dos problemas financeiros que o Império enfrentava, parecia predominar uma atmosfera de otimismo em relação à situação política portuguesa.

Assim, a cidade valorizada por Damião de Góis é aquela que se constitui, ao mesmo tempo, como cidade-mãe dos Descobrimentos e cidade fruto da Expansão: a partir dela os portugueses se lançavam ao mar e nela eram concretizados os resultados da aventura marítima. Assim, os edifícios públicos destinados à manutenção das praças ultramarinas e à estrutura comercial e de navegação constituem, para o autor, as mais importantes referências da

“grandeza” da cidade. Aliados a estes, predominaram também os edifícios religiosos, dada a importância da expansão da fé, tarefa empreendida pelos portugueses com todo o zelo e dedicação. Góis também não deixou de exaltar o aspecto cosmopolita e comercial da cidade, a movimentação nas principais ruas de comércio e a riqueza e variedade dos produtos encontrados nas lojas. Entendemos, portanto, que a partir dos elementos que compunham a cidade de Lisboa, e com o objetivo de exaltar a grandiosidade, a beleza, a força da moral e da religião de Portugal, Damião de Góis “fabricou” uma Lisboa na qual foram destacados os elementos que mais lhe interessavam e que podiam contribuir para a construção dessa imagem de um império forte e bem estruturado.

De modo contrário, a cidade descrita por Holanda, cuja “fabrica falece”, retrata de forma clara as preocupações do período posterior ao Concílio de Trento e as incertezas quanto ao futuro do reino, dadas as prioridades estabelecidas por D. Sebastião na retomada das conquistas em Marrocos. A instabilidade política e a dificuldade cada vez maior de manutenção do império ultramarino, associadas à religiosidade do período, explicam o tom pio e de decepção predominantes na obra. Ao considerar estes aspectos, é importante destacar que *Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa* permite várias interpretações. Em nosso estudo, porém, nos voltamos para a obra em seu aspecto didático, como uma exortação ao rei em relação aos problemas enfrentados pela cidade e pelo reino, que tinha em Lisboa o seu centro comercial e político. Assim, Holanda procurava chamar a atenção do rei para a cidade símbolo do Império: se esta se desfalecia, o mesmo aconteceria com todo o reino, tanto em termos materiais como espirituais.

O artista se empenhou, portanto, na necessidade de fortalecer a cidade do espírito, como demonstra a inscrição latina com a qual inicia a obra: *Virtus in infirmitate perficitur*, ou seja, a virtude na fraqueza se aperfeiçoa. Fortalecida a cidade da alma, deveria se proceder ao fortalecimento da cidade material, preocupação que permeia toda a escrita de Holanda. Dessa forma, pode-se afirmar que a fortificação da cidade e a fortificação da alma constituem o tema principal abordado pelo artista e já apresentado nos elementos iniciais da obra. O texto de Holanda constitui, portanto, um documento riquíssimo para o entendimento do modo como a ideologia tridentina passou a determinar as formas artísticas e a influir na configuração da cidade.

A análise destas obras permitiu também reconhecer diversas possibilidades de interpretar a cidade: ao enfatizar o poderio bélico e a estrutura de comércio e navegação situada na cidade, é possível reforçar a imagem de poder de um reino que abarca diversos continentes e que sofria importantes reveses; ao se valorizar os equipamentos públicos e religiosos, criam-

se símbolos para corresponder à dignidade de um reino cristão e afirmar essa ideologia. Os elementos destacados pelos autores também constituem ricas demonstrações do modo como a cidade pode ser moldada aos interesses e objetivos do grupo e/ou indivíduo(s) que atua(m) diretamente em sua fábrica. A cidade se mostra, assim, permeável à influência de diversos agentes que podem fabricar a cidade, moldar o espaço em diferentes momentos históricos: a Igreja, o Poder Real, o Poder do Estado, os interesses econômicos e políticos.

Consideramos, portanto, que a relevância do estudo das cidades está relacionada ao papel que estas exercem como testemunho das mudanças que ocorrem no decorrer do tempo, como local privilegiado para a observação das relações de força que se estabelecem numa sociedade. Assim, como afirma Rolnik (1993), o espaço funciona como uma fonte documental na medida em que se torna possível reconhecer, na história da organização do espaço da cidade, as formas de organização do trabalho e de relação social. A partir desse entendimento foi estruturado o Objeto de Aprendizagem que acompanha a presente dissertação, e que tem como objetivo trazer uma contribuição para a área educacional, visto que se torna cada vez mais premente o uso de inovações no sentido de estimular o educando, inserido em um contexto em que as informações o alcançam de modo dinâmico e interativo, a direcionar seu interesse para temas essenciais ao desenvolvimento de habilidades para uma maior e melhor compreensão do mundo, dos objetos e de si mesmo.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Fellipe A. **A ideia de cidade no Renascimento**. 2012. 265p. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.139-154.

ALVES, José F. **Introdução ao estudo da obra de Francisco de Holanda**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDRADE, Amélia A. O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa. *In*: ALVES, N.M., CUNHA, M. C.A., RIBEIRO, F. **Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques**. v.1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. p.143-164. Disponível em: <http://www.academia.edu/1373077/O_Desaparecimento_espacial_das_judiarias_nos_n%C3%BAcleos_urbanos_portugueses_de_finais_da_Idade_M%C3%A9dia_o_caso_de_Lisboa1>. Acesso em 02 jul. 2015.

ANDRÉ, Carlos A. O humanismo português, a sua identidade e as suas contradições. *In*: ANDRADE, A. *et al.* **Humanismo, Diáspora e Ciência**: séculos XVI e XVII. Porto, 2013.

ASSUNÇÃO, Paulo. Mazagão: cidades em dois continentes. **arq.urb.** n.2, p.22-55, 2009.

BARRETO, Luis F. **Os descobrimentos e a ordem do saber**: uma análise sociocultural. Lisboa: Gradiva, 1987.

BETHENCOURT, Francisco. Os equilíbrios sociais do Poder. *In*: MATTOSO, J. **História de Portugal**. v.3. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p.139-178.

_____. A Inquisição. *In*: AZEVEDO, Carlos M. (Dir.). **História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p.95-134.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo R. **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BÍBLIA Online. Disponível em: < <https://www.bibliaonline.com.br/vc/2co/12>>. Acesso em 12 mar. 2016.

BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. Tradução de Inês Silva Duarte. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 2012.

BRANDÃO, João. **Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

BRASIL. MEC-SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio (PCN+). 2002.

BUENO, Beatriz P.S. Francisco de Hollanda: importante agente da coroa portuguesa na Itália do século XVI. **Cidade e Urbanismo**, v.1, n.1, p.79-91, 1990.

BUESCU, Ana I. **D. João III**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

CALABI, Donatella. **A cidade do primeiro Renascimento**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARITA, Hélder. Da “Ribeira” ao Terreiro do Paço: gênese e formação de um espaço urbano. *In*: FARIA, M.F. (Coord.). **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de um Espaço Urbano**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012. p.13-36.

CAVALHEIRO, Luís F.C. **E Cristo é a única voz de todo o mundo**: a defesa da *Respublica Christiana* nos sermões de auto-de-fé da Inquisição Portuguesa (1612-1640). 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DESWARTE-ROSA, Sylvie. De L'Emblema À L'Espionnage: Autor de D. Juan de Borja, Ambassadeur Espagnol au Portugal. *In*: **As Relações Artísticas ente Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos**, Coimbra, 1987, p.147-183. Disponível em: < <http://cnrs.academia.edu/SylvieDeswarteRosa>>. Acesso em 01 ago. 2015.

_____. Un nouvel Age D'or. La gloire des portugais à Rome sous Jules II et Léon X. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL: HUMANISMO PORTUGUÊS NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS. 1991. Coimbra. **Actas...** Coimbra: Imprensa da Universidade de

Coimbra, 1993. p.125-152. Disponível em: < <http://cnrs.academia.edu/SylvieDeswarteRosa>>. Acesso em 01 ago. 2015.

_____. Il modello italiano nell'arte. In: PICCHIO, Luciana Stegagno. **Il Portogallo: Dalle origini al seicento**. Firenze: Passigli Editori, 2001. p.355-372. Disponível em: < <http://cnrs.academia.edu/SylvieDeswarteRosa>>. Acesso em 01 ago. 2015.

DORÉ, Andréa. A “Figura de Lisboa” (1571), de Francisco de Holanda: uma síntese dos espaços portugueses. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM. 2009. Londrina. **Anais...** Londrina, 2009. p.262-267.

DUARTE, Eduardo. Francisco de Holanda e a “Fábrica” de Lisboa. **Revista Arte Teoria**, n.10, 2007. p.41-66. Disponível em: < <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2419>>. Acesso em 15 jul. 2015.

FAZENDA, Ivani C.A. **Interdisciplinaridade: Um projeto em parceria**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FERNANDES, Maria L.C. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: AZEVEDO, Carlos M. (Dir.). **História Religiosa de Portugal**. v.2. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000. p.15-48.

GAVILÁN, Inmaculada G. Europa vista desde Ámsterdam: *Laus Urbium* en la obra poética de Miguel (Daniel Leví) De Barrios. **Lectura y Signo**, n.4, p.79-106, 2009.

GIL, María C.P. Francisco de Holanda; Propuestas para la defensa de Portugal en el S. XVI. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL RELAÇÕES PORTUGAL – ESPANHA: UMA HISTÓRIA PARALELA, UM DESTINO COMUM?, 2000. Zamora. **Relações Portugal–Espanha: Uma história paralela, um destino comum?**, Porto: Sersililo-Empresa Gráfica, Lda./Maia, 2002. p.161-178.

GÓIS, Damião. **Descrição da Cidade de Lisboa**. Tradução de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Francisco. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, Notas e Comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

MARCOCCI, Giuseppe. A fé de um império: a Inquisição no mundo português de Quinhentos. **Revista de História**, n. 164, p.65-100, 2011.

_____. **A consciência de um império – Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARTINS, José V. de Pina. Descobrimientos portugueses e Renascimento europeu. *In*: NOVAES, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Funarte/Companhia das Letras, 1998. p.179-192.

MENDES, António R. A Vida Cultural. *In*: MATTOSO, J. **História de Portugal**. v.3. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p.333-371.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.

MORSE, Richard M. **O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MULLETT, Michael. **A Contra-Reforma**. Tradução de J. Santos Tavares. Lisboa: Gradiva, 1984.

NASCIMENTO, Cristiane M.R. Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa: Francisco de Holanda entre os *Mirabilia* e os guias topográficos de Roma. Palestra proferida no IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE – IFCH / UNICAMP. 2008. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/NASCIMENTO,%20Cristiane%20Maria%20Rebello%20-%20IVEHA.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2014.

NASCIMENTO, Maria G. Contra Maquiavel. *In*: NOVAES, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Funarte/Companhia das Letras, 1998. p.407-417.

NEUBAUER, Rose. Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v.92, n.230, p.11-33, 2011.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. *In*: BITTENCOURT, C.M.F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

OSSWALD, Cristina. Francisco de Holanda - Da fábrica que falece à cidade de Lisboa. *In*: BARAIBAR, A.; RECOBA, M.V. (Ed.). **Viajes y ciudades míticas**. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2015. p.95-112. Disponível em: <<http://dadun.unav.edu/handle/10171/38408>>. Acesso em 03 mar. 2014.

PAIVA, José P. “Católico sou e não luterano”: O processo de Damião de Góis na Inquisição (1571-1572). *In*: SERRÃO, J.V. (Coord.). **Damião de Góis, um Humanista na Torre do Tombo**. Lisboa: IAN/TT, 2002. p.20-42.

PAIVA, José P. (Coord.) **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. V.3. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8634/1/PMM_Vol3.pdf>. Acesso em 26 mar 2016.

PEREIRA, José F. **A Cultura Artística Portuguesa** (sistema clássico). Lisboa, 1980. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/2683>>. Acesso em 5 out. 2015.

PEREIRA, Paulo. A conjuntura artística e as mudanças de gosto. *In*: MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal**. v.3. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p.373-397.

_____. **Lisboa** (séculos XVI-XVII). Discurso proferido no Simpósio Internacional Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos. Berlim, 2006a. Disponível em: <http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/neue-welten/pt/docs/Paulo_Pereira.pdf>. Acesso em 25 jul.2014.

_____. Lisboa Manuelina - Problemas de Conceito. **Revista de História da Arte**, n.2, p.43-55, 2006b. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/12448>>. Acesso em 23 out. 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Novas Competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v.27, n.53, p.11-23, 2007.

REBELO, António M.R. A exaltação da cidade – da Antiguidade à Idade Média. *In*: VÁRZEAS, M.; PEREIRA, B.F. (Org.). **As artes de Prometeu: estudos em homenagem a Ana Paula Quintela**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2009. p.43-64. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6662.pdf>>. Acesso em 23 out. 2015.

RODRIGUES, Tereza F. (Coord.). **História da população portuguesa** – Das longas permanências à conquista da modernidade. Porto: CEPESSE e Ed. Afrontamento Ltda., 2008.

ROLNIK, Raquel. História urbana: História na Cidade? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1993.

ROSSA, Walter. **A Urbe e o Traço** – Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português. Coimbra: Almedina, 2002.

_____. Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade. In: CARNEIRO, R.; MATOS, A.T. In: D. JOÃO III E O IMPÉRIO. **Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2004, p.947-967.

SÁ, Isabel G. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/1822/4311>>. Acesso em 20 nov. 2015.

SÁ JÚNIOR, Luiz C. **Uma Memória de Papel: Retórica, comunidade e cânone na epistolografia latina goisiana (1528-1545)**. 2012. 273f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, UFJF, Juiz de Fora, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional. 1ª Análise SEADE - Os jovens e o gargalo do ensino médio brasileiro. São Paulo, n.5, ago. 2013. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/193/documento-referencia.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2014.

SERRÃO, José V. População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII. In: OLIVEIRA, C. (Dir.). **História dos municípios e do poder local** (dos finais da Idade Média à União Europeia). Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p.63-77.

SERRÃO, Vitor. Os precursores da Olisipografia: Cristóvão Rodrigues de Oliveira, João Brandão, Damião de Góis, Francisco de Holanda. **Rossio – Estudos de Lisboa**, n.1, p.10-17, 2013. Disponível em: < https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_rossio>. Acesso em 20 set. 2014.

SILVA, Luiza H.O.; PINTO, Francisco N.P. Interdisciplinaridade: as práticas possíveis. **Revista Querubim**, 2009.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOARES, Bernardo. **Livro do Desassossego**. v.2. Lisboa: Ática, 1982, p.387.

SOUZA, Maria L.Z. **Um novo olhar sobre *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*** (Francisco de Holanda – 1571). 2011. 280f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

THOMAZ, Luís F.F.R. **De Ceuta a Timor**. 2 ed. Lisboa: Difel, 1998.

_____. D. Manuel, a Índia e o Brasil. **Revista de História**, n.161, p.13-57, 2009.

_____. A ideia imperial manuelina. *In*: DORÉ, A.; LIMA, L.F.S.; SILVA, L.G. **Facetas do Império na História**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p.39-104.

VALADARES, Pedro H.C. **A tratadística da arquitetura militar europeia como referência para o Recife fortificado (1537-1654)**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Artes e Comunicação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VYGOTSKI, Lev S. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. *In*: LEONTIEV, A. (Org.) **Psicologia e Pedagogia – Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento**. 4 ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

WILEY, David. **The instructional use of learning objects**. 2000. Versão online disponível em: <<http://www.reusability.org/read/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

XAVIER, Ângela B. Aparejo e disposição para se reformar y criar otro nuevo mundo. A evangelização dos indianos e a política imperial joanina. *In*: D. JOÃO III E O IMPÉRIO. **Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2004, p.783-805.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1998.